



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA

ANGELA ELIZABETH FERREIRA DE ASSIS

RETALHOS DA MEMÓRIA: MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA
LEMBRANÇA DE VELHOS.

FORTALEZA – CEARÁ
2020

ANGELA ELIZABETH FERREIRA DE ASSIS

**RETALHOS DA MEMÓRIA: MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA
LEMBRANÇA DE VELHOS.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Liduina Farias Almeida da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Assis, Angela Elizabeth Ferreira de.

Retalhos da memória: mecanismos de proteção social na lembrança de velhos [recurso eletrônico] / Angela Elizabeth Ferreira de Assis. - 2020. 138 f. : il.

Dissertação (Mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia - Mestrado, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Pós-Dr. Liduina Farias Almeida da Costa.

1. Instituições de longa permanência para idosos. 2. Memória coletiva. 3. Proteção social. 4. Velhice e sociedade. I. Título.

ANGELA ELIZABETH FERREIRA DE ASSIS

RETALHOS DA MEMÓRIA: MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA
LEMBRANÇA DE VELHOS.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
– PPGS/UECE, do Centro de Estudos Sociais
Aplicados da Universidade Estadual do Ceará,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em Sociologia.
Área de Concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Liduina Farias
Almeida da Costa

Aprovada em: 20/08/2020

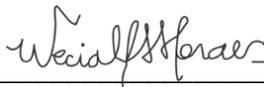
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Liduina Farias Almeida da Costa
(Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof.^a Dra. Wecia Mualem Sousa de Moraes
Universidade do Fortaleza – UNIFOR

FORTALEZA – CEARÁ
2020

Aos residentes no Lar Torres de Melo, aos que
se foram e aos que permanecem.

Em memória de José Ribamar Ferreira de
Assis, seu Pelé, meu pai, quem eu perdi
enquanto escrevia esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

A trajetória acadêmica é um caminho extremamente desafiador e muitas vezes tortuoso. Felizmente, sempre pude contar com algumas pessoas e instituições que fizeram dessa jornada uma experiência enriquecedora e mais leve diante das dificuldades que não foram poucas. Aqui, registro a gratidão que tenho por aqueles que foram essenciais neste percurso.

À minha mãe, Luzia Ferreira de Assis, a mulher cuja trajetória assemelha-se tanto às mulheres retratadas nesta pesquisa. A pessoa que me deu vida, uma inspiração a quem eu dedico todos os dias da minha existência. Ao meu pai, José Ribamar Ferreira de Assis, em memória, quem eu perdi enquanto escrevia esta dissertação. Um homem que dedicou a vida a criar seus 4 filhos e que sonhava em ter uma filha “dotôra”. Lamento imensamente por ele não ver esse trabalho finalizado, mas deixo aqui o meu mais sincero agradecimento a quem fez de tudo para que eu pudesse, mesmo com as limitações socioeconômicas, ter acesso a uma educação de qualidade, coisa que nenhum dos dois nunca chegou a ter.

Aos professores que fizeram parte da minha trajetória em todos esses anos de estudo, em especial ao Prof. Fabiano Lima Cavalcante, que me ensinou o valor da persistência e da disciplina através do esporte, expandindo o meu campo de possibilidades. Meu padrinho de formatura que segue acompanhando e comemorando minhas vitórias dentro e fora das quadras.

À Professora. Dra. Maria Sulamita de Almeida Vieira, que me orientou durante a graduação e me ensinou muito nos poucos meses em que trabalhamos juntas na minha monografia. Uma mulher que inspira força e dedicação em todas as suas nuances.

Aos professores Dr. Domingos Sávio Abreu e Dra. Wecia Muallem Sousa de Moraes, que fazem parte da banca de defesa da dissertação, pela disponibilidade e contribuições que, desde a qualificação, colaboram para o amadurecimento do estudo e para minha formação.

Por último, mas não menos importante, à Professora Dra. Liduina Farias Almeida da Costa, por ter aceitado entrar nessa empreitada comigo. Minha orientadora, que segurou firme na minha mão e mergulhou de cabeça na proposta de pesquisa. Uma grande inspiração, uma incentivadora, uma amiga por quem eu guardo um imenso carinho e admiração.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela concessão de bolsa de fomento para que eu pudesse me dedicar exclusivamente à pós-graduação, dispondo de recursos significativos para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Lar Torres de Melo, que abriu suas portas de uma maneira tão gentil e solícita, permitindo que este trabalho pudesse ser realizado. À toda equipe de profissionais e voluntários que fazem parte dessa instituição.

Aos residentes no Lar Torres de Melo, por quem eu guardo um afeto imenso. Àquelas que foram entrevistadas, reviveram histórias e compartilharam comigo suas memórias. A todos que tornaram este estudo possível, serei eternamente grata por isso.

“Viver era envelhecer, nada mais.”

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Nesta dissertação, buscamos o objetivo geral de analisar o acesso aos mecanismos de proteção social, através do resgate da memória coletiva dos idosos que vivem em instituições de longa permanência. Para isso, traçamos os seguintes objetivos específicos: caracterizar, sob uma perspectiva socioeconômica, os idosos que atualmente estão sob cuidados de longa duração no Lar Torres de Melo, uma das maiores e mais antigas instituições dessa natureza, localizada em Fortaleza/CE; identificar quais os mecanismos de proteção social os residentes no Lar tiveram acesso ao longo de suas trajetórias, de que forma e através de que meios a proteção social esteve ou não presente no curso de vida desses idosos. Mediante tal proposta, empreendemos um estudo de caráter eminentemente qualitativo, combinando alguns elementos quantitativos, sendo de natureza empírica, bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica, priorizamos as seguintes categorias e autores: Velhice, a partir de Beauvoir (2018); Memória Coletiva, Halbawsh (2003); Proteção Social, Di Giovanni (1998), Pochmann (2004), Jaccound (2009) e Pereira (2011); estabelecendo ainda interlocuções com outros autores cujas postulações dialogassem com as categorias ora apresentadas. Por meio da pesquisa documental, nos debruçamos sobre dados produzidos e publicados em portais de livre acesso, bem como documentos disponibilizados pela instituição onde a pesquisa foi realizada. Na pesquisa de campo, foram utilizadas técnicas de observação atreladas à realização de entrevistas abertas, o que nos permitiu captar as memórias dos velhos. Com isso, identificamos que a proteção social aparece nas memórias como uma lacuna, caracterizada pela carência de recursos materiais e afetivos ao longo das trajetórias. Constatamos que, através dos quadros políticos e administrativos sobre os quais é possível verificar o papel da família, da sociedade e do Estado na provisão desses recursos, as formas e expressões que os mecanismos de proteção social assumem para promover o bem estar social são diversificados de acordo com o contexto histórico e cultural em que o sistema se desenvolve, ora se expandindo ora se restringindo. Assim, o acesso aos mecanismos de proteção social se dá de maneira diferenciada de acordo com esses quadros, nem sempre tendo como prioridade atender às demandas e garantir os direitos sociais em sua totalidade, estes que são uma conquista recente que não esteve presente continuamente no contexto vivenciado pelos interlocutores da pesquisa.

Palavras-chave: Instituições de Longa Permanência para Idosos. Memória coletiva. Proteção Social. Velhice e Sociedade.

ABSTRACT

In this dissertation, we seek the general objective of analyzing access to social protection mechanisms, through the rescue of the collective memory of the elderly who live in long-term institutions. For this, we have outlined the following specific objectives: to characterize, from a socioeconomic perspective, the elderly who are currently under long-term care at Lar Torres de Melo, one of the largest and oldest institutions of this nature, located in Fortaleza / CE; to identify which mechanisms of social protection the residents of the Home had access to throughout their trajectories, how and through what means social protection was or was not present in the course of life of these elderly people. Through this proposal, we undertook an eminently qualitative study, combining some quantitative elements, being empirical, bibliographic, and documentary in nature. In bibliographic research, we prioritize the following categories and authors: Old age, from Beauvoir (2018); Collective Memory, Halbawach (2003); Social Protection, Di Giovanni (1998), Pochmann (2004), Jaccound (2009) and Pereira (2011); establishing interlocutions with other authors whose postulations dialogued with the categories presented here. Through documentary research, we look at data produced and published on open access portals, as well as documents made available by the institution where the research was conducted. In the field research, observation techniques were used linked to open interviews, which allowed us to capture the memories of the elderly. With that, we identified that social protection appears in the memories as a gap, characterized by the lack of material and affective resources along the trajectories. We note that, through the political and administrative frameworks on which it is possible to verify the role of the family, society and the State in the provision of these resources, the forms and expressions that the social protection mechanisms take to promote social well-being are diversified in different ways. according to the historical and cultural context in which the system develops, sometimes expanding and sometimes restricting itself. Thus, access to social protection mechanisms takes place differently according to these frameworks, not always having the priority of meeting demands and guaranteeing social rights in their entirety, which are a recent achievement that has not been present continuously in the context experienced by the research interlocutors.

Keywords: Collective memory. Long-Term Institutions for the Elderly. Old age and Society. Social Protection.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Mapa dos Municípios onde estão localizadas as ILPIs..... | 24 |
| Figura 2 – Mapa das Regiões de Planejamento do Estado do Ceará..... | 93 |
| Figura 3 – Caracterização das mulheres entrevistadas..... | 116 |

GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Idosos em ILPIs de Fortaleza/CE..... | 25 |
| Gráfico 2 – Gênero..... | 89 |
| Gráfico 3 – Idade de Admissão..... | 90 |
| Gráfico 4 – Tempo de Institucionalização..... | 91 |
| Gráfico 5 – Idade Atual..... | 92 |
| Gráfico 6 – Moradia Anterior..... | 95 |
| Gráfico 7 – Responsável pela Institucionalização..... | 96 |
| Gráfico 8 – Motivo da Institucionalização..... | 98 |
| Gráfico 9 – Estado Civil..... | 99 |
| Gráfico 10 – Número de Filhos..... | 100 |
| Gráfico 11 – Cor/Raça..... | 101 |
| Gráfico 12 – Religião..... | 102 |
| Gráfico 13 – Escolaridade..... | 103 |
| Gráfico 14 – Fonte de Renda..... | 104 |

IMAGENS

| | |
|---|----|
| Imagem 1 – Primeiro Conselho Administrativo do Asilo de Mendicidade do Ceará..... | 28 |
| Imagem 2 – Fachada do Asilo de Mendicidade do Ceará..... | 30 |
| Imagem 3 – Fachada do Lar Torres de Melo..... | 30 |
| Imagem 4 – Refeitório..... | 34 |

| | |
|---|------------|
| Imagem 5 – Quadra onde são realizadas as atividades sociais do Lar..... | 34 |
| Imagem 6 – Corredor principal onde ficam alguns dos consultórios destinados ao atendimento especializado dos residentes..... | 35 |
| Imagem 7 – Continuidade do corredor onde ficam alguns dos consultórios destinados ao atendimento especializado dos residentes..... | 35 |
| Imagem 8 – Capela Irmã Dulce, localizada dentro da instituição..... | 36 |
| Imagem 9 – Piscina..... | 36 |
| Imagem 10 – Idosa simulando tirar uma fotografia..... | 45 |
| Imagem 11 – Cabeçalho da Ficha Social do Residente..... | 49 |
| Imagem 12 – Idosa sendo entrevistada para matéria de um jornal..... | 52 |
| Imagem 13 – Idoso sendo atendido pelo setor médico do LTM..... | 61 |
| Imagem 14 – Idosos caminhando abraçados..... | 68 |
| Imagem 15 – Idosa com os cabelos brancos..... | 78 |
| Imagem 16 – Idosa na janela da fachada do Lar Torres de Melo..... | 110 |

QUADROS

| | |
|--|-----------|
| Quadro 1 – Roteiro de entrevista..... | 53 |
| Quadro 2 – Triagem para a realização das entrevistas..... | 54 |
| Quadro 3 – Naturalidade..... | 94 |
| Quadro 4 – Cidade de Residência..... | 96 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| CAAE | Certificado de Apresentação de Apreciação Ética |
| CF | Constituição Federal |
| CLT | Consolidação das Leis Trabalhistas |
| CNDI | Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa |
| CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| FGTS | Fundo de Garantia do Tempo de Serviço |
| FMDPI | Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa |
| FUNCAP | Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ILPIs | Instituições de Longa Permanência para Idosos |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| LOAS | Lei Orgânica de Assistência Social |
| LTM | Lar Torres de Melo |
| MPCE | Ministério Público do Estado do Ceará |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PNI | Política Nacional do Idoso |
| PPGS | Programa de Pós-graduação em Sociologia |
| RMV | Renda Mensal Vitalícia |
| SPS | Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos |
| SPSS | Statistical Package for the Social Sciences |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| UECE | Universidade Estadual do Ceará |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 2 | TECITURA DA PESQUISA..... | 20 |
| 2.1 | Cenário da pesquisa..... | 21 |
| 2.2 | Procedimentos metodológicos..... | 40 |
| 2.2.1 | A observação flutuante como ferramenta de apreensão da realidade..... | 42 |
| 2.2.2 | Trajетórias documentadas: prontuários como fonte de dados..... | 48 |
| 2.2.3 | As memórias como fonte de dados..... | 51 |
| 3 | PROTEÇÃO SOCIAL..... | 59 |
| 3.1 | Falando das origens históricas da proteção social..... | 62 |
| 3.1.1 | Algumas particularidades históricas do sistema de proteção social no Brasil e a inserção dos idosos..... | 65 |
| 4 | EMBRAQUECER DOS FIOS..... | 78 |
| 4.1 | A dimensão social da velhice..... | 81 |
| 4.2 | Aspectos do envelhecimento populacional no contexto da pesquisa..... | 84 |
| 4.2.1 | Caracterização da população idosa residente no Lar Torres de Melo..... | 89 |
| 5 | RETALHOS DA MEMÓRIA..... | 106 |
| 5.1 | Memória coletiva: lembranças que nos interligam..... | 106 |
| 5.2 | Reminiscência: mecanismos de proteção social na lembrança de velhos..... | 115 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 127 |
| | REFERÊNCIAS..... | 131 |

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento considerável da expectativa de vida da população somado às baixas taxas de fecundidade, o crescimento da longevidade e a urbanização acelerada, dentre outros fatores, o envelhecimento da população brasileira consolida-se como movimento de transição demográfica, em que temos uma concentração cada vez maior de pessoas situadas na faixa etária considerada idosa. Essa nova realidade demográfica, que começa a se consolidar a partir da década de 1980, aponta para uma sociedade crescentemente mais “velha”, na medida em que uma série de implicações e profundas transformações são produzidas por esse contexto.

Dado esse novo cenário, o envelhecimento populacional vai além do resultado mecânico dessas modificações demográficas, fazendo com que as problematizações em torno desse processo não se limitem apenas ao crescimento do número de idosos em comparação a outros segmentos etários. Diante disso, o envelhecimento perpassa e ultrapassa a dimensão fisiológica, implicando sobre diversos âmbitos da vida, dentre eles, as condições sociais de nossa existência, das quais podemos construir variados objetos de investigação sociológica.

Em meio a esses processos, é importante considerar-se que, em suas distintas trajetórias de vida, os indivíduos estão expostos – uns mais outros menos – a eventuais danos, com repercussões diferentes para cada um, variando também a maneira de os enfrentar, durante o envelhecimento. Ou seja, em diferentes contextos sociais, os indivíduos estão sujeitos a uma série de situações e riscos que interferem em suas vivências. Entre os segmentos sociais mais empobrecidos, esses riscos relacionam-se, principalmente, no que diz respeito aos recursos para garantir sua subsistência. Assim, envelhecer no Brasil pode representar inúmeras realidades dependendo não somente do olhar daquele que envelhece, como afirmam algumas correntes de análise, mas também do contexto em que o sujeito que envelhece está situado, sobretudo os pobres.

Nesta perspectiva, o envelhecimento pode ser caracterizado a partir das condições socioeconômicas adversas com que a população se depara ao envelhecer, embora este não seja o único critério. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2009, na década passada o país já contava com uma população de aproximadamente 21 milhões de pessoas idosas, onde, a partir dos anos 2000, o Brasil contabilizava uma população de 14.536.029 milhões de idosos, o que já representava um número expressivo para o contingente populacional na época.

Esse ritmo de crescimento acelerado da população idosa no Brasil cria um contexto desafiante para as famílias, a sociedade e para o Estado, em virtude das profundas transformações sociais, urbanas, industriais e familiares, que se constituem a partir do processo de transição demográfica. Assim, o novo perfil demográfico demanda ainda recursos, políticas e serviços condizentes com as suas especificidades, ou seja, requer um sistema de proteção social em que o idoso seja incluído de acordo com suas necessidades.

Conforme Jaccound (2009), a proteção social define-se como um conjunto de iniciativas públicas com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda, implementando mecanismos voltados à assistência das classes populares, viabilizando o desenvolvimento social através, principalmente, da redistribuição de renda. Nesses termos, voltamos nossa atenção para aqueles que enfrentam a velhice em condições materiais e objetivas que, muitas vezes, não suprem as suas necessidades, fazendo com que as condições de vida durante o envelhecimento sejam diretamente dependentes de formas de proteção social que respondam às suas demandas por meio de mecanismos estatalmente regulados ou não.

Com base na Constituição Federal de 1988, não obstante, as garantias de seguridade social (Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Sistema Previdenciário), os programas nomeados como amparo aos idosos são executados preferencialmente nos seus lares, delegando como principal instância provedora o núcleo familiar. Em conformidade, o Estatuto do Idoso reforça que a família é a principal fonte de recursos e cuidados direcionados aos idosos. No entanto, essas diretrizes não retiram a importância social do acolhimento institucional, ao contrário, essa forma de acolhimento ocorre frequentemente devido à ausência de família, em virtude das recorrentes situações de extrema pobreza e, não raras vezes, a condição de extrema dependência da pessoa idosa, devido a inúmeras causas.

Assim, as iniciativas das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), pautadas na Política Nacional do Idoso (PNI), na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e no próprio Estatuto do Idoso, que se configuram como uma das alternativas para lidar com as especificidades do envelhecimento, tornando-se um aspecto cada vez mais recorrente da vida cotidiana. A institucionalização de idosos consiste em iniciativas governamentais e não governamentais, que proporcionam um “abrigo”, um local de moradia e, geralmente, assistência à saúde àqueles que não possuem as reservas financeiras ou afetivas para lidar com o envelhecimento. As ILPIs são parte dos mecanismos de proteção social exclusivamente

direcionada à população idosa, o que constitui um ponto de partida para pensarmos outras formas e expressões que a proteção social assume para atender às demandas desse segmento.

Ainda com base nas diretrizes do Estatuto, ressaltamos que nas situações em que o indivíduo, ao atingir os 60 anos de idade, não possui nenhuma outra fonte de renda, o núcleo familiar é entendido como a primeira instância a lhe prover os recursos necessários, e apenas em sua ausência ou impossibilidade, cabe à sociedade e ao Estado a função de garantir as condições mínimas para sua subsistência. A compreensão dessas garantias requer compreensão das condições da velhice no Brasil e as garantias constitucionais dirigidas a este segmento, no que concerne o sistema de proteção social e os direitos sociais do país. É nessa perspectiva que o sistema de proteção social no Brasil ganha destaque em nossa investigação.

Diante das concepções em torno da proteção social e o seu desdobramento para lidar com as demandas do envelhecimento populacional, surgem diversas inquietações que podem ser sintetizadas em uma questão central: Como a proteção social esteve (ou não) presente nas diferentes trajetórias de vida das pessoas idosas?

Para isso, nos propomos a realizar o resgate da memória coletiva em torno de trajetórias de indivíduos que experienciam a velhice dentro de instituições de longa permanência. Pelos anos vividos, esses indivíduos construíram seus projetos de vida e consolidaram suas trajetórias sob quadros políticos e sociais específicos, onde a proteção social pode ser examinada. Inspiramo-nos na perspectiva teórica e metodológica de Halbwachs (2003) que, por meio da noção de memória coletiva, admite que indivíduos são capazes de memorizar acontecimentos a partir da experiência coletiva, fazendo com que diversas camadas do passado e da sociedade em que vivem e/ou viveram estejam inscritas em suas trajetórias e servindo como norteadoras para dar sentido aquilo que eles vivenciam no presente.

Definimos como objetivo geral analisar o acesso aos mecanismos de proteção social, através do resgate da memória coletiva de idosos que vivem em instituições de longa permanência. Pensando na operacionalização da pesquisa, foram delimitados também objetivos específicos. Para constituir nossa análise, nos propomos a:

1. Caracterizar, sob uma perspectiva socioeconômica, os idosos que atualmente estão sob cuidados de longa duração no Lar Torres de Melo.
2. Identificar quais os mecanismos de proteção social esses idosos tiveram acesso ao longo de suas trajetórias.

3. Identificar de que forma e através de que meios a proteção social esteve ou não presente no curso de vida desses idosos.

Mediante esta delimitação, partimos do pressuposto de que o contexto social, político e econômico em que esses os idosos vivem, interfere na consolidação das suas trajetórias e é determinante das formas como a proteção social atua em relação às demandas sociais. Assim, podemos afirmar que, por exemplo, esse contexto interfere contribuindo para a atribuição de um caráter negativo ao envelhecimento; através da sua inclusão precária ou até mesmo exclusão da dinâmica da vida em sociedade (relações de trabalho e relações afetivas); enfim, não garantindo condições materiais e simbólicas suficientes para que os indivíduos consolidem seus projetos de vida.

Diante da atual conjuntura política brasileira, em que vivenciamos em tempo real as reformas em diversos setores do Estado, dentre eles, os que se referem aos direitos de proteção social como a previdência social pública, observamos que os esforços dos grupos hegemônicos estão direcionados para a desarticulação dos direitos sociais e para a consolidação de um governo cada vez mais isento das responsabilidades sociais.

Esta pesquisa justifica-se, principalmente, pela necessidade de compreendermos as transformações em torno dos mecanismos de proteção social, considerando-se a escassez de estudos sociológicos existentes a esse respeito e a escassez de alternativas, bem como a impossibilidade de inúmeras famílias para manterem seus idosos em casa. Além disso, destacamos o (des) compromisso do Estado em atuar de maneira efetiva para atender as demandas da população idosa, mediante políticas efetivas.

A relevância desta investigação concentra-se na concepção de que o desenvolvimento social – aqui entendido no sentido da responsabilidade do Estado pelo suprimento das “necessidades básicas” (PEREIRA, 2011) e garantia de proteção social a todos os cidadãos – depende, dentre muito fatores, daquilo que os indivíduos dessa sociedade conseguem realizar através das condições sociais em que se encontram. Diante de tal perspectiva, consideramos as circunstâncias que pautaram as distintas trajetórias de vida, dentre as quais, assinalamos: oportunidades econômicas, liberdades políticas, o acesso a bens e serviços que garantam saúde, educação básica e condições de aprimoramento de habilidades.

A pesquisa foi aprovada através do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (UECE), nº 3.676.421, com o Certificado de

Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) n° 20278819.1.0000.5534, recebendo fomento da Fundação Cearense de Apoio e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) durante toda a sua realização, o que permitiu que nos dedicássemos exclusivamente a realização do estudo, dispondo de recursos significativos para o seu desenvolvimento.

A pesquisa realizada caracteriza-se como uma investigação sociológica de caráter eminentemente qualitativo, combinando alguns elementos quantitativos, sendo de natureza empírica, bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica, realizamos leituras sistemáticas, priorizando as seguintes categorias e autores: Velhice, a partir de Beauvoir (2018); Memória Coletiva, Halbwachs (2003); Proteção Social, Di Giovanni (1998), Pochmann (2004), Jaccound (2009) e Pereira (2011); estabelecendo ainda interlocuções com outros autores cuja postulações dialogassem com as categorias apresentadas.

Por meio da pesquisa documental, foram priorizados dados produzidos e publicados em portais de livre acesso, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE). Ademais, dispomos de dados concedidos pela instituição de longa permanência para idosos onde o estudo foi realizado – o Lar Torres de Melo, uma das 18 instituições desta natureza existentes na cidade de Fortaleza/CE – no que se refere aos aspectos que caracterizam os sujeitos da pesquisa numa perspectiva socioeconômica e sobre a história da entidade.

Relativamente à pesquisa de campo, foram realizadas visitas periódicas a referida instituição, onde empregamos a “observação flutuante”, tendo por base Pétonnet (2008), com a proposta de um olhar sistemático, mas flexível, capaz de flutuar diante daquilo que presenciávamos no campo. Conjuntamente, realizamos entrevistas abertas, sob a perspectiva empregada por Minayo (2018), utilizando um roteiro previamente estabelecido, contendo apenas temas alinhados aos objetivos da pesquisa, os quais, nos permitiram captar significativos fragmentos de memórias dos residentes, para os fins a que nos propomos.

Através dos recursos teóricos e metodológicos empregados, foram realizadas 10 entrevistas com mulheres, residentes no Lar Torres de Melo, que em suas trajetórias tiveram como principal ocupação e fonte de sustentação o trabalho doméstico. Além disso, para constituir nossa análise, as memórias das depoentes foram articuladas com os dados coletados de 220 prontuários, número que representa o total do público atendido pela entidade.

Através dos relatos coletados, identificamos que a proteção social aparece nas memórias como uma lacuna, caracterizada pela carência de recursos materiais e afetivos ao longo das trajetórias. Constatamos que, por meio dos quadros políticos e administrativos sobre os quais é possível verificar o papel da família, da sociedade e do Estado na provisão desses recursos, as formas e expressões que os mecanismos de proteção social assumem para promover o bem estar social são diversificadas de acordo com o contexto histórico e cultural em que o sistema se desenvolve. Assim, o acesso aos mecanismos de proteção social se dá de maneira diferenciada conforme esses quadros e as condições disponíveis, ora se expandindo ora se restringindo, nem sempre tendo como prioridade atender às demandas e garantir os direitos sociais em sua totalidade, estes que são uma conquista recente que não esteve presente continuamente no contexto vivenciado pelos interlocutores da pesquisa.

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos, sendo este, o capítulo inicial, um breve panorama acerca desenvolvimento da pesquisa e as questões suscitadas do decurso do trabalho. No segundo capítulo, sobre a *Tecitura da pesquisa*, nos dedicamos a descrever atentamente os procedimentos metodológicos empregados, os arranjos e (des)arranjos que são partes constituintes do artesanato intelectual, que, segundo Martins (2003, p. 24), envolvem “a invenção de técnicas de pesquisa e de abordagens ajustadas à natureza do tema e do objeto”.

Em seguida, no terceiro capítulo, referente à *Proteção Social*, são apresentados alguns aspectos conceituais que caracterizam aquilo que chamamos de mecanismos de proteção social, destacando particularidades históricas que nos permitem compreender a sua conceituação e situá-los no contexto brasileiro com a inserção dos idosos. Dando prosseguimento, no quarto capítulo, intitulado *Embranquecer dos fios*, reunimos as postulações acerca da velhice como uma categoria e um construto social, caracterizando o envelhecimento populacional no contexto da dissertação, priorizando as descobertas realizadas através da pesquisa documental.

No quinto e penúltimo capítulo, são abordados os *Retalhos da memória*, apresentando o que pôde ser tecido através do processo de reminiscência das depoentes, dando prioridade às narrativas que nos permitiram analisar como a proteção social esteve ou não presente ao longo de diversos quadros políticos e das trajetórias esquadrihadas. Por fim, sintetizamos as questões abordadas e deixamos nossas *Considerações Finais*.

2 TECITURA DA PESQUISA

Em seus estudos, Pierre Bourdieu nos alerta que o sociólogo busca em seu ofício “apreender o mundo social de que ele próprio é produto” e para que sua tarefa seja executada é necessário a construção de um objeto científico que, a partir da utilização de métodos e técnicas, permita uma “ruptura com as representações compartilhadas pelo senso comum”. Para o autor, a sociologia como “uma ciência que perturba” e que traz à tona questões ocultas e, muitas vezes, reprimidas de uma sociedade, exige do pesquisador uma vigilância constante das suas escolhas metodológicas e das “condições das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego”. (BOURDIEU, 1989, p. 26).

Pois, retomando as postulações dos clássicos da sociologia, veremos que o fazer sociológico deve considerar que,

[...] se há uma ciência das sociedade, é de esperar que ela não consista simplesmente numa paráfrase dos preconceitos tracionais, mas nos apresente as coisas de um modo diferente do que aparentam ao vulgo, pois o objeto de qualquer ciência é descobrir, e qualquer descobrimento desconcerta mais ou menos as opiniões estabelecidas. (DURKHEIM, 2011, p. 11).

Diz-nos também, que no esforço em transformar problemas abstratos em operações científicas práticas, nossas análises dependem, em certa medida, da “relação que se tem com o mundo social, e, portanto, da posição que se ocupa neste mundo.”, por conseguinte, a pesquisa sociológica exige rigor metodológico para que seja possível “mergulharmos completamente na particularidade do caso estudado sem que nela nos afogemos”. (BOURDIEU, 2019, p. 29-32).

Resumidamente, entendemos que as análises sociológicas “não caem do céu”. Para constituir uma análise acerca de qualquer objeto, ou a respeito de mecanismos de proteção social que estiveram presentes nas trajetórias de idosos pobres que vivem em instituições de longa permanência, como no caso da presente análise, são imprescindíveis os recursos metodológicos, técnicas empregadas de forma sistemática, rigorosa e comprometida com a cientificidade e a ética, especialmente, no que se refere às pesquisas com seres humanos. A pesquisa é, antes de tudo, um processo e deve ser tratada como tal, atentando para os arranjos feitos, as ferramentas utilizadas, as mediações necessárias e tudo aquilo que nos fez chegar aonde chegamos, explicitando os passos percorridos no processo.

Para Minayo (2008), “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”, com isso, o fazer sociológico consiste na utilização dessas técnicas de modo

que seja possível produzir um conhecimento sobre um determinado aspecto da realidade social, sendo necessária a descrição desses procedimentos para que o estudo possa ser recriado e/ou questionado acerca da sua realização. (MINAYO, 2008, p. 22).

Por conseguinte, salientamos que nossa investigação articula aspectos de caráter qualitativo com elementos quantitativos para a realização de um estudo de natureza empírica, documental e bibliográfica, combinando procedimentos que envolvem desde a utilização de documentos até o trabalho de campo propriamente dito, com a realização de observações e entrevistas. Neste capítulo, remontaremos o percurso realizado, explicitando com detalhes a experiência da pesquisa: as dificuldades enfrentadas, as escolhas metodológicas e os caminhos explorados, que permitiram a constituição de uma análise mais acurada e crítica sobre os mecanismos de proteção social.

2.1 Cenário da pesquisa

Buscando apreender a pesquisa sociológica como uma “atividade racional”, foram feitas diversas leituras teóricas prévias, que permitiram a construção do objeto e nortearam a escolha dos procedimentos metodológicos, objetivando o domínio dos conceitos a serem trabalhados, apropriando-se da teoria sociológica para fundamentar a pesquisa e “evitar um olhar mecanizado sobre o objeto de estudo”. (BOURDIEU, 1989, p. 18).

Assumindo essa postura, a escolha do objeto e a historicidade do campo empírico sobre o qual se pretendia investigar – que consiste em um espaço físico limitado, (uma instituição de longa permanência para idosos) –, nos permitiram o domínio satisfatório das especificidades do objeto, como também estabelecer uma relação de confiança com os sujeitos da pesquisa para que o estudo pudesse ser realizado conforme os objetivos estabelecidos.

Como nos ensina Bourdieu (1989), o contato com o objeto de pesquisa faz parte da construção de uma análise sociológica sobre um determinado espaço social, de maneira que as investigações não sejam limitadas ao que é colocado de forma superficial ou como argumento de autoridade. É através da relação entre pesquisador e objeto que o nosso olhar atenta para as especificidades da realidade que buscamos compreender, a sua lógica de funcionamento, as posições sociais que indivíduos ocupam dentro deste espaço e todos os demais aspectos relacionados a forma como eles experienciam essa realidade.

Embora o uso de termo “objeto” possa despertar certa inquietação dentro das análises sociológicas, quando utilizado para se referir aos interlocutores da pesquisa como

coisas. Para evitar uma interpretação equivocada dessa natureza, esclarecemos que nosso objeto neste estudo são os mecanismos de proteção social, estes estão presentes de diversas formas na vida social e podem ser observados através de diferentes perspectivas. Contudo, escolhemos analisar esse objeto por meio das memórias de pessoas, indivíduos comuns, sujeitos que desempenham um papel que vai além de um mero banco de dados onde colhemos informações sobre o mundo social.

Em síntese, entendemos que, no contexto da pesquisa, o indivíduo,

É aquele que nos diz o que a sociedade é quando dos dá uma entrevista, mesmo que possamos ver, como sociólogos, o que ele próprio não vê, não sabe e não compreende; ou que nos permite invadir sua vida para que o observemos e, por meio dele, observemos a sociedade em que vive. [...] Se, como sociólogos, chegamos ao real por meio deles e, sobretudo, por meio da interpretação que desse real fazem, não há como conhecer sociologicamente sem com eles dialogar e aprender para compreender. São mais do que fornecedores de dados, pois os dados que deles recebemos são dados interpretados e não dados “puros”. (MARTINS, 2013, p. 26-29).

Isso posto, ressaltamos que o foco da pesquisa foi direcionado para compreender como se dá o acesso à proteção social através de memórias, mantendo nosso interesse pela temática “primordial”: a população idosa. Essa escolha metodológica se justifica pelo fato de que este segmento vivenciou diferentes períodos e quadros políticos em que a ação estatal e a sociedade brasileira assumiram diversas posturas com relação aos mecanismos de proteção social. Ademais, as informações prestadas pelos mais longevos “trazem subsídios valiosos à compreensão do passado, uma vez que elas são apresentadas de maneira mais espontânea, deixando fluir o conteúdo restaurador do passado”. (JUCÁ, 2011, p. 22).

Tal espontaneidade pode ser explicada pela sua posição na sociedade, onde,

A distância que lhe é imposta de um convívio social competitivo proporciona uma independência de apresentar suas opiniões a respeito de diferentes aspectos da vida social. Afinal, já não se encontra subordinado às determinações estabelecidas pelo padrão ou reguladas pelo comprometimento social de alguma entidade, à qual estaria associado. (JUCÁ, 2011, p. 21).

Para viabilizar o estudo mediante a proposta de esmiuçar as memórias dos velhos, optamos por trabalhar com um campo empírico bem delimitado, onde a pesquisa pudesse ser desenvolvida de forma contínua, sem que houvesse interferências externas durante a coleta de dados. Este cuidado com as possíveis interferências tem inspiração em vários autores, destacando-se Camarano (2006), embora com outro propósito.

Pensando nos principais aspectos que caracterizam o envelhecimento humano, a autora destaca “a falta de autonomia para lidar com as atividades da vida diária e a ausência de

rendimentos” como os principais determinantes da dependência que permeia a velhice, a qual tem sido apontada como uma das grandes questões acerca dessa fase da vida, como também tem sido utilizada como justificativa de políticas de geração de renda e as de cuidado de longa duração ganham destaque num cenário em que há “incerteza quanto às condições de saúde, de renda e de apoio experimentada pelo segmento dos longevos”. (CAMARANO, 2006, p. 9).

Cientes dessa condição, sabemos que a falta de autonomia é causada por uma limitação que implica aspectos físicos e/ou psicológicos que, somados ao envelhecimento, comprometem a capacidade do indivíduo de executar tarefas simples do seu cotidiano, como se alimentar, andar e até falar. A cognição comprometida, a afasia e as doenças neurodegenerativas, eram alguns dos quadros que mais nos preocupavam para a realização do estudo, pois, qualquer um que apresentasse esses aspectos poderia não reunir condições suficientes para participar plenamente da pesquisa.

Sendo assim, para a escolha do campo empírico, tivemos que levar em conta que essa falta de autonomia poderia interferir significativamente na realização da pesquisa, caso os possíveis entrevistados não dispusessem de condições físicas e/ou psicológicas necessária para participar. Em função disso, consideramos as instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) desde o princípio dos nossos esforços de estudos sobre este segmento social, como um campo adequado para realizarmos o trabalho empírico proposto no projeto de pesquisa.

Devido a familiaridade que tínhamos com esse tipo de ambiente, mas, principalmente, por serem as ILPIs parte dos mecanismos de proteção social “oferecidos” aos idosos fora do núcleo familiar e também porque, ao se tratar de um espaço limitado para o acolhimento institucional, as ILPIs fornecem um cenário favorável aos nossos propósitos de pesquisa: proporcionam tanto um recorte espacial e geográfico quanto a possibilidade de interlocução com os sujeitos da pesquisa, bem como fornecem o acompanhamento profissional qualificado que nos permitiria obter informações prévias sobre os possíveis entrevistados acerca do estado físico e psicológico em que se encontram, saberíamos previamente se os idosos teriam ou não condições de participar da pesquisa, antes mesmo de qualquer abordagem.

Realçamos que, por meio dos parâmetros estabelecidos na Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), cria o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) e dá outras providências, conforme os princípios previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e na Lei Orgânica da Saúde, para que uma pessoa

seja assistida pelo atendimento asilar através de mecanismos socioassistenciais, é necessário que ela apresente algum tipo de fragilidade dado o processo de envelhecimento ou em virtude da própria condição socioeconômica em que o indivíduo se encontra, fazendo com que haja a necessidade de assistência fora do núcleo familiar.

Consequentemente, ao definirmos as ILPIs como nosso campo empírico, de antemão, identificamos dois aspectos alinhados com a nossa proposta de estudo: primeiramente, o fato de que os indivíduos residentes em instituições como essas possuem 60 anos ou mais, ou seja, são pessoas consideradas idosas; e em segundo lugar, estão lidando com algum tipo de fragilidade que justifica a necessidade de algum/alguns dos serviços de longa duração – sejam eles estatais ou conveniados – que constituem o conjunto de mecanismos de proteção social no país. Como veremos, com o desenrolar da pesquisa, esses critérios foram centrais para delimitar os interlocutores da pesquisa conforme a proposta estabelecida.

Figura 1 – Mapa dos Municípios onde estão localizadas as ILPIs

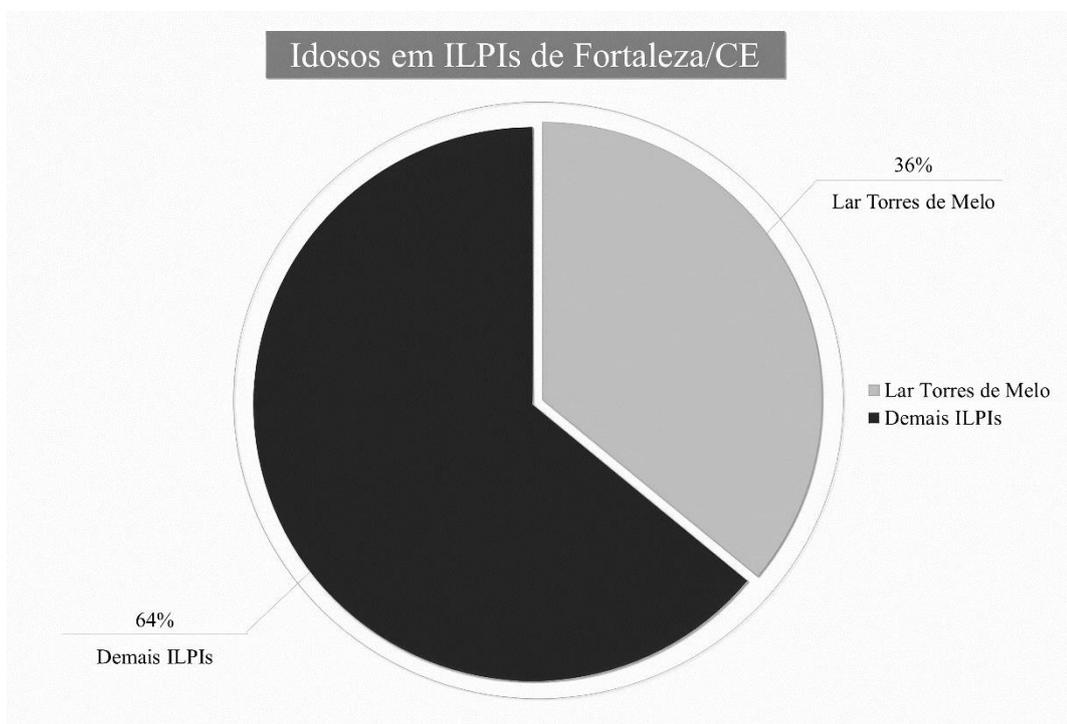


Fonte: Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE).

Mesmo optando por operacionalizar a pesquisa em instituições de longa permanência para idosos, era necessário que o campo empírico fosse ainda mais restrito, considerando que, de acordo com o último relatório sobre ILPIs do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), referente ao triênio 2015-2017, o Estado do Ceará possui 59 instituições desta natureza, distribuídas entre 21 municípios, sinalizados pela cor verde conforme observamos no mapa apresentado anteriormente, reunindo o total de 1772 pessoas atendidas em todo o Estado do Ceará.

Dentre esses municípios, destacamos Fortaleza, a cidade que possui a maior concentração dessas entidades, 18 no total, atendendo 610 indivíduos, entre homens e mulheres, distribuídos de acordo com a capacidade de ocupação que cada instituição possui. Cientes desses dados, dificilmente teríamos condições de realizar a investigação em todas elas. Por isso, o *locus* da pesquisa foi concentrado em apenas uma: o Lar Torres de Melo, a ILPI que abria atualmente 36% do público geral de idosos residentes em ILPIs de Fortaleza (220 idosos), como observamos no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Idosos em ILPIs de Fortaleza/CE



Fonte: Elaborado pela autora.

Conhecida por ser uma das maiores instituições de longa permanência para idosos da cidade de Fortaleza, no que diz respeito à estrutura física do lugar e à quantidade de pessoas assistidas, o Lar Torres de Melo é também uma das instituições mais antigas neste aspecto.

Atualmente, atendendo 220 indivíduos, entre homens e mulheres, a entidade funciona como uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter exclusivo de assistência social e promoção humana, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 07.344.393/0001-08, dedicada a atender pessoas idosas, ou seja, indivíduos com 60 anos ou mais.

Localizado na Rua Júlio Pinto, 1832, no bairro Jacarecanga, em Fortaleza/CE, o Lar é um lugar que remete ao fim do século XIX e as formas com que o Estado e a sociedade, historicamente, buscaram amparar os sertanejos que chegavam à capital do Estado do Ceará em busca de melhores condições de vida, fugindo da grande seca de 1877 e do contexto de escassez que persistiu durante as décadas posteriores até o início do século XX.

Ao longo de 115 anos de existência, a entidade manteve-se operando em diversos períodos da formação da sociedade brasileira e traz em sua trajetória os registros de como compreendemos e lidamos com a desigualdade social em diferentes períodos. Através da pesquisa bibliográfica e documental, foi possível elucidar, por meio da história do Lar, momentos históricos que marcaram também o desenvolvimento da proteção social. As diretrizes sobre as quais se assentaram as ações e posturas adotadas pela sociedade brasileira para instituir mecanismos de proteção social forjaram a instituição em que a pesquisa foi realizada, delimitando a maneira com que a cidade de Fortaleza passaria a se preocupar com seus cidadãos e lidar com questões relacionadas à mendicância, à miséria e à loucura, assim como, posteriormente, ao envelhecimento populacional.

Por meio de leituras sistemáticas dos trabalhos produzidos sobre a história do Lar e através de registros sobre a sua trajetória, sabemos que no início do século XX, o Estado do Ceará deparava-se com o aumento progressivo da mendicância. Aqueles que migravam para a capital em busca de melhores condições de vida, amontoavam no centro da cidade à procura de algum sustento, o que “destoava dos ares de civilização que a cidade pretendia ostentar” e causava uma desarmonia social, um problema a ser resolvido. (SILVA, 2014, p. 90).

Araújo (2000), ao falar sobre o “itinerário de perdas” e destituições produzidas na história social da mendicância no Ceará, destaca que a mendicância é “uma forma de obtenção da sobrevivência e se dá no limite possível do processo de expropriação do trabalho nas sociedades de classe”, com isso, a prática é associada à ausência de trabalho e “não-trabalho” que caracterizam o ócio indesejado nas sociedades modernas. (ARAÚJO, 2000, p. 13).

Paralelo a isso, Silva (2014) sublinha que a Maçonaria buscava romper com o discurso da Igreja Católica que associava às práticas maçônicas a uma postura anticristã, demoníaca, ateuista e comunista, aspectos considerados negativos por parte da sociedade que prezava por valores tracionais pautados no catolicismo. Essa imagem foi amplamente divulgada por outros grupos religiosos opostos às práticas maçônicas, mas principalmente a Igreja Católica, que fazia parte da disputa por legitimidade e poder na capital cearense naquele período. Em meio a esse embate, considerando a ausência de mecanismos públicos institucionalizados que amparassem os mais pobres, a proteção ficava a cargo da caridade desses grupos religiosos, assim, os desvalidos pela seca dependiam da atuação dessas entidades para amenizar a precarização das condições de vida através da caridade.

Ainda segundo Silva (2014), diante desse contexto, a maçonaria com todos os seus recursos, viu no combate à mendicância a oportunidade ideal para consagrar-se como um grupo legítimo e ao mesmo tempo comprometido com ideais altruístas e manutenção da ordem social. Em agosto de 1905, as Lojas Maçônicas “Igualdade”, “Fraternidade Cearense” e “Amor e Caridade III”, congregaram-se oficialmente para fundar a Associação Promotora e Mantenedora do Asilo de Mendicidade (atualmente, Lar Torres de Melo).

Liderada por Coronéis, Doutores e figuras de destaque da época, como observamos na imagem do primeiro conselho administrativo do Asilo, a entidade fundada com o intuito de prestar serviços gratuitos, abrigando aqueles que, por falta de recursos, ocupavam as ruas e praças da cidade de Fortaleza, como uma medida para amenizar os efeitos da seca sobre alguns segmentos da população, passou pelas mãos de homens cuja posição social era de mais alto nível e respaldo na sociedade cearense.

Osmar Diógenes (1997), ocupando a posição de mais alto representante (Past-Grão-Mestre¹) da Grande Loja Maçônica do Ceará, foi também presidente do Lar e, através da sua relação com a instituição, publicou um livro recontando a história da fundação do Asilo de Mendicidade. Dentre os relatos do autor, descrevendo as instalações e compartilhando suas memórias, destaca-se o Barão de Ibiapaba Joaquim da Cunha Freire como um dos grandes incentivadores, que além de ter doado o terreno para instalação do asilo (a primeira sede oficial, localizada onde atualmente funciona o Colégio Militar do Ceará²), doou também a quantia de

¹ Silva (2014), Past-Grão-Mestre é o título dado aos mestres da maçonaria, posição ocupada por aqueles que possuem a máxima autoridade.

² Localizado na Av. Santos Dumont, 485 - Aldeota, em Fortaleza – CE.

10.000\$000 réis para a edificação da obra. E, embora não tenhamos uma precisão com relação as datas e valores, o autor indica que a instituição funcionou no terreno concedido pelo Barão apenas nos anos iniciais e logo foi transferida para o local em permanece até hoje, no bairro Jacarecanga.

Imagem 1 – Primeiro Conselho Administrativo do Asilo de Mendicidade do Ceará



Fonte: Foto/Reprodução retirada do livro “Asilo de Mendicidade: memória histórica”, do autor Ósmar Diógenes, publicado em 1997. (Da esquerda para direita, conforme identificação do autor, em pé: Carlos Câmara, Tenente Coronel Carneiro da Cunha, Dr. Osmar Feital, John Petter, Major Guilherme Perdigão; sentados: Edmundo Levy, Coronel Guilherme Moreira, Coronel Casimiro Montenegro, Dr. H. Autran).

Segundo os registros de Diógenes (1997) sobre a instituição, nas décadas iniciais, o asilo chegou a abrigar até 320 pessoas ao mesmo tempo, com um destaque para as mulheres que quase sempre eram maioria entre os abrigados. Ainda com base nesses dados, identificamos pessoas entre 20 e poucos anos até 90, 100 anos, que eram admitidas sem que houvesse um parâmetro etário. O único critério que parecia vigorar era o fato de serem pobres e/ou que por alguma razão estivessem ameaçando a ordem social. Dentre eles, 90% eram indivíduos que já residiam na capital cearense e buscavam melhores condições de vida e acabavam sendo institucionalizados. Com isso, o Lar Torres de Melo carrega mais de um século abrigando tantas histórias que, obviamente, não serão esgotadas neste trabalho.

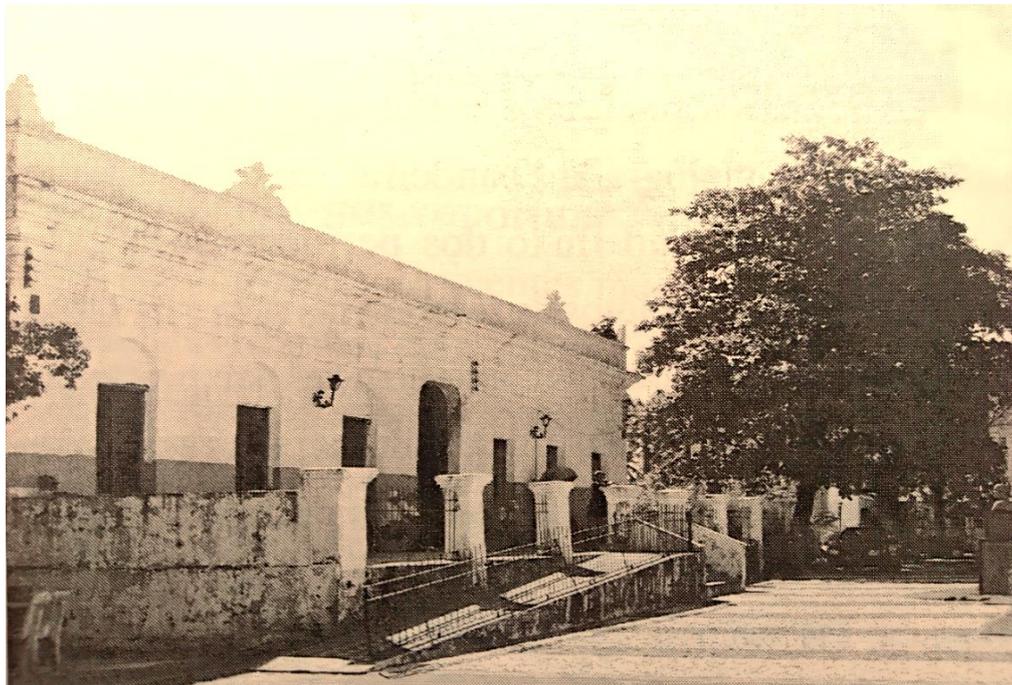
Ainda de acordo com os relatos de Diógenes (1997), o reconhecimento da entidade na época garantiu uma posição favorável a Maçonaria, contribuindo para fabricar a imagem de um grupo comprometido com a caridade e com a ordem social. Frente à sociedade fortalezense e ao poder público, a organização do Asilo de Mendicidade conquistou a legitimidade desejada pela Maçonaria, chegando ao ponto de ser autenticada a sua utilidade pública pelas instâncias: Federal (através do Decreto n° 63.842 de 18 de dezembro de 1968), Estadual (Lei n° 5.624 de 7 de outubro de 1961), sendo registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (Processo n° 10.121/09).

O caráter asilar da entidade estendeu-se de 1905 até mais ou menos 1979, quando, gradativamente, foi se consolidando como instituição de longa permanência para idosos, período em que os quadros políticos passavam pelos últimos anos do regime ditatorial, período em que também são indicadas as primeiras décadas da transição demográfica brasileira, onde o país começou a ver a sua população tornando-se mais velha. Durante a maior parte de sua história funcionou assim, como uma espécie de refúgio para um contingente de “deserdados” pela seca e demais problemas sociais. Ao longo desses anos, as formas de proteção social foram modificadas e, em função da predominância de idosos, bem como das novas diretrizes estatais para lidar com a questão social, a maneira como o Asilo atuava também foi transformada de maneira progressiva.

A instituição vivenciou muitos dos processos que constituíram a proteção social no Brasil e no Estado do Ceará, como já mencionamos, adaptando seu atendimento conforme novas diretrizes eram estabelecidas, por isso, reafirmamos que, além de fornecer uma demarcação geográfica para a realização da pesquisa, a sua história nos deu alguns indícios daquilo que tínhamos como principal objetivo em nossa investigação. A partir da década de 1980, o Asilo de Mendicidade do Ceará foi sucedido no tempo e no espaço pelo atual Lar Torres de Melo, nome dado em homenagem ao Sr. José Ramos Torres de Melo pelos longos anos dedicados à Instituição como Presidente, daquela que viria a ser uma das principais ILPIs que temos atualmente na cidade de Fortaleza/CE.

Nas duas imagens que veremos a seguir, é possível notar que, apesar das diversas transformações, as características básicas da instalação foram preservadas ao longo desses anos. Assim também, mesmo com as mudanças nos mecanismos de proteção social e na política de assistência social, seus princípios e valores foram mantidos, juntamente com a sua principal característica: a institucionalização.

Imagem 2 – Fachada do Asilo de Mendicidade do Ceará



Fonte: Foto/Reprodução retirada do livro “Asilo de Mendicidade: memória histórica”, do autor Ósmar Diógenes, publicado em 1997.

Imagem 3 – Fachada do Lar Torres de Melo



Fonte: Foto/Reprodução retirada do *website* do Mapa Cultural do Ceará, plataforma gerenciada pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.

Com o decorrer do tempo e, na medida em que se consolidava, na cidade de Fortaleza, como uma espécie de refúgio para um contingente de miseráveis, a instituição – que

inicialmente atendia de modo geral e sem muito critério os despossuídos de recursos em decorrência da seca, além dos “aleijados”, “loucos” e “moribundos” – passou a dedicar uma atenção maior a uma crescente parcela da população que chegava a certa idade considerada avançada. Desse modo, os serviços oferecidos pela instituição, bem como o público atendido começam a direcionar-se conforme as políticas assistenciais voltadas para pessoa idosa. Esse processo deu-se de forma lenta e progressiva, a partir de muitos fatores, mas aqui, nos focaremos principalmente nos aspectos em torno da proteção social que possibilitaram tais transformações.

Embora a sua proposta de atendimento tenha mudado com o passar dos anos, conforme dito antes, o caráter asilar da instituição não foi abandonado de imediato e podemos perceber isso através de alguns dos seus atuais residentes que foram institucionalizados durante o período de transição, entre as décadas de 1970 e 1980, ainda sem que houvesse critérios bem delimitados para a institucionalização e que ainda permanecem no local. Com isso, tais residentes foram admitidos por apresentarem alguma “desordem psíquica” e/ou foram transferidos de hospitais psiquiátricos, sem um diagnóstico apropriado, ou até mesmo aderiram à vida institucionalizada para acompanhar um parente que havia sido admitido.

Passados os anos, conforme as mudanças com relação ao tratamento da pobreza no Ceará, a reforma psiquiátrica e a criação de marcos legais que orientam as políticas assistenciais que temos hoje, a instituição foi se reformulando e passou a dedicar uma atenção maior a uma crescente parcela da população que chegava a certa idade considerada avançada. A partir do momento em que os idosos configuram um dos elementos multifacetados que estão cada vez mais presentes no meio urbano, a institucionalização destaca-se como uma medida “eficaz” no acolhimento desses indivíduos, o que nos instiga ainda mais a refletir sobre as formas como nós lidamos com envelhecimento e o que é entendido como proteção nesse contexto.

Ocorrendo de maneira voluntária, involuntária ou compulsória, a institucionalização é um processo complexo em termos de adaptação, pois a admissão no Lar envolve a retirada de elementos que constituíam a vida privada dos futuros residentes, a ruptura dos laços com o mundo externo, principalmente, com familiares e amigos, além da lógica de funcionamento do local que consiste em compartilhar espaços que são comumente associados à vida privada (a moradia, o local de dormida, o banheiro...) com pessoas totalmente desconhecidas. Mesmo que não estejam encarcerados, durante o tempo que passamos na instituição, era comum ouvir as queixas dos residentes recentemente admitidos que associam o

lugar a um castigo divino, uma pena ou algo do tipo, que estão lá para pagar algo de ruim que fizeram durante a vida.

Segundo Goffman (2015), no que se refere às “instituições totais”³, esse processo de admissão pode ser entendido e “caracterizado como uma despedida e um começo”, destacando a ruptura da vida privada para o início da vida institucionalizada. Ainda que o autor nunca tenha pesquisado a realidade das instituições de longa permanência para idosos no Brasil, podemos identificar algumas semelhanças entre as ILPIs e as características centrais daquilo a que ele compreende como instituições totais, tais como: o fato de que “todos os aspectos são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade”, “cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas” e “todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários”, contando com um “sistema de regras formais explícitas” que rege a vida social naquele espaço. (GOFFMAN, 2015, p. 17-18).

Ainda que a instituição atue em conformidade com as diretrizes estabelecidas para o atendimento asilar desses idosos promovendo a garantia dos seus direitos, operando com profissionais qualificados e oferecendo diversos serviços, a sua principal característica permanece, o processo de institucionalização, que é sempre uma “ruptura brusca com o passado” em que o indivíduo vivia e que, por vezes, não ocorre de maneira prazerosa, mesmo que tenha sucedido de forma voluntária. (GOFFMAN, 2015, p. 24).

Dando prosseguimento aos aspectos relacionados ao cenário da pesquisa, para garantir o seu funcionamento, a entidade mantém suas atividades através de recursos provenientes de verbas públicas, convênios, doações e contribuição dos próprios residentes, sendo 70% dos seus recursos originários de destinação do Imposto de Renda, segundo os dados divulgados pelo Lar, os demais são oriundos principalmente do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI)⁴, que através do último edital firmado em 2016, destinou R\$ 3.000.000,00 da Prefeitura de Fortaleza para a Instituição. Contando ainda com 136 funcionários e 77 voluntários, o Lar desenvolve suas ações em diálogo com as instâncias

³ “[...] um local de residência e trabalho onde um número grande de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (GOFFMAN, 2015, p. 11).

⁴ “Instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Município de Fortaleza.”. (FORTALEZA, 2013, Art. 1).

governamentais e a sociedade civil para realização de atividades, estágios e eventos no local que estejam em consonância com os seus princípios de atuação.

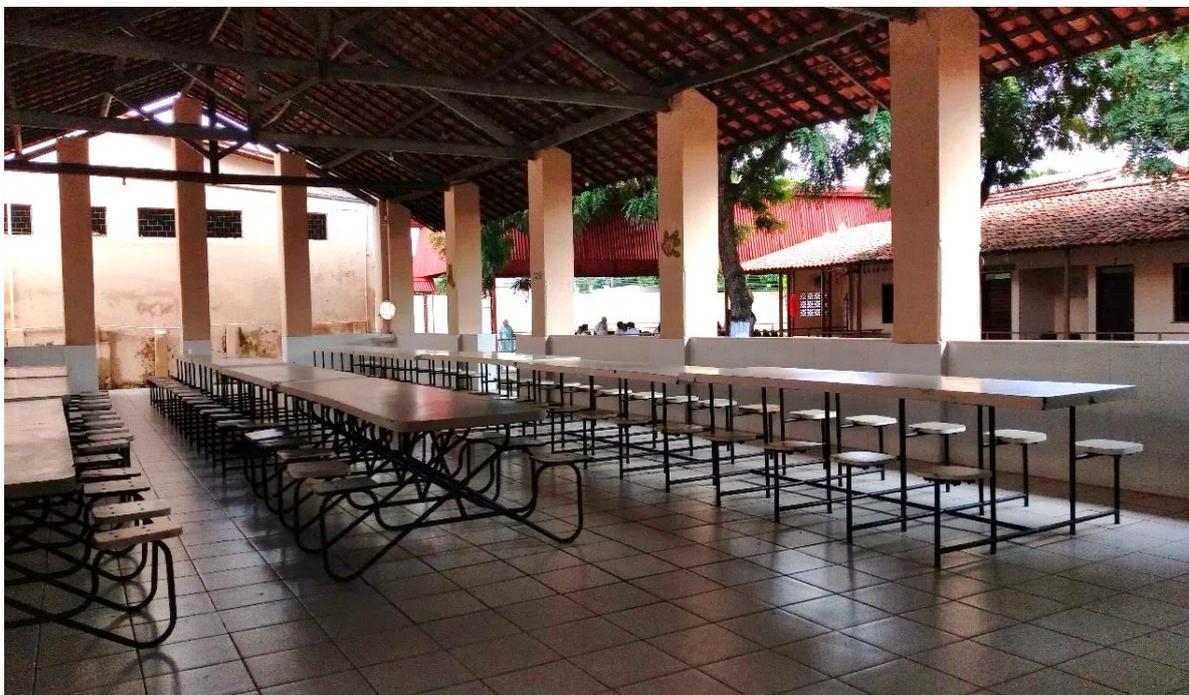
Para que tantas vidas pudessem ser abrigadas num só lugar, é necessário espaço físico e extensão territorial consideráveis para comportar minimamente as instalações. Com relação à sua estrutura, o LTM possui 6.688,66 m² de espaço físico, com 13.916 m² de área total, um espaço amplo e composto por: salas equipadas para os atendimentos profissionais dos residentes e fins administrativos; duas enfermarias (masculina e feminina) onde se encontram os leitos dos idosos totalmente dependentes que necessitam de acompanhamento integral; duas alas residenciais (o residencial Magalhães e o Solidariedade), onde cada quarto abriga no máximo quatro idosos, com um banheiro em cada quarto; o casarão (espaço anexo ao conjunto Magalhães, onde residem os idosos com um grau de dependência elevado devido a uma condição psiquiátrica) e os residenciais particulares. Na instituição há ainda uma quadra onde são realizadas as atividades sociais, um jardim na parte da entrada, uma horta medicinal, um salão de beleza que funciona com o auxílio de voluntários e uma piscina para realização de hidroginástica e atividades de lazer.

As imagens que veremos a seguir são registros de alguns desses espaços, fotos que foram tiradas com um celular *smartphone* durante o nosso trabalho de campo no Lar, com o intuito de proporcionar uma breve noção acerca do local em que a pesquisa foi realizada. Todos os registros foram realizados com autorização e acompanhamento de uma pessoa da equipe de profissionais que supervisionaram a realização do estudo, assim também informamos que as fotografias seriam publicadas no trabalho.

Nos registros fotográficos realizados durante o trabalho de campo, foram priorizados alguns dos espaços mais utilizados pelos residentes, fora de seus quartos, como: o refeitório; a quadra onde são realizadas as atividades sociais do Lar; os corredores principais onde ficam localizados alguns dos consultórios destinados ao atendimento especializado dos residentes; a Capela Irmã Dulce onde ocorrem celebrações religiosas e a piscina utilizada tanto para atividades fisioterapêuticas como para o lazer dos idosos. Para preservar a integridade das pessoas e, em especial, respeitando os idosos que lá residem e seus familiares, durante a pesquisa tivemos acesso a esses espaços para conhecermos as instalações, mas nossa circulação era restrita às áreas comuns aos visitantes, com apenas algumas regalias por conta da pesquisa (ter acesso à sala de documentos e prontuários, ao casarão onde ficam parte dos residentes com maior grau de dependência por razões psicológicas e/ou psiquiátricas, à sala das assistentes

sociais e da gerência social). Além disso, nem tudo pode ser fotografado, então, algumas coisas ficam a cargo do olhar atento da pesquisadora e das descrições quando necessárias.

Imagem 4 – Refeitório



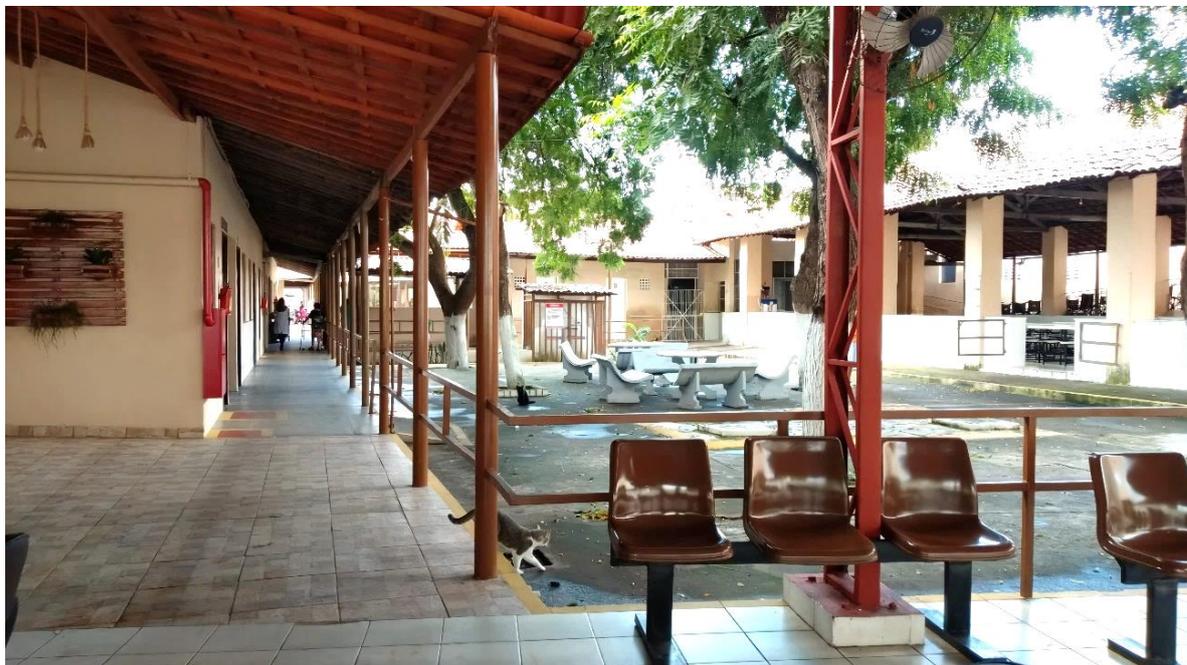
Fonte: Registro fotográfico feito pela autora durante o trabalho de campo.

Imagem 5 – Quadra onde são realizadas as atividades sociais do Lar



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora durante o trabalho de campo.

Imagem 6 – Corredor principal onde ficam alguns dos consultórios destinados ao atendimento especializado dos residentes



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora durante o trabalho de campo.

Imagem 7 – Continuidade do corredor onde ficam alguns dos consultórios destinados ao atendimento especializado dos residentes



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora durante o trabalho de campo.

Imagem 8 – Capela Irmã Dulce, localizada dentro da instituição



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora durante o trabalho de campo.

Imagem 9 – Piscina



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora durante o trabalho de campo.

Com a estrutura apresentada nas fotografias, conforme é possível encontrar no *website* da instituição, a atuação do Lar Torres de Melo é direcionada para:

[...] assistir integralmente a pessoa idosa, buscando assegurar e preservar seus direitos através de ações concretas voltadas a conquistas de igualdade, liberdade e condições de vida digna. Assim, o Lar Torres de Melo proporciona, além de um local para residência, o acesso a alguns serviços como: acompanhamento nutricional, fisioterápico, psicológico e psiquiátrico, dentre outros, além de atividades que promovam situações de interação entre os residentes e lhes possibilitem desenvolver eventuais habilidades artísticas e criativas. (Missão, visão e valores do Lar Torres de Melo, disponível no *website* da instituição, 2019).

Tendo por base os princípios da sua atuação, ressaltamos que a escolha por essa instituição, obviamente, não foi aleatória. Além dos aspectos mencionados, já tínhamos um vínculo afetivo com o Lar e seus residentes, criado a partir de um primeiro contato realizado no ano de 2017⁵. Assim, conforme tivemos a oportunidade de empreender o projeto de pesquisa dentro do Programa de Pós-graduação em Sociologia, retomamos esse contato com a entidade para averiguar as possibilidades de realizarmos mais um estudo sociológico no local.

Devido as condições em que os residentes se encontram, a condição de falta de autonomia que mencionamos, a instituição restringe as atividades empreendidas por terceiros, principalmente as pesquisas. Considerando que a realização de um estudo com seres humanos pode ter implicações para os participantes e demais envolvidos, o Lar segue “à risca” as orientações do seu próprio Comitê de Ética, que avalia e aprova (ou não) os projetos a serem desenvolvidos no local, isso vale igualmente para estágios e atividades voluntárias propostas por pessoas e/ou entidades externas.

Como já conhecíamos essa postura da instituição frente as propostas de pesquisas, antes de entrarmos em contato com a entidade, começamos a providenciar a documentação necessária para o processo de cadastramento do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil – sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos –, o qual seria submetido ao Comitê de Ética da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Após iniciar o cadastramento, visitamos o Lar para uma conversa inicial com a administração, que se mostrou favorável à proposta. Em virtude da temática a ser abordada na

⁵ Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, intitulada “LAR TORRES DE MELO: UMA PORTA ABERTA À CONSTRUÇÃO DE NOVOS MODOS DE VIDA?”.

investigação, fomos encaminhados à gerência social para que pudéssemos apresentar as especificidades da nossa proposta de pesquisa. Esse contato foi importante para que pudéssemos juntos avaliar as condições de realização do estudo e finalizar as providências com relação à documentação exigida pela Plataforma Brasil para que o projeto fosse submetido, dentre elas: a carta de anuência e a declaração de fiel depositário; documentos que autorizam a realização da pesquisa por parte do instituição de ensino ao qual o estudo é vinculado e do local onde a pesquisa seria aplicada.

Nesse primeiro diálogo, a assistente social responsável por este setor nos recebeu de forma muito solícita e até com certa empolgação para que o estudo fosse realizado. A conversa que tivemos serviu ainda para que pudéssemos apresentar nossas intenções e para que a entidade avaliasse brevemente a possibilidade de execução do projeto. Assim, recebemos, informalmente, um parecer favorável e fomos orientados sobre as possíveis implicações da pesquisa e dos cuidados que deveríamos ter dentro da instituição. Diante disso, foram estabelecidas também algumas restrições com relação ao acesso e circulação dentro da instituição.

A primeira das limitações definiu que a pesquisa só poderia ser realizada a partir do momento em que houvesse um parecer favorável, formalmente instituído, do Comitê de Ética da UECE e da própria instituição. Além disso, todo o trabalho de campo no local seria supervisionado, tanto pela Gerente Social do Lar, como também por outras assistentes sociais que são responsáveis por outros setores em que o serviço social atua, sendo elas: a assistente social Coordenadora do serviço social e uma assistente social que supervisionava algumas atividades, como os estágios, por exemplo. A segunda em especial foi nossa “supervisora” em tempo integral no trabalho de campo, quem nos acompanhou diretamente em todas as nossas visitas, principalmente na realização do trabalho documental e a nas entrevistas, oferecendo suporte e controlando o nosso acesso.

Seguindo as orientações da Resolução nº 466/2012 que trata de pesquisas com seres humanos, nosso comprometimento neste trabalho foi, antes de tudo, em respeito aos participantes da pesquisa, em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida. Assim, não apresentamos nenhuma resistência com relação às restrições colocadas pela instituição, nos colocando à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos acerca dos procedimentos a serem realizados.

Em segundo, nossas visitas ao Lar foram limitadas ao horário aberto à visitação geral, ou seja, durante às tardes (de 13h às 16h), porém, com um detalhe a mais: nossa permanência na instituição estava sujeita à presença da assistente social que supervisionava o nosso acesso ao local para que ela pudesse acompanhar diretamente a realização da pesquisa, mas ela comparecia ao local apenas nos horários de segunda à quinta, sendo assim, só poderíamos realizar o trabalho de campo nesses períodos.

Inicialmente, havia uma certa desconfiança quanto à nossa presença ali, algo totalmente justificável já que a instituição é a responsável por 220 residente e precisa tomar precauções para manter a integridade física e psicológica deles. Com isso, nos comprometemos em seguir rigorosamente essas orientações e tomamos bastante cuidado para respeitar todas as restrições sem questioná-las. Aos poucos, essa desconfiança foi sendo diluída e nos foi dado um pouco mais de tempo de permanência, que se estendia até às 16h30 e 17h, dependendo do dia e da programação da própria instituição. Ao fim do percurso, chegávamos no horário de almoço e trocas de turno e saíamos do Lar com o céu escurecendo.

Outra delimitação que nos foi posta, diz respeito à vestimenta. No Lar, todos aqueles que vão realizar alguma atividade, devem estar vestidos adequadamente para a sua realização conforme as orientações da entidade, isso significa que não é aceitável a utilização de roupas curtas (calção e saia), nem chinelos, nem roupas decotadas. Seguindo essa restrição e para que nossa presença não chamasse tanta atenção, a vestimenta utilizada para a realização da pesquisa também foi planejada com o objetivo de estabelecer uma espécie de camuflagem para que a pesquisadora pudesse se misturar em meio aos funcionários e voluntários.

Para isso, a indumentária utilizada era composta por: tênis branco (parecido com o que os funcionários utilizam no local), calça *jeans* azul ou preta (item comumente utilizado pelos mesmos), uma blusa branca de mangas e gola polo com a identificação da UECE (aspecto que visava passar certa credibilidade acerca do que estava sendo realizado); ainda assim, nossos esforços não foram suficientes.

Como nos alerta Martins (2013, p. 35), “o artesanato intelectual é uma troca”, nesse processo o “observador é observado, o decifrador é decifrado”, assim, apesar desse empenho para passarmos despercebidos ali dentro, um fator era impossível de ser camuflado nesse contexto: a idade e a aparência jovem da pesquisadora. Alguém de 20 e poucos anos não passa despercebido numa instituição em que os residentes possuem mais de 60 anos, os funcionários

estão numa faixa etária mais ou menos entre 30-50 anos e os voluntários seguem nessa mesma linha etária.

Durante todo o percurso, esse foi um aspecto que sempre destoava e chamava a atenção de quem estava no local, até mesmo entre os mais jovens (os estagiários e alguns voluntários), a impressão era de que a pesquisadora era ainda mais jovem do que aqueles que ali estavam. Talvez, essa percepção resulte não apenas das diferenças geracionais existentes naquele espaço, mas também pelas questões abordadas na pesquisa que, em certa medida, interferem na relação do pesquisador com a realidade a qual ele se propõe a compreender, independentemente de qual seja o objeto de pesquisa.

Passada essa primeira abordagem, tendo aceitado as condicionalidades expostas pela instituição, submetemos o projeto de pesquisa e aguardamos que fosse aprovado pelo comitê para que o trabalho de campo pudesse ser iniciado. Com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 20278819.1.0000.5534, através do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da UECE, nº 3.676.421, a proposta de pesquisa foi aprovada e, imediatamente, entramos em contato novamente com a instituição para darmos início à nossa investigação. Devemos destacar ainda que esta pesquisa recebeu fomento da Fundação Cearense de Apoio e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), durante toda a sua realização, o que nos permitiu dedicar atenção exclusiva ao estudo, dispondo de recursos significativos para o seu desenvolvimento.

2.2 Procedimentos metodológicos

Em nossa proposta, optamos por trabalhar com algumas frentes de pesquisa que abordaremos a seguir, sempre na busca por uma apreensão mais clara e precisa da realidade social. Com tal propósito, empreendemos a pesquisa bibliográfica constantemente durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, por meio da leitura sistemática de trabalhos em torno da temática a ser trabalhada, compreendendo a sua importância para o desenrolar do estudo, principalmente com relação às teorias que buscam definir o que é envelhecimento e os sistemas de proteção social, além da construção de outras categorias analíticas que foram necessárias para esse entendimento.

Atrémos a pesquisa bibliográfica à documental, para obtenção de dados estruturados, fazendo um levantamento de dados secundários referentes ao Lar Torres de Melo e as condições socioeconômicas dos sujeitos, através de fontes oficiais de livre acesso,

coletando dados já produzidos pelos órgãos públicos e privados. Além daqueles já apresentados inicialmente, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a questões demográficas e a proteção social no Estado do Ceará, dispomos de dados produzidos pela própria instituição. E ainda o conjunto de leis referentes ao idoso e às políticas públicas sociais e programas que constituem a rede de serviços socioassistenciais direcionadas a esse segmento social.

Dando prosseguimento, como principal recurso para coleta de dados realizamos a pesquisa de campo propriamente dita. Visitamos periodicamente o local, fazendo uso de diversos recursos técnicos, visando uma melhor apreensão do meio social. O trabalho de campo foi essencial para este estudo, pois através dele estabelecemos “uma interação com os sujeitos da pesquisa e a partir disso, construímos um conhecimento empírico sobre uma dada realidade”. (MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R., 2018, p. 61).

Dentre as técnicas de coleta de dados, optamos por trabalhar com a “observação flutuante” (PÉTONNET, 2008), atrelada ao uso do diário de campo durante as visitas à instituição. Sobre esse tipo de observação, seu uso consiste em:

[...] permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la “flutuar” de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes. (PÉTONNET, 2008, p. 102).

Podemos dizer que a observação flutuante transcorreu até mesmo durante a realização de entrevistas, que empregamos de acordo com o nosso objetivo de apreender as memórias que os sujeitos possuem a respeito do seu acesso aos serviços de saúde, educação, trabalho regulamentado e outros elementos que dão concretude aos direitos à proteção social. Como caracteriza Manzini (2004), por ser uma técnica flexível que permite um contato ainda maior com os interlocutores, a entrevista, de maneira geral, permite uma interlocução capaz de fazer emergir informações de forma espontânea, com respostas não condicionadas a uma padronização de alternativas.

Em resumo, com as abordagens escolhidas para a coleta de dados, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caráter qualitativo, combinando, quando necessário, elementos quantitativos, os quais são incorporados de maneira secundária. O estudo foi desenvolvido através de uma investigação sociológica de natureza empírica, documental e bibliográfica, fazendo arranjos metodológicos que envolvem desde a utilização de documentos até o trabalho

de campo propriamente dito, com a realização de observações e entrevistas. Para compreender como esses procedimentos foram utilizados, é necessário atravessar o percurso que preparamos neste capítulo, cada ponto a seguir foi destinado a detalhar de forma minuciosa essas escolhas e os percalços da sua operacionalização.

2.2.1 A observação flutuante como ferramenta de apreensão da realidade

Dentre as ferramentas utilizadas para captar a realidade numa investigação sociológica, a observação sistemática tornou-se um mecanismo imprescindível para perceber o “não dito” nos espaços sociais estudados. A observação tem sido empregada de diversas formas nas ciências sociais, mas quando falamos dessa técnica dentro dos trabalhos etnográficos, a sua principal utilização se deu mediante a observação participante. A exemplo d’*O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever* de Roberto Cardoso de Oliveira (2000) e *Observando o familiar* de Gilberto Velho (1981), a observação participante permite que o pesquisador observe e experencie as práticas, valores, as formas de ser, agir e pensar que busca analisar dentro de um grupo de indivíduos ou de uma comunidade.

Através do olhar, busca-se registrar ao máximo aquilo que a realidade mostra ser diante das relações sociais. Podendo ser utilizada em diferentes contextos, a observação requer certas condições que permitam a sua aplicabilidade e, apesar de ser uma ferramenta consagrada nos estudos sociais, é necessário cautela para que a sua utilização esteja em conformidade com os objetivos da pesquisa e não se torne apenas um mero acessório metodológico sem qualquer propósito dentro da análise. Considerando que nossa investigação foi direcionada para as narrativas de trajetórias gravadas pelas memórias dos próprios interlocutores, a observação seria indispensável para que pudéssemos captar o “não dito” nas suas falas, mas, sob a lógica participante talvez não fosse a maneira mais efetiva de alcançar nossos objetivos.

Ressaltamos que, em nossa trajetória precedente ao ingresso no programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE), já havíamos realizado um estudo na referida instituição, o que nos permitiu aprimorar as escolhas metodológicas com base numa experiência prévia. Por exemplo, no primeiro estudo realizado, em que utilizávamos a observação participante, nos deparamos com um dos momentos mais marcantes de todo o trabalho de campo. Enquanto estávamos na enfermaria do Lar, uma residente em estado crítico de saúde faleceu e presenciemos o exato instante em que os familiares (presentes na instituição) foram notificados.

O falecimento dessa residente, como “um dos grandes perigos biossociais na vida humana” a qual estamos também sujeitos, causou um grande impacto e, nesse caso, abalou completamente a dinâmica do local a ponto de não conseguirmos dar continuidade ao trabalho naquele dia. Mesmo não sendo uma pessoa conhecida a nós, a morte do outro é “uma lembrança de nossa própria morte” e acompanhar isso de perto foi uma experiência extremamente difícil, mas bastante reveladora sobre como nossa presença estava disposta ali dentro. (ELIAS, 2001. p. 17).

Como bem nos alerta Martins (2013, p. 34) “ninguém sai ileso do trabalho de sociólogo”, a partir do episódio que mencionamos, passamos a dedicar uma atenção maior à maneira como a observação deveria ser empregada, considerando que esses eventos poderiam afetar tanto a rotina da instituição como a realização do nosso trabalho. Levando em consideração até que ponto isso nos afeta como indivíduos dotados de emoções e sentimentos, nosso olhar foi sendo amadurecido na medida em que percebemos que o trabalho de campo envolve desde os grandes acontecimentos até o mais corriqueiro da dinâmica cotidiana e a observação desses eventos consiste num certo envolvimento daquele que observa.

Por meio da pesquisa bibliográfica, buscamos conhecer outras formas de empreender a observação para captar a vida cotidiana na instituição e os “silêncios” presentes nas memórias que seriam esmiuçadas. Dessa forma, a observação *flottante* (ou observação fluante) apresentada por Pétonnet (2008) mostrou-se uma grande aliada aos nossos propósitos. Estabelecendo uma contrapartida à observação participante, sua aplicabilidade exige do observador,

[...] um grau considerável de disponibilidade para, em um encontro fortuito, sem hora marcada, identificar o início de uma viagem. Uma viagem muito particular ao sentido que o outro dá àquilo que ali veio fazer. A observação flutuante, por princípio, termina onde começa a observação participante. Ela não tem endereço, ela não se destina, ela não conhece, nem partilha nada antecipadamente. É um tipo de observação “desenderaçada” – mas não desinteressada – e, portanto, capaz de captar a expressão mais etérea do que é o urbano. (SIMÕES, 2008, p. 195).

Sob a proposta de ser uma observação “desenderaçada” em certa medida, destacamos que o olhar do pesquisador nunca é totalmente “sem endereço” em relação ao objeto de estudo, mas, que o emprego dessa técnica consiste em “se deixar conduzir pelo inesperado, pelo modo como as pessoas se apresentam num dado momento e determinado lugar”. (SIMÕES, 2008, p. 194).

Essa ferramenta permitiu uma apreensão abrangente da instituição sobre a forma como são narrados os acontecimentos para além do que é expressamente dito, uma maneira

diferente de coletar dados, mas igualmente importante para a constituição de uma análise sociológica. Dada a relevância das informações coletadas através da observação flutuante, não poderíamos permitir que os dados fossem deixados a cargo da debilidade da memória da pesquisadora. Assim, a utilização do diário de campo foi empregada para registrar o que era observado e, posteriormente, sistematizar e incorporar os dados coletados à análise.

Nesse procedimento, nos apropriamos de recursos tecnológicos que tornaram os registros mais práticos e rápidos de serem realizados. Conforme Miskolci (2016), mediante as transformações e disseminação das tecnologias que permitiram a consolidação de uma era digital, as pesquisas são empreendidas apropriando-se de diversas ferramentas digitais para coleta e análise dos dados. Embora os avanços da conectividade tenham “se passado em ritmos e intensidades diferentes de acordo com o país em que se vive, o nível socioeconômico de cada um, assim como sua faixa etária e nível educacional”, os novos recursos tecnológicos existentes fazem com que os pesquisadores repensem seus métodos e técnicas de pesquisa de acordo com a disponibilidade, exigindo também que o fazer sociológico seja reinventado. (MISKOLCI, 2016, p. 283).

Nesse caso, o diário de campo como ferramenta para tomar nota das observações realizadas vai além do bloco de papel que o pesquisador carrega no bolso. Em nossa investigação, utilizamos o bloquinho de papel, mas também dispomos do *OneNote*, um programa de computador e *smartphone* da Microsoft, para o recolhimento de informação de forma livre e colaboração entre multiusuários. Através dele é possível criar notas, utilizando desenhos, recortes de tela e comentários de áudio que podem ser compartilhados com outros usuários do *OneNote* por meio da *internet* ou por uma rede de compartilhamento. Esse programa foi instalado no celular *smartphone* e no *notebook* utilizados pela pesquisadora, de forma que as informações registradas no momento da observação fossem compartilhadas automaticamente entre os dispositivos conectados. Assim, o que era captado através das observações foi registrado manual e digitalmente mediante a disponibilidade desses recursos.

A técnica do diário de campo foi empregada como esboço da análise, contando com algumas descrições, mas principalmente com *insights* resultantes das nossas idas ao campo que foram posteriormente trabalhados e aperfeiçoados para o trabalho escrito. Não nos propomos a fazer uma descrição densa, nem um trabalho etnográfico, por tanto, as descrições feitas neste trabalho são pontuais e, quase sempre, restritas aos aspectos metodológicos da pesquisa e ao que observamos durante as entrevistas. Os registros são apresentados em momentos oportunos

sem explicitar ou citar que são trechos e anotações do diário, uma vez que essa ferramenta foi utilizada como o primeiro rascunho das nossas elaborações.

Sobre o vimos em campo, por mais fidedigno que seja esse registro da observação e as descrições feitas a partir dela, nada substitui o olhar e a percepção de quem observa, no instante em que observa. No entanto, dispo de desses recursos digitais, nos apropriamos também da fotografia para: apresentar os espaços físicos da instituição como fizemos acima; guardar a imagem de documentos e/ou prontuários que eventualmente serão apresentados no texto; demais aspectos que pudessem ser visualmente registrados.

Imagem 10 – Idosa simulando tirar uma fotografia



Fonte: Olhares Diários, Blog da Unidade de Imagem, do Diário do Nordeste.

A fotografia ainda hoje desperta um certo fascínio e tem sido amplamente utilizada conforme os recursos tecnológicos permitem que as técnicas de reprodução sejam aprimoradas. Como define Barthes (1984, p.13), a técnica fotográfica “repete mecanicamente o que nunca

mais poderá se repetir existencialmente”, por esta razão, dispomos desse recurso para demonstrar aproximadamente o que observamos, já que a fotografia também não corresponde exatamente ao é possível ver nas observações.

Os registros fotográficos realizados durante as observações foram captados através da câmera de um celular *smartphone*, mas também recorremos a outras fontes, como *websites* de jornais e blogs, que publicaram imagens da instituição. Contudo, nesse último caso, foram dados os devidos créditos informando as fontes originais das imagens reproduzidas, respeitando os direitos autorais daqueles que detém as fotografias.

A observação flutuante, como ferramenta de apreensão da realidade, foi utilizada neste estudo como um olhar capaz de flutuar diante daquilo que presenciávamos na instituição. Durante o trabalho de campo, seu emprego serviu, principalmente, para captar o que não poderia ser registrado através dos áudios das entrevistas e nem dos prontuários: os olhares, a expressão corporal, os trejeitos e as lágrimas que acompanham as narrativas.

Embora a nossa principal fonte de dados fosse as falas das entrevistadas, as narrativas não são constituídas apenas por palavras oralmente expressas,

O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras no chão, como no conto da Carochinha. A arte de narrar é uma relação de alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana. (BOSI, 1994, p. 90).

Como exemplo, podemos citar os casos em que é perceptível o ato de se encolher ao falar sobre a violência física que sofriam, expressando através do corpo a forma como reagiam aos castigos que recebiam, ou demonstrar como deviam se comportar na casa dos patrões para não quebrar nada que pudesse lhe causar um prejuízo financeiro. Essas são algumas das expressões do “não dito” que puderam ser observadas em meio as narrativas, mas a observação flutuante não se restringiu a isso.

No decurso de todo o trabalho de campo (entre a pesquisa documental e as entrevistas), acompanhamos um pouco da dinâmica da instituição e das relações sociais entre residentes, familiares, visitantes, funcionários e todos aqueles que estavam ali por alguma razão, juntamente com as conversas informais que também serviram como fonte de dados para constituir nossa análise.

Ademais, existe uma máxima de que “para ser um bom pesquisador é necessário ser um bom fofoqueiro”, obviamente que há um tom humorístico nisso, mas também um fundo de verdade sobre o ofício de sociólogo. Como senso comum, costumamos conceber a fofoca como algo banal, inventado e que não merece muito crédito, no entanto, as fofocas são uma forma de narrativa e contam uma história. A fofoca carrega as percepções daquele que narra e as repassa para quem ouve, assim, cada um adiciona um pouco de si na memória produzida sobre um ocorrido. E, como estamos constituindo uma análise a partir da memória coletiva, talvez a fofoca seja uma excelente forma de exemplificar como as lembranças podem ser socialmente construídas, mas não vamos nos ater a isso agora.

Por hora, devemos destacar que a observação flutuante consiste também em ouvir essas narrativas atentamente, mesmo que ocorram fora do contexto formal da entrevista, quando o interlocutor se sente mais à vontade para falar sobre qualquer assunto. Numa instituição tão grande como o Lar Torres de Melo, com tantos indivíduos vivendo sob o mesmo regimento interno, mas seguindo também a sua própria lógica de existência, “a fofoca, os mexericos ou zum zuns, de certa forma, fazem parte da rede de relações existentes” e “servem como uma forma de estreitamento dos laços e de se manterem informados sobre o que se passa no cotidiano comunitário”. (KOURY, 2018, p. 17).

Koury (2018), parafraseando Loudon (1961), diz que “a fofoca é... o canal mais importante para a afirmação constante de valores compartilhados sobre o comportamento de um grupo”, com isso, esse tipo de narrativa tem o seu lugar dentro das análises sociológicas a partir do momento em que expressa esses valores. Através delas foi possível acompanhar parte do cotidiano da instituição mesmo quando não estávamos lá, trazendo à tona até acontecimentos passados antes da nossa chegada ao Lar. E, como alguém que conta uma fofoca, em momentos oportunos, traremos alguns desses relatos a partir das observações.

A exemplo do que ocorre no trabalho de Ecléa Bosi, precisávamos atentar para aquilo que era dito informalmente, pois,

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança [...]. (BOSI, 1994, p. 39).

De resto, a observação flutuante foi aplicada de maneira conjunta à pesquisa documental e às entrevistas, atuando onde as demais ferramentas de coleta de dados não

chegavam. Como veremos nos tópicos adiante, cada instrumento metodológico permite o acesso às informações de maneira única, mas, quando combinados, constituem uma visão mais ampla acerca do nosso objeto.

2.2.2 Trajetórias documentadas: prontuários como fonte de dados

Diante da nossa proposta de esmiuçar trajetórias, consideramos que as narrativas sobre os percursos de vida podem ser contadas e registradas de diversas formas. Com isso, a instituição registra, de modo muito restrito, o passado e o presente de seus residentes através dos prontuários como forma de identificá-los, guardando informações sobre histórico médico, aspectos socioeconômicos, resultados de testes e exames, dentre outros dados que são relevantes para que o Lar estabeleça uma proposta de atuação pautada nas especificidades e necessidades de cada idoso que mora ali. Esses registros foram grandes aliados em nossa investigação através da pesquisa documental, nos permitindo ter uma compreensão mais ampla do contexto em que as trajetórias de vida desses idosos foram constituídas.

Por definição, a pesquisa documental,

[...] utiliza, em sua essência: documentos que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados. O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos. O documento a ser utilizado na pesquisa dependerá do objeto de estudo, do problema a que se busca uma resposta. Neste sentido, ao pesquisador cabe a tarefa de encontrar, selecionar e analisar os documentos que servirão de base aos seus estudos. (BOLGDAN & BIKLEN, 1994, p. 243).

Para isso, é necessário destacar que, “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser re-elaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Com isso, sabendo que a instituição tem registro dos seus residentes e dispõe de informações sobre diversos aspectos da vida desses sujeitos e sobre a história da instituição, nos propomos a estabelecer uma caracterização dos idosos que lá residem atualmente, sob uma perspectiva socioeconômica, através da pesquisa documental com esses prontuários. (GIL, 2002, p. 5).

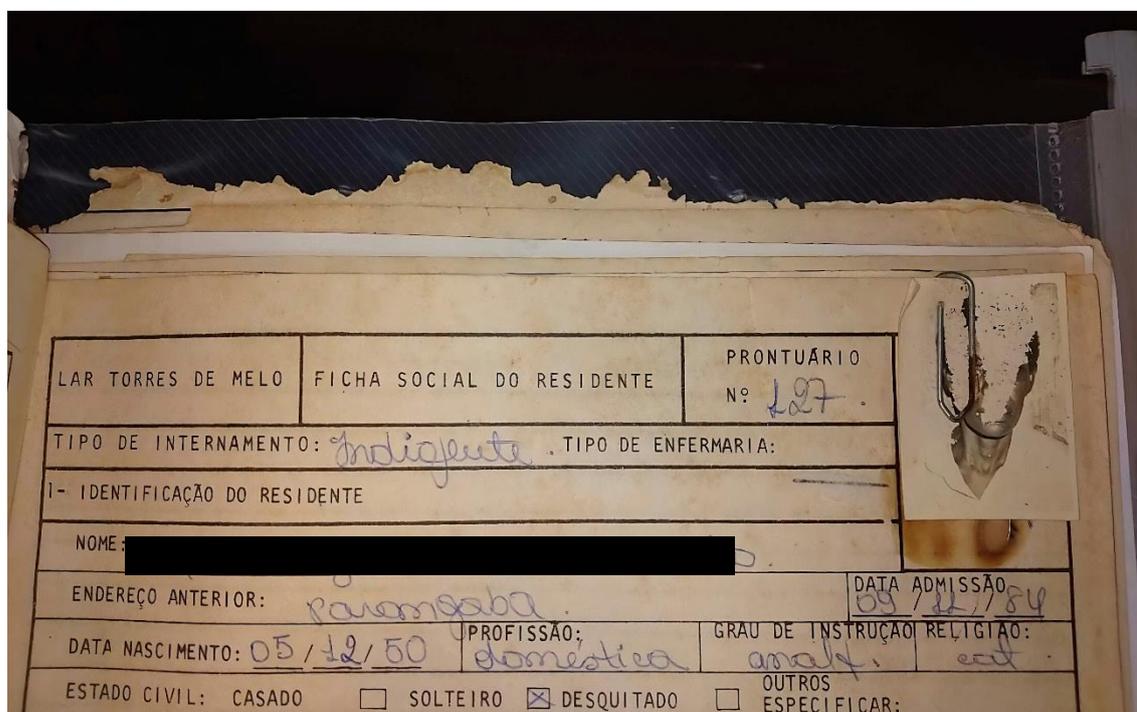
Dada essa definição, a pesquisa documental foi empregada na constituição de uma análise descritiva dos aspectos que encontramos nos prontuários. Com base nos objetivos da pesquisa, elaboramos um questionário estabelecendo 20 variáveis que serviriam como parâmetro para a realização das entrevistas (realizadas após a pesquisa documental) e para que pudéssemos constituir uma breve análise acerca dos aspectos socioeconômicos dos residentes.

No entanto, esse questionário era mais aproximado de uma ficha de cadastral, semelhante aquelas utilizadas pela instituição, mas com o diferencial de registrar apenas os dados que eram pertinentes aos objetivos da pesquisa.

Dentre as informações disponíveis nos prontuários, destacamos: aspectos gerais (idade, gênero, fonte de renda, religião, cor/raça, estado civil, número de filhos, naturalidade, ocupação anterior, motivo e responsável pela institucionalização) e histórico médico (dados referentes às condições físicas e psicológicas); pois, como veremos mais adiante, para que as entrevistas pudessem ser realizadas, haviam critérios de inclusão e exclusão para selecionar os possíveis entrevistados.

O questionário foi aplicado aos 220 prontuários disponibilizados pela instituição, sendo um para cada atual residente no Lar institucionalizado até o mês de dezembro do ano de 2019. Durante cerca de 1 mês e meio, no decurso das tardes de segunda a quinta, nosso trabalho de campo foi destinado a coletar os dados presentes nesses documentos, um trabalho rigoroso e desgastante que demandou tempo e organização para que nenhuma informação relevante pudesse passar despercebida.

Imagem 11 – Cabeçalho da Ficha Social do Residente



A photograph of a social record form for a resident at Lar Torres de Melo. The form is titled 'FICHA SOCIAL DO RESIDENTE' and 'PRONTUÁRIO Nº 127'. It contains handwritten information in blue ink, including the type of internment ('Indigente'), previous address ('Parangaba'), date of birth ('05/12/50'), profession ('doméstica'), admission date ('09/22/84'), and marital status ('CASADO'). The form is held together by a metal paperclip.

| | | |
|---------------------------------|--|--|
| LAR TORRES DE MELO | FICHA SOCIAL DO RESIDENTE | PRONTUÁRIO Nº 127 |
| TIPO DE INTERNAMENTO: Indigente | | TIPO DE ENFERMARIA: |
| 1- IDENTIFICAÇÃO DO RESIDENTE | | |
| NOME: [REDACTED] | | |
| ENDEREÇO ANTERIOR: Parangaba | DATA ADMISSÃO: 09/22/84 | |
| DATA NASCIMENTO: 05/12/50 | PROFISSÃO: doméstica | GRAU DE INSTRUÇÃO: analf. RELIGIÃO: cat. |
| ESTADO CIVIL: CASADO | <input type="checkbox"/> SOLTEIRO | <input checked="" type="checkbox"/> DESQUITADO |
| | <input type="checkbox"/> OUTROS ESPECIFICAR: | |

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora durante o trabalho de campo.

Algumas dessas variáveis já haviam sido utilizadas no estudo anterior, ou seja, tínhamos esses dados registrados no banco de dados criado para a realização do estudo que mencionamos. Para a aplicação dos questionários aos prontuários, utilizamos a lista de residentes que dispomos do ano de 2017 cruzando os nomes dos atuais residentes para que adiantar a coleta de dados. Assim, aqueles que ainda estavam presente no quadro atual de residentes tiveram seus registros atualizados conforme as variáveis deste estudo.

Iniciamos nossa busca pelos prontuários localizados na sala 6, um dos consultórios destinado ao atendimento especializado que serve também como arquivo para toda a papelada referente ao histórico dos residentes. O prontuário é um registro individual, identificado por um número, formando um conjunto de documentos contendo o máximo de informações possíveis sobre aqueles que residem na instituição. No Lar, eles são dispostos em gavetas de armários de metal, através de uma organização numérica e alfabética, divididos em pastas identificadas por letras, sendo: A – pasta com dados essenciais para identificação, breve resumo do histórico do residente, exames e testes recentes; B, C, D – informações antigas e assim, sucessivamente, utilizando quantas letras forem necessárias para comportar os documentos. Quanto mais tempo de permanência na instituição, maior o prontuário e mais pastas são utilizadas por residente.

Na sala 6, encontramos 6 armários (contendo 4 gavetas cada), sendo 24 gavetas no total, com 22 delas destinadas aos prontuários, as demais são utilizadas para outros fins. Cada gaveta comporta até uma certa quantidade de pastas, deste modo, há uma identificação numérica para cada gaveta com o objetivo de localizar facilmente os prontuários, por exemplo: gaveta 1 – prontuários de número 2 a 30, gaveta 2 – prontuários de número 31 a 51 e assim por diante, até a última gaveta onde ficam os documentos daqueles de identificação superior ao número 391, normalmente são as pastas dos recém chegados.

Os números que identificam os prontuários são individuais e não são utilizados números iguais para residentes diferentes. Contudo, algumas vezes nos deparamos com casos em que 2 residentes eram identificados pelo mesmo número. Inicialmente, achamos que era algum erro nosso, um caso de desatenção e que havíamos aplicado os questionários duas vezes ao mesmo prontuário, até porque, as informações são bem parecidas e chega um momento em que todos os dados parecem iguais, mas não era o caso. Ao checar as informações dos questionários referentes aos prontuários com números iguais, acabamos constatando que era de fato um erro na identificação dos residentes.

Das poucas vezes em que isso ocorreu, nos dirigimos à funcionária responsável pela organização dos dados e à equipe de assistentes sociais que acompanhava o nosso trabalho, para informá-las sobre o equívoco e para pudessem corrigi-lo. Fomos informados de que devido ao grande número de informações contidas ali, algumas vezes isso acontece mesmo e nosso trabalho serviu, em certa medida, para fazer alguns reparos na organização conforme esses erros eram notificados. Além disso, à medida em que os indivíduos vão deixando a instituição, com o tempo, um número utilizado para identificar um prontuário pode ser reutilizado para um novo residente, embora, a instituição prefira manter seguindo adiante na ordem numérica.

Dando continuidade ao nosso trabalho, os dados obtidos eram registrados manualmente nos questionários impressos. Cada um dos 220 prontuários foi verificado, mesmo aqueles referentes aos residentes que já estavam presentes no estudo anterior. Um trabalho exaustivo que exigiu o máximo de organização e sistematização para que pudéssemos ter controle sobre as informações que eram coletadas, sempre acompanhando quais prontuários já haviam sido consultados, quantos faltavam e ainda se os dados não estavam se repetindo de maneira indevida (como no caso dos prontuários com a mesma numeração). Para que pudéssemos nos organizar, foram criadas inúmeras listas e tabelas com nomes e números dos prontuários e questionários, utilizando ordens numéricas e alfabéticas para identificação dos prontuários e residentes correspondentes, um exercício constante de coleta e verificação dos dados.

Finalizado esse trabalho de coleta, as informações obtidas sistematizadas tabuladas utilizando tanto o Microsoft Excel (um editor de planilhas produzido pela Microsoft para computadores), com o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* – “pacote estatístico” para as ciências sociais), para calcular a distribuição de frequência dos dados referentes ao perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa e, posteriormente, constituir uma análise descritiva para dar suporte às informações coletadas através das narrativas dos nossos interlocutores. Assim, foram criados quadros e gráficos para que os dados pudessem ser analisados e apresentados no texto. Devemos salientar que o SPSS exibe somente o número definido de casas decimais que, no caso em estudo, foi utilizada apenas a primeira casa decimal. Portanto, em alguns casos, a soma das porcentagens pode não se adequar ao total de 100%.

2.2.3 As memórias como fonte de dados

A entrevista, como explica Minayo (2008), tem sido um dos principais recursos amplamente utilizado nas investigações sociológicas para obtenção de dados qualitativos sobre

diversos temas. Podendo ser definida de maneira simplória como “uma conversa a dois”, essa ferramenta possui variações com relação a sua aplicabilidade, podendo ser literalmente uma conversa, mas com uma finalidade, realizada de forma organizada e sistemática para coletar informações pertinentes ao referido tema. Por isso, é necessário definirmos de que maneira essa técnica foi empregada neste estudo. (MINAYO, 2008, p. 261).

Para uma definição mais elaborada, consideramos, em sintonia com Minayo, que a entrevista é:

[...] um instrumento privilegiado de coleta de informações para as pessoas é a possibilidade que tem a fala de ser reveladora de condições de vida, da expressão dos sistemas de valores e crenças e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor. (MINAYO, 2018, p. 64).

Imagem 12 – Idosa sendo entrevistada para matéria de um jornal



Fonte: Olhares Diários, Blog da Unidade de Imagem, do Diário do Nordeste.

Diante de tal afirmativa, considerando nosso interesse na memória dos velhos, a entrevista nos pareceu o instrumento mais adequado aos nossos objetivos. A forma como aplicamos essa ferramenta se aproxima do que Minayo (2018, p. 59) define como entrevista aberta ou em profundidade, em que “o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões”.

Em nossa investigação, as entrevistas foram realizadas com base num roteiro previamente estabelecido, contendo apenas temas alinhados aos objetivos da pesquisa.

O roteiro de entrevista foi elaborado com base em temáticas centrais dentro da proposta de estudo que pudessem remeter às trajetórias de vida dos residentes, com o intuito de auxiliar a pesquisadora a conduzir a interlocução de forma condizente com os objetivos estabelecidos, contendo temas básicos e apenas norteadores para instigar os interlocutores a compartilhar seus relatos. Com isso, foram destacados os principais recortes temporais: a infância, a juventude, a vida adulta e a senescência; e os possíveis temas a serem abordados correspondente a cada marco temporal. Nessa delimitação, não foram estabelecidas perguntas fixas, apesar de que já tínhamos em mente algumas questões que foram se repetindo ao longo das entrevistas, nem uma delas foi posta no roteiro, como observamos no quadro a seguir.

Quadro 1 – Roteiro de entrevista

| EIXO | TEMAS |
|-------------------|--|
| Abordagem Inicial | Nome, idade, tempo de institucionalização, responsável e motivo da institucionalização. |
| Infância | Nascimento, alimentação, saúde, escolaridade, relação familiar, moradia. |
| Juventude | Escolaridade, alimentação, profissão/ocupação, fonte de renda, saúde, relação familiar, moradia. |
| Vida Adulta | Profissão/ocupação, fonte de renda, casamento, relação familiar, moradia. |
| Velhice | Institucionalização, saúde, relação familiar, moradia, fim do exercício da profissão/ocupação, fonte de renda. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar da vigilância constante empregada em nossos estudos na busca por uma aproximação com a neutralidade, devemos considerar “o próprio sociólogo como personagem de uma memória de processos interativos pretéritos, de vários momentos de sua socialização para a condição de adulto”. As memórias constituem nossas visões de mundo e o sociólogo, como parte desse mundo, não está isento nesses processos como veremos na aplicação das entrevistas. (MARTINS, 2013, p. 20).

E assim fizemos, com base nas informações dos prontuários, foram selecionadas certa de 30 a 40 pessoas que atendiam aos critérios estabelecidos. Em seguida, as informações foram verificadas com o serviço social numa segunda triagem que acabou excluindo alguns nomes. Por fim, fechamos a lista de possíveis entrevistados e fomos para a abordagem inicial e a entrevistas, de fato, quando aceitavam participar.

Quadro 2 – Triagem para a realização das entrevistas

| | Triagem Inicial | Triagem Secundária | Abordagem |
|-----------------------|---|---|--|
| Critérios de Inclusão | Gênero Feminino | Nesta fase todos os critérios estabelecidos para triagem inicial eram conferidos junto à equipe de profissionais responsáveis que acompanhava a realização do estudo. | Caso a possível entrevistada cumprisse todos os requisitos, era realizada a abordagem para sabermos da sua vontade de participar ou não da pesquisa. |
| | Ocupação Anterior (Doméstica) | | |
| | Idade (a partir de 60 anos) | | |
| | Residir na instituição, com tempo de permanência de pelo menos 1 ano | | |
| | Possuir condições físicas e psicológicas de falar e articular ideias de maneira coerente que permitam narrar a sua trajetória | | |
| | Não haver histórico de depressão e/ou ansiedade, ou qualquer outro quadro psicológico/psiquiátrico que pudesse ser agravado pela realização da entrevista | | |
| Fonte | Prontuários | Serviço Social | Residente (Possível entrevistada) |

Fonte: Elaborado pela autora.

Realçamos que, levando em consideração o estado físico e mental fragilizado em que uma parte dessas pessoas se encontra e, com base nos objetivos da pesquisa, a escolha dos indivíduos para a realização das entrevistas não poderia ser feita de forma aleatória. Tivemos

de estabelecer parâmetros específicos para fazer uma triagem dos possíveis participantes, como: ter a capacidade de falar e articular ideias que permitam compreender a sua trajetória, não possuir nenhum quadro ou histórico de depressão que possa ser agravado pelas questões abordadas durante a entrevista. Era de fundamental importância que a pessoa a ser entrevistada tivesse condições que estruturam uma narrativa sobre si mesma, dado o caráter da pesquisa e os objetivos estabelecidos. Essas informações estavam registradas nos prontuários que tivemos acesso, facilitando a triagem daqueles que serão entrevistados.

De início, pensávamos que, se possível, a entrevista deveria ser realizada com o acompanhamento de um profissional da instituição, de preferência das áreas de psicologia ou do serviço social, para garantir a integridade daquele que será entrevistado, a fim de evitar danos associados ou resultantes das questões abordadas - agravo imediato ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou à coletividade, decorrente da entrevista. Acreditando que o desenvolvimento e o engajamento ético devem ser inerentes ao desenvolvimento científico, nossos esforços visaram respeitar a dignidade humana de todos aqueles envolvidos na pesquisa, seja de forma direta ou indireta. Porém, esse acompanhamento dependia da disponibilidade da instituição e, considerando o quadro limitado de profissionais que atuam no local, as entrevistas foram realizadas sem a presença de funcionários, apenas com algumas exceções em que os cuidadores estavam no quarto das entrevistadas. O que acabou sendo um ponto positivo, pois dado os assuntos abordados nas narrativas, a presença de outros indivíduos no local poderia inibir as falas das interlocutoras.

Nos planejamos para que esse momento de interlocução ocorresse numa das salas destinadas a realização de testes e atendimento psicológico da instituição, quando houvesse disponibilidade para que o espaço fosse utilizado apenas para a entrevista. Lá, iríamos dispor de um ambiente fechado e controlado para evitar interferências externas que prejudicassem a realização da entrevista. No entanto, nenhum espaço com essas características nos foi disponibilizado e tivemos que optar por aplicar as entrevistas onde os sujeitos supostamente se sentiriam mais à vontade dentro da instituição: nos seus quartos e/ou corredores próximos a eles.

Assim, as entrevistas foram conduzidas individualmente, pois, devido as condições em que boa parte desses indivíduos se encontram (possível fragilidade emocional e física, dificuldades de falar e com a organização de narrativas sobre si), é necessário uma atenção maior por parte do pesquisador e um cuidado para garantir que esse interlocutor se sinta à

vontade para compartilhar seus relatos. Ademais, as falas foram gravadas com autorização das depoentes, e, posteriormente, transcritas para análise.

Para verificar a aplicabilidade do roteiro, foram realizadas 2 entrevistas teste, com um homem e uma mulher. Os testes foram bastante produtivos e o roteiro sofreu apenas algumas adequações que fossem aplicadas mais entrevistas. Nos testes, foi possível notar que alguns dos temas destacamos não correspondiam aos eixos, mas não achamos que seria algo relevante, por isso, demos continuidade à aplicação das entrevistas, começando pela triagem dos possíveis entrevistados.

Conforme avançamos na realização das entrevistas, percebemos que de fato, a sistematização feita correlacionando determinados temas às etapas da vida refletiam a visão da pesquisadora sobre os temas e não a das entrevistadas. Um dos casos mais recorrentes diz respeito à iniciação no trabalho doméstico e algumas questões referentes a casar, ter filhos, por exemplo. Todos esses aspectos indicados pela pesquisadora no eixo referente à fase adulta foram completamente refutados pelas narrativas onde as mulheres contavam que começaram a trabalhar ainda na infância, casaram-se com 15/16 anos, das que tiveram filhos, foram mães ainda na juventude.

Ao notar a disparidade entre as visões de mundo, por um momento, isso nos pareceu um problema. No entanto, observando esse confronto entre a realidade vivenciada pela pesquisadora e pelas entrevistas, percebemos que seria mais interessante continuar captando essas descontinuidades e rupturas na forma como são estipuladas expectativas para cada estágio de vida do que mudar o roteiro para que este fosse adequado às narrativas. Com isso, seguimos com o mesmo roteiro, fazendo as perguntas de maneira flexível atentando para a realidade vivenciada pelas idosas e não se restringindo ao que havia sido esquematizado.

No total, foram realizadas 10 entrevistas com mulheres residentes na instituição. Tínhamos nos programado para realizar um número maior de entrevistas e, possivelmente, incluir também o público masculino, mas fomos surpreendidos por algo que fugiu completamente ao nosso controle. Em dezembro de 2019, o mundo inteiro se deparou com a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), segundo o Ministério da Saúde (MS), uma doença viral que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves, sendo disseminada e transmitida de pessoa a pessoa.

Ainda de acordo com o MS, o COVID-19, como também é nomeado, foi identificado inicialmente em Wuhan na China, mas até a finalização deste trabalho, não havia uma informação precisa sobre a origem do vírus em termos geográficos. O que sabemos é que, dada a sua capacidade de transmissão, o coronavírus se espalhou rapidamente pelos continentes, chegando até ao Brasil no início de 2020 (quando os primeiros casos foram noticiados), período em que realizávamos as entrevistas. Pelas especificidades biológicas do envelhecimento, os idosos fazem parte do grupo de risco da doença, sendo um dos segmentos mais atingidos pelos quadros graves, por terem menor resistência aos sintomas.

Em julho de 2020, o Brasil contabilizava 2.553.265 casos confirmados do COVID-19, somando 90.134 óbitos, de acordo com o Ministério da Saúde. No Estado do Ceará, neste mesmo período, segundo os indicadores da Plataforma IntegraSUS⁶, foram contabilizados 169.138 casos confirmados da doença com 7.648 óbitos, sendo 41.912 desses casos somente em Fortaleza, cidade que atingiu a marca de 3.690 mortes causadas pelo novo coronavírus. Segundo o Boletim da Secretaria Estadual da Saúde, mais de 70% das mortes por COVID-19 no Ceará são de pessoas idosas.

Com isso, desde março, as unidades federativas têm decretado medidas para conter o avanço da doença, dentre elas, o distanciamento social, fechamento de serviços não essenciais e a restrição de circulação de pessoas em vias públicas, como formas de diminuir a possibilidade de contágio. O Lar Torres de Melo, por conta própria, restringiu suas atividades antes mesmos que o Governo do Estado se posicionasse com relação a doença, para que os residentes estivessem menos expostos ao vírus, o que acarretou o fim do trabalho de campo, minando qualquer possibilidade de realizar mais entrevistas. Conforme as recomendações e decretos vigentes, não poderíamos dar continuidade às visitas nessas circunstâncias, pois além do risco que corríamos, também estaríamos colocando em risco os idosos que lá residem, os profissionais e todos que tivessem contato conosco.

Mesmo com todos os esforços, a instituição foi bastante atingida e no mês de julho de 2020 contabilizava 151 casos confirmados e 12 óbitos entre os seus residentes, um quadro que nos impactou muito, principalmente porque são pessoas com quem tivemos contato ao

⁶ Plataforma de transparência da gestão pública de saúde do Ceará, que integra sistemas de monitoramento e gerenciamento epidemiológico, hospitalar, ambulatorial, administrativo, financeiro e de planejamento da Secretaria da Saúde do Estado (Sesa).

longo da pesquisa e criamos, de certa forma, um vínculo. Lamentamos profundamente todas as vidas que foram interrompidas, de uma maneira ou de outra, por essa pandemia e nos solidarizamos com aqueles que perderam seus entes queridos, que inclusive, tornaram este trabalho possível.

Como mencionamos, o trabalho de campo foi encerrado, mas seguimos com os demais procedimentos para constituir nossa análise. A tarefa árdua de transcrever as entrevistas foi realizada em conjunto com a Ana Carolina Rodrigues Alves, cientista social formada pela UECE, uma profissional que tem dedicado uma atenção especial aos aspectos técnicos e metodológicos da pesquisa qualitativa, principalmente, relacionados à realização de entrevistas e transcrições. Assim, o trabalho foi dividido entre nós, de maneira remota, para que as transcrições fossem realizadas o mais breve possível, levando em consideração o tempo que tínhamos disponível. Nesse caso, Ana Carolina transcreveu metade das entrevistas realizadas, que foram posteriormente revisadas para que fossem adicionadas as notas da pesquisadora.

Para que pudéssemos transcrever as entrevistas, também dispomos de diversos recursos tecnológicos que favoreceram o processo de reprodução-transcrição das narrativas que gravamos. Dada a dificuldade com que algumas das entrevistadas possuem na dicção, as interrupções, sons ao fundo e demais fatores que interferiram qualidade da gravação, utilizamos o aplicativo *Moto Audio*⁷ para tornar os diálogos mais nítidos, realçar as vozes, nivelar o volume do áudio, dentre outras alterações que fizeram melhorias naquilo que foi captado pelo gravador. Com um áudio mais inteligível, usamos o aplicativo *Music Speed Change*, disponível para *smartphones* com sistema operacional *android*, que permite alterar a frequência com os sons são reproduzidos. Assim, as entrevistas eram repassadas numa frequência mais lenta do que foram gravadas, proporcionando uma escuta mais qualificada a cerca do que foi dito.

Feitas as transcrições, as entrevistas foram analisadas separadamente e em conjunto, levando em consideração as particularidades de cada narrativa e as semelhanças presente nas memórias, visando compreender criticamente como a proteção social esteve ou não presente nas trajetórias dessas mulheres em diferentes períodos, tendo por base ainda as categorias analíticas que destacamos: memória coletiva, proteção social e velhice.

⁷ Ferramenta disponível para os *smartphones* com sistema *android* da Motorola, uma plataforma de som otimizado pela Dolby que permite explorar as nuances sonoras, identificando o conteúdo gravado e fazendo ajustes para proporcionar uma reprodução mais nítida.

3 PROTEÇÃO SOCIAL

No contexto de transição demográfica em que o envelhecimento populacional brasileiro passa a ser uma preocupação para os arranjos familiares, as instâncias governamentais e o campo de produção do conhecimento. Essa transição se faz, num contexto de grandes transformações socioculturais, econômicas e políticas em que a compreensão sobre o sistema de proteção social no Brasil representa um desafio para aqueles que se debruçam sobre os processos que envolvem suas origens e desenvolvimento. Mesmo com os diversos estudos já realizados e a ampla literatura existente sobre a temática, nos deparamos com a difícil tarefa de analisar e conceituar o que seja proteção social, dada a complexidade e a multiplicidade de abordagens que constituem a sua definição.

Em linhas gerais, a proteção social pode ser conceituada como um sistema, que visa proteger parte ou o conjunto de membros de uma mesma sociedade em meio às condições adversas com que se deparam ao longo da vida. Trata-se de uma série de mecanismos que expressam os valores de solidariedade decorrentes dos processos sociais e históricos em que se desenvolvem os meios para garantir a subsistência enquanto grupo, implicando pensar o bem estar dos indivíduos que fazem parte dele. (DI GIOVANNI, 1998, p. 11).

Visto que a construção dos direitos individuais e sociais (coletivos), expressos na Constituição Federal de 1988, estão associadas também à idealização de um perfil de “humanidade” que se pretende alcançar, sabendo que nas suas diferentes trajetórias de vida, os indivíduos estão expostos – uns mais outros menos – a eventuais danos, com repercussões diferentes para cada um, variando também a maneira de enfrentá-los, a construção dos mecanismos de proteção social não pode ser entendida como um processo unilateral, mas sim com várias dimensões e interesses envolvidos.

Dependendo do contexto em que se esses mecanismos se desenvolvem, a proteção social pode assumir formas e expressões diferenciadas para promover esse bem estar social. Com isso, pontuamos que nossa abordagem se constitui através de perspectivas que, em linhas gerais, compreendem a proteção social como “um conjunto de mediações que emergem das lutas sociais cotidianas de diferentes segmentos subalternos que vêm à esfera pública para expressar interesses”. Aquilo que entendemos como proteção social configura-se entre as dimensões econômica, política e cultural, como um processo em curso que depende do contexto social e histórico da sociedade a que se refere. (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

Dito de outra forma, com base em seus valores socialmente construídos, os grupos sociais desenvolvem essas formas de solidariedade onde a proteção social tem sido uma das maneiras utilizadas para amenizar a precarização das condições de vida, proporcionando um suporte quando o indivíduo não consegue prover por conta própria os meios que supram suas necessidades.

Para Di Giovanni (1998), a proteção social tem suas origens historicamente relacionadas a instituições não-especializadas. Porém, na medida em que uma nova ordem social se institui no decorrer do processo de industrialização, determinado suporte que antes era fornecido exclusivamente pelo núcleo familiar e comunitário, mostra-se insuficiente para lidar com as expressões da questão social⁸, exigindo das instituições modernas uma postura frente às demandas sociais que surgem e se expressam por meio de organizações de trabalhadores. Nessas conjunturas, a proteção social direciona-se para enfrentar as situações que impediam o trabalhador de suprir a sua subsistência, mesmo já existindo a forma de trabalho assalariado.

Conforme Jaccound (2009), é a partir do século XIX que de fato a proteção social passa a ser associada às obrigações jurídicas que impõe ao Estado moderno a responsabilidade de prover também os recursos fundamentais para a sobrevivência de seus cidadãos. Assim, a sua definição passa a ser fortemente vinculada às ações e programas institucionalizados e executados pelo aparato estatal, regendo diferentes instâncias da vida, a fim de garantir e promover o bem estar da sua população, desenvolvendo-se através de processos diferenciados que dependem das condições estruturais existentes.

No Brasil contemporâneo, para esta mesma autora, quando falamos de proteção social nos referimos à seguridade social que abrange a Previdência Social, o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Assistência Social, conforme expresso no Art. 1º da Lei Nº 8.212, de 24 de junho de 1991 (Lei da Seguridade Social), como “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais”. (JACCOUND, 2009, p.58).

Para fins desta dissertação, consideramos que o sistema de proteção social brasileiro inclui a Seguridade Social, que, segundo o artigo 194 da Constituição Federal de 1988,

⁸ Conforme Yamamoto e Carvalho, (1983, p.77), a questão social pode ser definida como “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. Em síntese, configura “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

compreende “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Acrescentamos ainda o conjunto de políticas públicas sociais que objetivam a promoção dos direitos sociais como: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. (BRASIL, CF/1988, Art. 6).

Imagem 13 – Idoso sendo atendido pelo setor médico do LTM



Fonte: Olhares Diários, Blog da Unidade de Imagem, do Diário do Nordeste.

Entretanto, na atualidade, relativamente ao segmento social constituído por pessoas idosas, percebemos “uma reedição de práticas historicamente ultrapassadas, cujas características voltadas aos anseios do mercado encontram-se presentes no Brasil” e noutros países, inclusive europeus. Em Portugal, por exemplo, pesquisas de Guadalupe e Cardoso (2018, p. 219) mostram que na atualidade em virtude da forma restritiva de proteção social estatal e suas origens históricas, a família é enquadrada “na modalidade de proteção de âmbito privado não mercantil, a par de outras instituições tradicionais filantrópicas e religiosas, contrapondo esta modalidade de âmbito público assumida pelo Estado”.

Utilizando outra denominação os estudos de Pereira (2011) possibilitam compreendermos a proteção social através da expressão “medidas de satisfação das necessidades”, referindo-se essencialmente à ação estatal, mas também às ações da sociedade civil e outros mecanismos que visam garantir os “mínimos sociais”⁹ necessários para subsistência humana e conseqüentemente o seu desenvolvimento.

A partir disso, podemos dizer que a proteção social passa a representar também o direito a um mínimo de subsistência, sendo atrelada ao mínimo de renda que dará condições para que o indivíduo desenvolva suas potencialidades, numa perspectiva em que as liberdades individuais e o desenvolvimento social estabelecem uma relação constitutiva e indissociável. Compreendendo que aquilo que “as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadores como, boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.” (SEN, 2010, p. 18).

3.1 Falando das origens históricas da proteção social

Pereira (2011) discute as origens da proteção social situando-a por volta de 1795 na Grã-Bretanha quando, através da “*Speenhamland Law*”, Lei do Condado de Speenhamland, é instituído o abono salarial ou rendimento mínimo garantido como forma de assistência social incondicional para os trabalhadores. Essa lei demarcava um conjunto de regulações pré-capitalistas que se aplicava às pessoas situadas à margem do trabalho, mas ainda assim referenciadas no trabalho, compreendendo que se alguém não pudesse obter o suficiente para sobreviver através do trabalho, cabia à sociedade fazer a complementação.

Buscando estabelecer as condições necessária para que uma sociedade seja favorável ao desenvolvimento e consolidação de uma economia de mercado, a autora aponta a *Speenhamland Law* como uma das primeiras tentativas de instituir o direito de todos os homens a um mínimo de subsistência. Por impor uma regulação nas competitivas relações entre capital e trabalho, a Lei foi duramente criticada por constituir um incômodo obstáculo à formação de um proletariado industrial assalariado e durou apenas 39 anos.

⁹ Os mínimos sociais podem ser definidos como “um conjunto integrado de ações e iniciativas pública e da sociedade, visando ao atendimento de necessidades básicas”. Referenciado no artigo 1º da Lei Orgânica de Assistência Social, esse conceito controverso sintetiza o que consideramos como condições mínimas para subsistência. (PEREIRA, 2011, p. 25).

Ao tentar expandir a noção de suporte social preexistente que era direcionada apenas aos incapacitados, objetivando contemplar aqueles capacitados para o trabalho, mas que por alguma razão não conseguiam prover sua subsistência, a *Speenhamland Law* demarcou o ponto de partida para pensarmos os mecanismos de proteção social institucionalmente regulados.

Com o esvaziamento da Lei e novas reformulações, ao passar de 4 décadas, “o auxílio aos necessitados tornou-se mais seletivo e residual, ao mesmo tempo em que foi abolido o princípio da territorialização do domicílio e servidão paroquial” na Inglaterra, restabelecendo-se integralmente a mobilidade espacial do trabalhador. Assim, a formação de mercado de trabalho competitivo é caracterizada pela autora a partir da sua associação à “emergência de um proletariado móvel, desprotegido socialmente e obrigado a vender a baixo preço a sua força de trabalho”. (PEREIRA, 2011, p. 106).

Longe de serem amparados socialmente, aqueles considerados indigentes (à margem do trabalho, incluindo crianças e inválidos), passaram a viver asilados e rigidamente controlados por essas instituições corretoras da ociosidade que compreendiam a pobreza e a miséria como uma condição individual, um desvio de caráter a ser corrigido. Nesse sentido, a proteção social é concebida como antinatural e nociva à liberdade individual e, para que a condição miserável pudesse ser superada, era necessário “ensinar aos pobres dos valores da prudência, da vida regrada e da auto provisão, coisa que as instituições de assistência social eram consideradas incapazes de fazer”. (PEREIRA, 2011, p. 106).

Conforme a autora demonstra, foram muitos os processos que moldaram o entendimento acerca dos mecanismos de proteção social e do que seriam os mínimos sociais necessários à condição humana. A própria noção de humanidade é transformada ao longo dos processos sociais e históricos, fazendo com que o suporte proporcionado pelas instituições modernas passe por momentos de expansão e/ou contração dependendo das circunstâncias encontradas.

A exemplo disso, são citados alguns nomes que ainda no século XVIII criticaram as tentativas de expandir a proteção social como, por exemplo, o economista Thomas Malthus e sua teoria que concebia a ajuda aos pobres como um incentivo à ociosidade que minava o espírito de independência dos indivíduos, os quais estariam sempre sob a tutela do Estado, compreendendo a liberdade como o oposto ao direito artificial à proteção institucionalizada.

Apesar de abordamos superficialmente a proteção social no contexto internacional, realçamos que o viés defendido por Malthus sintetiza alguns dos principais argumentos utilizados para reformular e estabelecer formas de conciliar o desenvolvimento econômico e o bem-estar da população, tornando a proteção social ainda mais seletiva como uma maneira de dificultar o acesso aos recursos. Conforme afirma Pereira (2011, p. 106), “sem proteção institucional, esperava-se que o pobre garantisse sozinho a sua sobrevivência, contra todas as desvantagens que a economia de mercado lhe impunha”.

Com isso, é somente no século XX que a concepção de seguridade social de fato é instituída na Grã-Bretanha, por William Beveridge, antecipando os princípios da constituição do *Welfare State*, que foi oficialmente empregado pela primeira vez nos EUA, em 1935 pelo presidente Roosevelt (com o seu *Social Security Act*). A partir daquela perspectiva, os mínimos sociais passam a ter uma conotação mais abrangente, “incluindo além de políticas de manutenção de renda, outros mecanismos adicionais de proteção social, como: serviços sociais universais (saúde e educação), proteção ao trabalho e garantia do direito ao acesso a bens e serviços”. (PEREIRA, 2011, p. 111).

Para esta autora, o modelo beveridgiano instituiu que “todas as ameaças ao rendimento regular dos indivíduos deveriam ser prevenidas ou anuladas, como doenças, acidentes de trabalho, morte, velhice, maternidade e desemprego”, através de quatro áreas programáticas: seguro social baseado em contribuições previamente pagas; benefícios suplementares de caráter não contributivo, sujeitos a testes e comprovações de pobreza; subvenção à família paga sem contrapartida (trabalhadores assalariados que tivessem mais de uma criança como dependente, que não pudesse pagar seus impostos); isenções fiscais de grupos de alta renda que ficavam desobrigados de pagar taxas suplementares de impostos. (PEREIRA, 2011, p. 111).

Importante realçar que esta mesma autora focaliza o processos históricos em que, frente as dificuldades encontradas para garantia da subsistência, desencadeia-se “a luta operária pela conquista da legislação fabril que protegesse a classe do despotismo do capital, fortalecendo a articulação dos trabalhadores”, um movimento que estimulou o debate político e às investigações científicas sobre a pobreza, que por fim demonstraram a dimensão estrutural e as suas causas sociais. (PEREIRA, 2011, p. 109).

3.1.1 Algumas particularidades históricas do sistema de proteção social no Brasil e a inserção dos idosos

A longa trajetória de constituição do sistema de proteção social Brasil é ilustrativa das influências de suas particularidades históricas, estrutura social e conjunturas sobre as vidas dos trabalhadores.¹⁰ Um longo e tortuoso caminho foi percorrido no país até se chegar à criação de direitos sociais tal como hoje se encontram previstos por leis e, em alguns casos, definidos em estatutos referentes a segmentos sociais que buscam garantir, por exemplo, um envelhecimento saudável e o suprimento de outras necessidades em condições de dignidade.

Diante dessa conjuntura, destacamos que,

O Estado Brasileiro nasceu sob o signo de forte ambigüidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. O desenvolvimento da política social [e da proteção social] entre nós, como se verá, acompanha aquelas fricções e dissonâncias e a dinâmica própria da conformação do Estado. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 75).

No Brasil, em meio as contradições da modernização capitalista num país dito “subdesenvolvido”, prevalece a “questão social” como expressão que sintetiza as múltiplas manifestações materiais, socioculturais e a precarização das condições de vida. Assim, destacamos que a compreensão da proteção social requer o entendimento da formação da sociedade a qual nos referimos para constituir uma análise a respeito desses mecanismos que estão diretamente relacionados à sustentação e desenvolvimento de um país. Isso porque, de acordo com Castro (2012),

[...] as condições históricas estruturais de cada país e sua situação e contexto presente, o formato e a amplitude da implementação dos elementos geradores da seguridade social e igualdade de oportunidade e de resultado vão ter influência direta na direção tomada pela política social, trazendo como resultante a ampliação da justiça social e a coesão social possíveis no país, o que pode representar maior equidade. (CASTRO, 2012, p. 1015).

Ao refletir sobre a proteção social no Brasil, Pochmann (2004) remete ao contexto da ascensão da burguesia industrial e da modernização, como também situa a emergência das classes trabalhadoras urbanas como novos atores responsáveis, crescentemente, pelo aparecimento de uma agenda política direcionada à regulação das livres forças do mercado. Acrescenta que com o passar do tempo e a consolidação desse modo de produção, as demandas

¹⁰ Os sistemas de proteção social, sob a forma de políticas e ações, constituem um “espaço de disputa política que expressa projetos societários, onde se movem os interesses”. Nesse movimento, são evidenciadas características históricas de uma “cultura política autoritária no Brasil, que se expressa, teoricamente, pela pouca distinção entre público e privado, pelo clientelismo e pelo patrimonialismo”. (SILVA, 2012).

se tornam mais complexas e abrangem diversos segmentos da sociedade, que nem sempre são trabalhadores. As reivindicações ampliam-se para além das garantias relacionadas ao mundo da produção, mas a existência de grupos sociais destituídos de recursos.

Tal ampliação nos remete às argumentações de Avritzer (2000) em torno da noção de esfera pública relacionada à teoria democrática, tendo em vista que a constituição e a sustentação de políticas públicas e sociais que em conjunto dão concretude aos sistemas de proteção social, são materializadas através de processos de mediação, estes referenciados às demandas dos atores sociais. Isso ocorre no âmbito da esfera pública, que requer a participação efetiva desses diversos atores sociais, sendo a proteção social entendida como um sistema institucionalmente regulado que resulta de embates na dinâmica das relações entre atores do Estado, da sociedade civil e do mercado.

Com isso, compreendemos quão significativos são os espaços em que esses atores sociais se inserem. Telles (2004, p. 91) os evidencia como “práticas, discursos e valores que afetam o modo como desigualdades e diferenças são figuradas no cenário público” e servem como “princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade”.

Em conformidade com as análises de Pochmann (2004), a proteção social no Brasil se consolidou sob a ótica de interesses privados, ou seja, gestões estatais sintonizadas com interesses particulares, “nem sempre tendo como prioridade o atendimento das demandas e a garantia dos direitos sociais em sua totalidade”. Admite que em virtude de suas características específicas de país periférico, o Brasil avançou em “várias medidas de proteção social sem que houvesse ruptura com as causas da exclusão social e da miséria”. Seríamos, então, um país sujeito à condição de “prisioneiro do subdesenvolvimento” que, mesmo com os avanços consideráveis no processo de industrialização, não foi capaz de “abandonar as principais características do subdesenvolvimento, tais como a disparidade na produtividade setorial e regional e permanência de grande parte da população prisioneira de condições precárias de vida e trabalho”. (POCHMANN, 2004, p. 7).

O autor adverte ainda que “o desenvolvimento dos regimes de proteção social no centro do capitalismo mundial” não teriam apresentado uma “trajetória simplesmente evolutiva, mas marcada por rupturas, continuidades e transformações históricas, com isso, é necessário

compreender os condicionantes históricos referente a cada contexto”. (POCHMANN, 2004, p. 5).

A lógica industrial, o acesso à democracia de massa e conformação da sociedade salarial, segundo esclarece o autor, constituem parte fundante dos sistemas de proteção social nas economias centrais, mas no caso brasileiro, devemos “considerar inicialmente a condição de pertencimento à periferia econômica, prisioneira do subdesenvolvimento”. Com isso, os mecanismos de proteção social foram introduzidos efetivamente somente a partir da abolição da escravatura (1888) e da implantação do regime político republicano (1889), que permitiram um novo modelo de crescimento da renda para o desenvolvimento socialmente menos desigual. (POCHMANN, 2004, p. 9).

Na sociedade brasileira, um longo – e, muitas vezes tortuoso – caminho foi percorrido até se chegar à criação dos sistemas de seguridade social e a garantia dos direitos sociais, atualmente, previstos por leis e definidos em estatutos, como o do idoso, que buscam garantir um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Numa primeira síntese, entendemos que no país, a construção dos direitos sociais e das políticas sociais e a sua garantia se fundam nas particularidades históricas e diferentes conjunturas brasileiras. Como também, entendemos que o surgimento e desenvolvimento da proteção social pode ocorrer de forma diferente entre os países, “dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado”. (BERING & ROSSETTI, 2011, p.64).

A exemplo de mobilizações em torno dos direitos dos idosos, Faleiros (2009) cita as manifestações de pessoas idosas na luta pelo reajuste nas aposentadorias durante o governo Collor, e para a organização de idosos que passaram a implementar fóruns, conselhos, centros. A participação da população idosa nesses processos só foi possível através da abertura desses espaços em período que o antecedeu, ou seja, o período de redemocratização do país, no qual as lutas de idosos por direitos foram muito significativas. Para o autor, “foi no processo de transição democrática que a Constituição de 1988 propiciou o paradigma dos direitos para a pessoa idosa assim como o paradigma da proteção integral para crianças e adolescentes”. (FALEIROS, 2009, p. 37).

Imagem 14 – Idosos caminhando abraçados



Fonte: *Website* do Lar Torres de Melo.

Assim, os idosos passam a representar um segmento expressivo na luta por melhores condições de vida. No entanto, aqueles que envelhecem são progressiva e sistematicamente excluídos do convívio social e em sua maioria silenciados em relação às dinâmicas em que os mecanismos de proteção social são instituídos pela ação estatal, mas respondendo demandas sociais. Ou seja, embora as demandas por melhores condições de vida não sejam novidade no contexto brasileiro, com o aumento rápido e significativo da população idosa no Brasil durante as últimas décadas, emergem novas necessidades e demandas por parte desses sujeitos, as quais são relativamente recentes e colocam os idosos em posições específicas na sociedade contemporânea.

Faleiros (2009), ao falar sobre como a velhice pode ser silenciada mediante discriminações e violências, destaca ainda que esse silenciamento e o “não falar” sobre os aspectos em torno do envelhecimento decorre da “redução do papel do Estado em

favorecimento do mercado e as reformas que trazem em seu bojo o corte de direitos sociais”. (FALEIROS, 2009, p. 36).

No contexto brasileiro, o avanço da estratégia neoliberal nos últimos anos tem reforçado o processo de estigmatização contínuo que coloca as pessoas idosas como um custo indesejado às famílias e aos cofres públicos. Ao nos voltarmos para o Estatuto do Idoso, por exemplo, encontramos em Camarano (2013) que “apesar das leis aprovadas constituírem grandes avanços no sentido de políticas sociais de inclusão dos idosos, não foram estabelecidas prioridades para a sua implementação nem fontes para o seu financiamento”. (CAMARANO, 2013, p. 5).

Por este viés, os custos para implementação dos mecanismos de proteção social propostos pelo Estado, são divididos com a sociedade civil e o mercado, o que, para a autora, pode ameaçar a solidariedade intergeracional. Dessa forma, devemos considerar que, para amenizar a precarização das condições de vida, nem sempre a ação estatal é protagonista em termos de provisão, principalmente, quando observamos a realidade da população idosa brasileira.

No Brasil, o Estatuto do Idoso, fruto de longa trajetória lutas e impasses sociais, institui o envelhecimento como um direito personalíssimo e a sua proteção social como um direito social, compreende elementos variados que vão além da provisão de recursos financeiros, incluindo até as reservas afetivas que garantiriam integração e participação do indivíduo na vida social. Por isso, são considerados outros âmbitos para promover essa proteção, atribuindo “um papel significativo e preponderante à família, à comunidade e à sociedade civil como um todo na sua efetivação”. Deixando a cargo do Estado apenas os casos em que essas instâncias não possuam condições de assumir tal postura. (BRASIL, 2003, Art. 3).

Realçamos, desse modo, que o referido estatuto não foge às regras constitucionais, pois, segundo a Constituição Federal de 1988, os programas considerados “de amparo aos idosos serão executados preferencialmente nos seus lares”. Considera o texto constitucional que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003, Art. 3).

Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social. (BRASIL, 2003, Art. 14).

Com isso, podemos compreender que, de acordo com as leis brasileiras, as responsabilidades sociais para com as pessoas idosas são claramente atribuídas de maneira que a principal instância de provisão é a família, e somente em último caso o Estado. E o Estado, na atual conjuntura de reformas e ajustes constitucionais, mediante privilegiamento do mercado, apresenta uma postura cada vez menos responsável no referente à provisão de recursos para esta parcela da população pobre.

Consideramos importante esclarecer que nosso esforço de demonstrar o percurso da proteção social se constituindo e se consolidando no Brasil nos levou a compreender implicações de aspectos importantes da nossa própria formação como sociedade que se expressam nesse percurso. Com isso, entendemos que os quadros políticos e administrativos construídos sobre os momentos históricos que consolidaram o Estado brasileiro, não raras vezes, perpetuaram relações de poder que até hoje são exercidas na forma de dominação política sob uma perspectiva que ainda traz “ranços” patrimonialistas como ferramenta de barganha eleitoral ao atribuir um caráter de “favor” às responsabilidades sociais do Estado.

Autores clássicos do pensamento social brasileiro, na tentativa de desvendar o “problema” do Brasil que impedia a sua modernização, nos fornecem análises sobre a formação do Estado, as quais são cruciais para compreendermos aquilo que chamamos de proteção social no país. Holanda (2014), por exemplo, formula uma análise a partir dos aspectos que consolidaram a colonização do país: uma interpretação da sociedade brasileira em sua formação, através dos modos de expressão da vida social dos brasileiros, demonstrando como se constituiu a vida política por meio das condições geradas pela colonização portuguesa.

Segundo este autor, a exploração dos trópicos teria ocorrido de maneira “desleixada” e “indisciplinada” pela herança colonial, fazendo com que desde a nossa formação como sociedade, apresentemos pouca organização social com uma estrutura política e econômica completamente instável e constituída por famílias patriarcais e escravagistas, que consolidam o Estado Nação a partir de moldes em que as diferenças entre público e privado não foram rigorosamente delimitadas.

Seguindo por perspectiva semelhante, podemos destacar o pensamento de Prado Junior (1961), que caracteriza a realidade brasileira como nitidamente marcada por uma

transformação permanente, tendo como base a transição entre a Colônia e a Nação, pontuando elementos que a constituíram e ainda perderam, fazendo-se presentes nas instituições modernas.

Assim como Na obra de Faoro (2001) também se expressa a interpretação de que o Estado brasileiro sempre esteve a serviço dos “donos do poder”, sendo inicialmente os próprios reis portugueses, depois os imperadores, posteriormente os militares positivistas da República Velha e assim sucessivamente ao longo da nossa história.

Segundo o autor, os quadros políticos e administrativos, historicamente, perpetuaram-se no poder exercendo uma forma de dominação política sob uma perspectiva patrimonialista, ou seja, exercendo administração pública conforme seus interesses privados. De certa forma, Faoro retoma à perspectiva abordada por Sérgio Buarque de Holanda a respeito da gestão política como assunto de interesse particular e a linha tênue que separava as esferas pública e privada muitas vezes confundidas, aspectos esses que consolidam as instituições modernas brasileiras.

Souza (2017), lançando um olhar crítico sobre as interpretações dominantes na formação do pensamento social brasileiro e, principalmente, aquelas formuladas a partir da noção de patrimonialismo, em que o Estado é retratado de forma demonizada, propõe um contrapondo às perspectivas abordadas por Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, o autor chama atenção para a experiência da escravidão como “a semente de toda a sociabilidade brasileira”, que nunca teria sido totalmente compreendida ou criticada. (SOUZA, 2017, p. 9).

Florestan Fernandes (1978), já apresentava os principais aspectos que perpassam a formação da sociedade brasileira partindo das questões sociais que os negros enfrentaram no período pós-abolição da escravatura. Sua análise se volta também para a transição de aspectos da vida rural para o urbano. Coloca em evidência a segregação racial como elemento essencial para a formação dessa sociedade argumentando que, dado o processo de abolição da escravatura, havia a necessidade de uma “segunda abolição”, considerando que a Lei Áurea não teria efeito sobre o imaginário dos senhores de escravos, fazendo com que a lógica de dominação ainda se perpetuasse, pois o negro teria sido integrado ao novo regime ainda como subalterno.

Pensando por esses ângulos interpretativos dos clássicos e de Florestan Fernandes, no Brasil, os segmentos sociais constituídos por pessoas idosas e pobres não escapariam à lógica de uma proteção social, evidenciadas nas análises de Pochmann (2004). Consolidada sob a ótica

de interesses privados e uma trajetória marcada pela gestão estatal utilizada como instrumento de interesses particulares, nem sempre teria como prioridade o atendimento de demandas reais desse segmento social e as garantias referentes aos direitos sociais em sua totalidade.

Reafirmando posição mais ou menos semelhante à de Pochmann, Souza (2003) nos fala a respeito do fenômeno brasileiro em que há produção de “subcidadãos”, dotados de um “habitus precário”, ou seja:

[...] aquele tipo de personalidade e de disposição de comportamento que não atende às demandas objetivas para que um indivíduo ou um grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade moderna e competitiva, podendo gozar de reconhecimento social com todas as dramáticas conseqüências existenciais e políticas aí implicadas. (SOUZA, 2004, p. 87).

Por essa perspectiva, o autor destaca outra noção de cidadania forjada no processo de constituição do Estado moderno. Ou seja, a cidadania entendida como “um conjunto de direitos e deveres no contexto do Estado-nação compartilhado por todos numa pressuposição de efetiva igualdade”. Podendo haver concepções diferente daquilo que é entendido como o básico necessário para a subsistência dos indivíduos que constituem uma dada sociedade. (SOUZA, 2004, p. 83).

Retomando às argumentações de Pereira (2011, p. 126) com o intuito de situarmos especificidades da proteção social no Brasil. Para esta autora, a proteção social brasileira é caracterizada por “uma ingerência imperativa do poder executivo, pela seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos, a heterogeneidade e superposição de ações, a desarticulação institucional, intermitência da provisão, restrição e incerteza financeira”. Aspectos esses, que, ao longo da formação da sociedade, foram atravessados por práticas clientelistas, populistas e paternalistas que predominam nas formas de regulação social e política.

Nessa direção, a autora buscou estabelecer um panorama acerca do desenvolvimento dos mecanismos de proteção social no Brasil, em que esses aspectos serão apresentados através da periodização dos principais marcos históricos que consolidaram aquilo que hoje chamamos de seguridade social. Para analisar o histórico das políticas de satisfação das necessidades básicas no contexto brasileiro, são destacados 5 períodos em que podemos agrupar e caracterizar as principais formas de regulação política, sendo eles: “período anterior a 1930; de 1930 a 1964; de 1964 a 1985; de 1985 a 1990; a partir de 1990”. (PEREIRA, 2011, p. 127).

Caracterizado pela política social “laissez-faire”, com a ausência de planejamento social, o período anterior a 1930 é marcado por “respostas tópicas e informais aos reclamos da pobreza”, quando podemos notar que “o Estado quase não exercia o papel de agente regulador da área social e, portanto, não geria o processo de provisão social”. Assim, os mecanismos de proteção social eram fornecidos pelo mercado para atender demandas individuais e/ou a polícia que respondia à questão social de forma repressiva. Período em que a autora exemplifica com a frase de Washington Luís, então presidente da República (1926-1930), “A questão social é questão de polícia”. (PEREIRA, 2011, p. 128).

No entanto, neste mesmo período, temos a aprovação da Lei Elói Chaves, Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, um marco jurídico para a atuação do sistema previdenciário, que na época era composto pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões, que a autora destaca como uma das principais medidas voltada para a provisão de contingências ligadas ao trabalho naquele momento, tais como acidentes, velhice, morte e até maternidade.

Seguindo pela época de 1930 a 1964, são destacados subperíodos através dos governos de Vargas (1930-1937/1937-1945), Dutra (1945-1950), governos provisórios entre (1954-1956), Kubitschek (1956-1961) e os governos Jânio Quadros e João Goulart entre (1961-1964). Momentos históricos caracterizados por Pereira (2011, p. 128) através da “passagem da economia agroexportadora para a urbano-industrial”, em que identificamos, de maneira geral, a ação estatal de forma indireta, constituindo um regime “predominantemente populista, com laivos desenvolvimentistas”, ainda com as marcas deixadas pelas décadas passadas. (PEREIRA, 2011, p. 128).

A autora aponta que,

A subordinação dos valores de equidade e da justiça social aos interesses da maximização econômica impediu que o envolvimento estatal na regulação e na provisão sociais viesse a significar ponderável mudança no padrão da política social herdado do período anterior. Efetivamente, entre 1930 e 1964, não houve no terreno social, um rompimento decisivo com o laissez-faire nem com a antiga estrutura do poder oligárquico da era agro-exportadora. (PEREIRA, 2011, p. 130).

Em outras palavras,

Entre uma visão de modernização mais acelerada e os interesses senhoriais, prevaleceu uma acomodação intermediária, na qual se barganhava certa contenção da heteronomia nos níveis econômicos e técnicos, ao lado de uma contenção do mercado interno moderno [...] dessa forma, garantia-se o controle do ritmo da modernização, segundo os interesses dos antigos senhores, e uma acomodação limitada no tempo de formas econômicas opostas. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 76-77).

Dando prosseguimento, nos deparamos com o conturbado período tecnocrático-militar entre 1964 e 1985, assinalado mediante as práticas autoritárias e o regime de exceção. Aqui, Pereira (2011, p. 135) chama atenção para a postura assumida pelo Estado, deixando de ser “uma organização eminentemente populista para tornar-se tecnocrática e centralizada [...] privilegiando o planejamento direto, a racionalização burocrática e a supremacia do saber técnico sobre a participação popular”. Com a política social submetida fortemente ao critério de rentabilidade econômica, “até 1974 os governos militares foram fundo na perseguição da eficiência econômica e na defesa do sistema capitalista, optando por usar a repressão cruenta aos direitos civis e políticos para alcançar essa meta”. (PEREIRA, 2011, p. 136).

Curiosamente, a partir desse período temos a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), algumas das medidas sociais significativas em que o Estado brasileiro estabelece as bases que delimitam as relações trabalhistas a fim de garantir certa estabilidade aos trabalhadores. Diretrizes que são fruto de reivindicações da classe trabalhadora e, apesar de parecer incomum que medidas como essas tenham sido tomadas durante um regime avesso à garantia dos direitos, Pereira (2011, p. 126) alerta que os governos autoritários “procuravam mostrar serviço para justificar sua ação interventora”, com isso, era necessário “encobrir a dureza do regime de exceção [...] distribuir bens e serviços para não ter que redistribuir poder”.

Durante os anos de regime militar, destacamos a implementação de um sistema de assistência social aos idosos e inválidos do setor rural - Lei Complementar Nº11/1971 e a instituição da Renda Mensal Vitalícia pela lei Nº 6.179/74, que “assistia os trabalhadores rurais, pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975), oferecendo benefícios precários de aposentadoria por idade aos 65 anos, limitados ao cabeça do casal e tendo meio salário mínimo como teto”. (DELGADO e CARDOSO, 1999, p. 1).

Por fim, seguimos com os anos de 1985 a 1990 e o período pós 1990, momento marcado pela fase de abertura política do processo de redemocratização e a consolidação de uma política social neoliberal. Como exemplo das medidas adotadas nesse decurso, podemos citar a Constituição Federal (1988), a Lei Orgânica de Assistência Social (1993), a Política Nacional do Idoso (1994) e, posteriormente, o Estatuto do Idoso (2003), como marcos significativos que determinam não só a atuação do Estado, como também da sociedade civil para lidar com as especificidades do processo de envelhecimento. Em 1990, temos a criação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio do Decreto nº 99.350, a partir da fusão

de instituições anteriores que operacionalização do reconhecimento dos direitos relacionados à previdência social.

Neste período, destacamos a parte que cabe a ação social do Estado para lidar com o envelhecimento da população a fim de garantir um envelhecer digno para aqueles que se encontram nessa condição de fragilidade social, atendendo-os por meio de políticas públicas sociais e assistenciais, sob a denominação de seguridade social, através de “um conjunto integrado de proteção social pública”, que se estende a toda à população por meio: da Saúde, da Assistência Social (de caráter distributivo) e da Previdência Social (de caráter contributivo). (PEREIRA, 2011, p. 135).

Ivo (2001, p. 43) destacando o período de transição democrática e de transição demográfica que vivenciamos entre as décadas de 1980 e 1990, no contexto de ajustes estruturais, notamos diversas mudanças “no que se refere às relações entre Estado e sociedade na América Latina como um todo”, e principalmente em países ditos periféricos. Nos países latino-americanos esse momento é caracterizado pela ampliação do espaço público resultante da “crescente mobilização e participação da sociedade, mas também pela integração das economias nacionais” à chamada globalização.

Segundo a autora ora mencionada, em meio ao ritmo acelerado das transformações, emerge a chamada “crise de governabilidade”, ou seja, o Estado encontra dificuldades em processar os interesses sociais que emergem desse processo, não atendendo às expectativas de conciliar o desenvolvimento econômico com o bem-estar social da população, criando-se tensões e fazendo com que as instituições públicas percam progressivamente sua legitimidade por parte do polo societário. No caso brasileiro, a busca por adequar-se às demandas do mercado globalizado repercute sobre a ação do Estado frente às demandas sociais e as políticas empregadas para satisfazer aquelas que são consideradas como necessidades básicas da população.

De um lado, a mobilização da sociedade ampliou o espaço público, criando novas regras de convivência e arenas públicas pelas quais a sociedade canalizou suas demandas, estabeleceu princípios jurídicos que firmaram uma nova matriz civilizatória, institucionalizada nas novas Constituições da década de 80. De outro, a integração das economias nacionais no contexto da acumulação globalizada, especialmente a partir da década de 90, afetou a construção de uma democracia assentada numa sociabilidade real, agravando a crise interna, como crise de governabilidade, quando os interesses sociais não mais se constituem ou não conseguem ser processados pelo Estado. Ou seja, os Estados nacionais se confrontam, hoje, com dificuldades de governar em sintonia com as principais tendências e

expectativas da sociedade, sobretudo frente ao desafio de liquidar as históricas desigualdades sociais. (IVO, 2001, p. 43).

Em síntese, no contexto brasileiro nitidamente marcado por desigualdades, a autora destacada que os dilemas da governabilidade seriam “manter a ordem jurídica e política baseada no princípio da igualdade básica entre cidadãos num contexto de ampliação dos direitos políticos”. No entanto, há um esgotamento do que seria o pacto corporativo que legitima o poder político do Estado, fazendo com que a proteção social no Brasil passe por um processo de reconversão para acompanhar as mudanças resultantes da reestruturação produtiva e da globalização, resultando no tratamento da questão social em termos de “medidas mitigadoras setorializadas e focalizadas da pobreza, dentro de um modelo excludente” (IVO, 2001, p.44).

Em outras palavras, a centralidade da política com caráter redistributivo teria sido deslocada para tratar a miséria de modo a compensar os seus efeitos, aderindo até mesmo às soluções coercitivas e autoritárias. Para Mota (2007), as políticas integrantes da seguridade social brasileira estão longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção social, pois ao longo dos processos de constituição da sociedade e do Estado brasileiros, esses mecanismos adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto a mercantilização da saúde e da previdência desarticula os mecanismos de acesso aos benefícios sociais e serviços por um viés público, a assistência social se amplia a partir de uma perspectiva que isenta o Estado das responsabilidades sociais.

Dagnino (2004), explica que o processo de construção democrática no Brasil pós governos militares deparava-se com o seguinte dilema: por um lado, ocorria o processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas, mas, por outro lado, havia a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isentava progressivamente de seu papel de garantidor de direitos. Diante da atual conjuntura política, percebemos que esse quadro perdura e têm ganhado cada vez mais força nos quadros políticos e administrativos.

Avançando na linha temporal, adicionaremos em nossa análise também os períodos referentes aos governos petistas entre 2003 e 2015, culminando com o avanço avassalador da estratégia neoliberal nos dias atuais, em que o Estado brasileiro tem uma postura cada vez mais isenta das responsabilidades sociais, direitos são retirados, recursos destinados às políticas públicas são cortados e os mecanismos de proteção social vão progressivamente destruídos.

Nesse período, percebemos que,

A distância entre a definição dos direitos em lei e a sua implementação real persiste até os dias de hoje. Tem-se também uma forte instabilidade dos direitos sociais, denotando a sua fragilidade, que acompanha uma espécie de instabilidade institucional e política permanente, com dificuldades de configurar pactos mais duradouros e inscrever direitos inalienáveis. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 79).

Schwarcz (2019) reafirma nossa visão que enfatiza a dificuldade brasileira de instituir regimes em que a proteção social seja efetivamente destinada a garantia dos direitos sociais de maneira abrangente, destacando que,

“República” significa “coisa pública” – bem comum –, em oposição ao bem particular: a *res privada*. Pensada nesses termos, como bem ajuíza o historiador José Murilo de Carvalho, “nossa República nunca foi republicana”. Por mais tautológico que possa parecer, não pode haver república sem valere republicanos, e por aqui sempre fez falta o interesse pelo coletivo, a virtude cívica e os princípios próprios ao exercício da vida pública. Nos falta, ainda mais, o exercício dos direitos sociais, qual seja a participação na riqueza coletiva: o direito, ou melhor, o pleno exercício do direito à saúde, à educação, ao emprego, à moradia, ao transporte e ao lazer. (SCHARCZ, 2019, p. 65).

Em síntese, tendo como plano de fundo um contexto marcado por grandes transformações socioculturais, econômicas e políticas, o sistema brasileiro de proteção social representa ainda um grande desafio para aqueles que se debruçam sobre os processos envolvidos na sua formação e desenvolvimento. A multiplicidade de processos que constituíram a sociedade brasileira corresponde à riqueza de abordagens que buscaram interpretar esses fenômenos em torno dos mecanismos de proteção social.

As obras e autores destacados nesse trabalho fornecem uma interpretação sobre esses mecanismos que compreende a proteção social como ações e programas estabelecidos e executados por diversas instâncias, regendo diferentes âmbitos da vida, a fim de garantir as condições básicas para subsistência dos seus cidadãos. Como veremos nos capítulos adiante, esse sistema que visa promover o bem estar da sua população, se concretiza através de processos diferenciados e dependem das condições estruturais presentes no contexto em que se desenvolvem, podendo adquirir formas e expressões distintas.

4 EMBRANQUECER DOS FIOS

Com o decorrer dos anos e das experiências vivenciadas, nosso organismo passa por diversas alterações, dentre elas, destacamos a senescência, o fenômeno natural de envelhecimento do nosso organismo que tem sido objeto de pesquisa em diversas áreas do conhecimento e, para alguns, tem sido o inimigo inevitável ao qual todos nós estamos destinados a enfrentar.

Imagem 15 – Idosa com os cabelos brancos



Fonte: Olhares Diários, Blog da Unidade de Imagem, do Diário do Nordeste.

Nesse processo, nossos fios de cabelo que durante uma vida inteira apresentavam uma tonalidade forte e vibrante, progressivamente perdem a sua cor, dando lugar ao branco acinzentado da velhice. A de perda da pigmentação dos fios, que dá nome a este capítulo, conhecida como canície, segundo Audi (2017), é um quadro fisiológico caracterizado pela diminuição de atividade dos mecanismos que garantem a produção de melanina, substância responsável por garantir a coloração da pele e dos fios que, embora não seja uma característica exclusiva dos mais velhos, marca a suposta chegada da velhice.

Dito de outra forma, o embranquecer dos fios pode ocorrer durante diversos estágios da vida e por diferentes causas, não estando restrito a uma idade ou a uma condição fisiológica, no entanto, esse aspecto é comumente associado ao processo de envelhecimento humano, sendo uma característica que representa visualmente o envelhecer. Juntamente com a pele enrugada, sublinhamos esse processo para abordar o inevitável desgaste do nosso corpo como um todo, quando este não consegue se renovar e passa a ter o seu funcionamento gradativamente comprometido.

Para Magalhães (1989), o envelhecimento humano pode ser definido como o declínio das funções do corpo, através de um referencial biológico na modernidade, esse temido e, por vezes, indesejado processo, é caracterizado como uma fase onde nosso corpo concentra os danos acumulados ao longo da vida, o que concerne tanto às questões fisiológicas como aos aspectos socioeconômicos. Diante de tal afirmação, o processo biológico de envelhecimento é atravessado por “determinantes sociais que lhe imprimem características decisivas, peculiares a cada sociedade, a cada momento histórico da mesma sociedade, a cada classe, grupo étnico, de parentesco etc.”. (MAGALHÃES, 1989, p. 10-11).

Em consonância, Groisman (1999) sublinha que cada sociedade tem uma forma de divisão do curso de vida e usa de algum modo a idade - seja cronológica ou não - para demarcar diferentes status sociais. Assim, ainda que esteja atrelado à própria condição humana e de seu destino biológico, o envelhecimento humano é atravessado por fatores genéticos, hábitos de vida, condições sociais e econômicas, aspectos culturais e ambientais, dentre outros, que fazem com que o esse fenômeno seja um construto social. Dito de outra forma, nossa matéria orgânica envelhece, é parte da nossa condição biológica envelhecer, mas a forma como percebemos e lidamos com o envelhecimento hoje é característica do nosso tempo.

Em síntese, podemos dizer que,

Em cada sociedade e na mesma sociedade, em momentos históricos diferentes, a velhice e o envelhecimento ganham especificidade, papéis e significados distintos em função do meio rural ou urbano, da classe social, do grupo profissional e de parentesco, da cultura, da ideologia dominante, do poder econômico e político que influenciam o ciclo de vida e o percurso de cada indivíduo, do nascimento à morte. (MAGALHÃES, 1989, p. 15).

Ao compreendermos que o ser humano envelhece num processo fisiológico mediante dinâmicas sociais e históricas da sociedade em que está inserido, percebemos que o envelhecimento individual pode repercutir de maneira significativa em diversos outros âmbitos

da sociedade, assim como os elementos da vida social interferem nas formas de envelhecer. Deste modo, o envelhecimento pode servir como um ponto de partida para pensarmos outros aspectos de uma sociedade.

Para Berger (2017, p. 69), “o ser humano está submetido a uma contínua interferência socialmente determinada”, ou seja, a constituição biológica do homem está submetida a uma pluralidade de determinações socioculturais. Seguindo essa lógica, a velhice parte de um fenômeno individual e biológico que é “mediado pelo âmbito social ao qual o indivíduo está inserido, mediante as experiências coletivas que pautam a sua existência”.

Diante da nossa proposta de estudo, para compreendermos o acesso aos mecanismos de proteção social a partir da memória de pessoas idosas, foi necessário considerar as condições sociais com as quais os indivíduos se deparam no decorrer de suas vidas e, principalmente, quando chegam a uma idade certa considerada avançada, em que supostamente o indivíduo teria menor capacidade de lidar com dificuldades em torno da provisão de recursos e serviços para garantir sua subsistência.

Segundo Magalhães (1989, p. 15-16), “a questão social da velhice é produzida pela expansão das classes trabalhadoras assalariadas e desprovidas, fazendo com que o idoso, antes circunscrito ao meio familiar e ao âmbito de assistência religiosa, seja transformado em questão pública”, diante disso, este segmento ganha destaque na esfera pública brasileira ao “exigir a ação institucionalizada do Estado e da Sociedade Civil”. Dito isto, nos dedicamos a esmiuçar neste capítulo alguns dos quadros sociais, econômicos e políticos que permitiram um aumento na expectativa de vida da população e uma maior concentração de pessoas idosas no país, sem que houvesse condições sociais para garantir um envelhecer “digno”.

Deste modo, podemos considerar que,

Biologicamente e em termos gerais, tendemos a melhorar e alongar o percurso de vida, uma vez que as condições farmacêuticas, médicas e sanitárias generalizam-se mais rapidamente do que as condições econômicas, sociais e culturais, indispensáveis para assegurar uma boa qualidade de vida. Em consequência, estamos criando o idoso rico, com qualidade de vida idêntica ou assemelhada à dos países desenvolvidos e o idoso pobre e hipodotado, que sobrevive graças aos avanços e à difusão dos benefícios da medicina e da saúde, mas sem condições materiais e sociais para assegurar-lhe qualidade de vida. (MAGALHÃES, 1989, p. 15).

Em 1970, Simone de Beauvoir já alertava para a condição com que as pessoas se deparam para envelhecer em países ditos desenvolvidos, como a França e a Inglaterra, onde,

A sociedade impõe à imensa maioria dos velhos um nível de vida tão miserável que a expressão “velho e pobre” constitui quase um pleonismo; [...] O fato de que um homem nos últimos anos de sua vida não seja mais que um marginalizado evidencia o fracasso de nossa civilização: esta evidência nos deixaria engasgados se considerássemos os velhos como homens, com uma vida atrás de si, e não como cadáveres ambulantes. Os que denunciam esse sistema mutilador que é o nosso deveriam trazer à luz esse escândalo. É concentrando os esforços no destino dos mais desafortunados que se chega a abalar uma sociedade. (BEAUVOIR, 2018, p. 12).

Embora o contexto brasileiro se diferencie em muitos aspectos da realidade de países europeus, aqui é possível notar que envelhecer também constitui um fenômeno desafiador mediante a ausência de recursos, ainda que haja especificidades próprias da nossa formação. Com isso, direcionamos nosso foco para aqueles que envelhecem em meio a precarização das condições de vida, o idoso pobre que configura um segmento específico da nossa sociedade, destacando a velhice como uma categoria social que define o envelhecimento humano a partir de uma concepção relacionada, historicamente, às representações e práticas que orientam a relação dos sujeitos com o próprio corpo e a forma como esse corpo será percebido coletivamente a partir da ascensão do modo de produção capitalista e o advento da modernidade no ocidente.

4.1 A dimensão social da velhice

Na tentativa de compreender a dimensão social e histórica do envelhecimento, os estudos voltados para os aspectos sociais do envelhecimento consideram a inexistência de unanimidade em relação à própria definição do fenômeno. Assim, a velhice nos permite pensar o envelhecimento como um processo, um movimento contínuo e prolongado que ocorre de forma personalíssima para cada indivíduo, mas mediado pelas condições estruturais e coletivas como veremos a seguir.

Siqueira (2001) sistematiza as elaborações teóricas destinadas a compreender e explicar o envelhecimento, pontuando que as primeiras formulações datam de 1960 e, a partir disso, estabelecendo uma subdivisão entre três gerações de acordo com as unidades de análise que são utilizadas para tentar categorizar esse processo numa perspectiva social.

Em linha gerais, segundo a autora, entre 1949 e 1969 situa-se a primeira geração que apresentava uma perspectiva analítica focada nos papéis sociais, normas e condutas para explicar as formas de ajustamento ao temido declínio que decorre do envelhecimento. Prosseguindo, entre 1970 e 1985, a autora situa a segunda geração em que as postulações teóricas dão ênfase às análises macrossociais, focando principalmente nas formas de

organização social, na agenda política e nas posições que os idosos ocupam na hierarquia social. Por fim, a terceira geração apresenta uma tentativa de unir as perspectivas macro e micro sociais, focando em aspectos estruturais, mas sem renunciar ao entendimento dos aspectos individuais envolvidos, considerando ainda que a pessoa idosa é um agente nesse processo.

Dito isto, a perspectiva teórica utilizada aqui alinha-se com a terceira geração e as bases teóricas e metodológicas que concebem o mundo social constituído por estruturas objetivas que podem condicionar as ações e as representações dos indivíduos que fazem parte dele, no entanto, tais estruturas seriam construídas por meio de processos sociais e históricos envolvendo a participação desses indivíduos que dentro dessa perspectiva são concebidos como agentes.

Para Magalhães (1989), quando falamos sobre envelhecimento, é necessário considerar os determinantes macro e micros sociais de forma combinada para constituir uma análise. Em outras palavras, é necessário romper com a dicotomia entre indivíduo e coletivo, compreendendo que os fenômenos sociais se constituem através da articulação entre essas instâncias de forma indissociável. Assim, é possível apreender as representações compartilhadas pelos grupos sociais e pelos próprios indivíduos (de forma particular) que constituem essa categoria.

Sabendo que existem diferentes maneiras de olhar o envelhecimento e que correspondem a teorias distintas, a velhice como uma categoria fornece um ponto de partida acerca da construção sociológica e social do que é o envelhecimento, considerando que parte dos aspectos que fizeram do envelhecimento um processo indesejável ainda perduram no contexto em que vivemos.

Se num dado momento da história o envelhecimento dava aos indivíduos determinados papéis sociais de prestígio e reconhecimento, para Beauvoir (2018), com a modernidade e a industrialização no ocidente, esse lugar de prestígio passa a representar uma condição indesejável daquele corpo que passa a ser visto como parte do maquinário no modo de produção capitalista. Assim, em determinado momento esse corpo “envelhece”, esgota-se, torna-se improdutivo e não mais interessa ao sistema produtivo. Seu papel social é definido a partir das relações de trabalho e o que esse corpo representa para essas relações.

A autora faz um minucioso trabalho de revisão histórica acerca da velhice, tomando como marco histórico a industrialização, argumentando que a condição dos idosos nas

sociedades ocidentais tornou-se indesejável porque “ao envelhecer, os explorados são condenados, se não a miséria, pelo menos a uma grande pobreza, a moradias desconfortáveis e à solidão”, devido a sua condição de classe que não permitiu-lhe acumular grandes riquezas e a sua condição de velho que o descarta da dinâmica produtiva como força de trabalho, ‘velho’ e ‘pobre’ tornam-se sinônimos. (BEAUVOIR, 2018, p. 561).

Ainda nessa perspectiva, o processo de industrialização na América teria privado as pessoas idosas das responsabilidades e das funções sociais que tinham, anteriormente, numa sociedade agrária e nesse processo passam a ser vistas através de uma perspectiva utilitarista onde o corpo que se deteriora deixa de ser parte integrante e participativa da sociedade. Em resumo, na emergência da sociedade industrial, em que o ócio é moralmente condenado, o desgaste do corpo passa a ser entendido como um declínio da condição humana, em consequência disso, o envelhecimento passa a representar o momento desfavorável de nossa existência e aqueles que envelhecem são progressivamente excluídos do convívio social.

Em consonância, Le Breton (2012) destaca essa dimensão corporal como um eixo de ligação com o mundo, fazendo com que este seja também socialmente construído, permitindo a compreensão da velhice como algo capaz de definir o lugar e o papel social dos indivíduos comumente associados à incapacidade de cuidar de si e de produzir riquezas. Segundo ele, o corpo é “o valor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída”, tornando-se assim o instrumento pelo qual o ser humano existe.

A partir daí, compreendemos que,

Se outrora os homens envelheciam com o sentimento de seguir uma marcha natural, que os conduzia a um reconhecimento social aumentado, o homem da Modernidade combate permanentemente todos os traços de sua idade, e teme envelhecer com medo de perder sua posição profissional e de não encontrar emprego ou de perder seu lugar no campo de comunicação. (LE BRETON, 2012, p. 223).

O envelhecimento nessa abordagem é entendido como um processo de “involução”, marcado pela diminuição das faculdades cognitivas e de condições físicas que em nossa cultura são valorizadas, constituindo um conjunto de representações e práticas que orientam a relação dos sujeitos com o próprio corpo e a forma como esse corpo será percebido coletivamente.

Assim, percebemos que envelhecer tem sido algo tratado como uma antítese ao desenvolvimento humano ao longo da história da era moderna, sendo considerado até sinônimo de adoecimento. Essas concepções acabaram deixando marcas significativas na forma como culturalmente percebemos esse fenômeno, perpetuando um olhar negativo sobre envelhecer que

percebe esse processo como um problema a ser evitado e/ou resolvido. Dada à relevância que o corpo possui nas relações de trabalho, temos a consolidação desse caráter negativo e indesejável atribuído à velhice, numa perspectiva excludente e estigmatizada forjada através de diversos processos que interferem nas suas funções sociais que lhe serão atribuídas e na forma como serão vistas socialmente.

Com isso, a velhice em articulação com a noção de memória coletiva pode ser utilizada para compreendermos as algumas questões em torno da proteção social para aqueles que o vivenciam dentro das condições estruturais específicas que condicionam a sua experiência. Diante das condições com que o indivíduo se depara na velhice, o envelhecimento pode representar uma experiência negativa, sobretudo nesses termos, em que os indivíduos são reduzidos apenas a um corpo que “espera a hora de morrer”, expressão popular para se referir aqueles que não possuem mais uma funcionalidade dentro da dinâmica societária.

Em outras palavras, podemos dizer que,

A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele não é produtor nem reprodutor. Se a posse, a propriedade, constituem, segundo Sartre, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa. O velho não participa da produção, não faz nada: deve ser tutelado como menor. Quando as pessoas absorvem tais ideias da classe dominante, agem como loucas porque delinham assim o seu próprio futuro. (BOSI, 1994, p. 77).

4.2 Aspectos do envelhecimento populacional no contexto da pesquisa

Com o aumento progressivo da expectativa de vida, conseqüentemente, cresce a quantidade de pessoas em idade considerada avançada; aumenta o número de aposentados, estende-se o tempo de aposentadoria a ser usufruído por cada um, trazendo novas necessidades, demandando serviços, políticas públicas, benefícios assistenciais e previdenciários; a fim de proporcionar um envelhecimento com o que nossa sociedade compreende como qualidade de vida e dignidade.

Ao percebemos que o envelhecimento pode ser compreendido sob uma nova ótica, deixando de lado o referencial biológico que comumente orienta essas discussões, em nossa análise priorizamos as perspectivas que compreendem o envelhecer como um processo contínuo e gradativo da experiência humana que ocorre de maneira individual, mas se dá por meio de uma vivência coletiva, em que a sua definição é regulada por valores e representações sociais características de um dado momento histórico.

De acordo com os marcos legais brasileiros como, por exemplo a delimitação feita pelo Estatuto do Idoso – aprovado em setembro de 2003, destinado a assegurar os direitos de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, temos um marco etário bem definido institucionalmente, que estabelece quais são os direitos e deveres daqueles que fazem parte do referido seguimento e da postura que a sociedade assumirá frente a essa parcela da população, embora a idade cronológica não seja o único fator determinante para o envelhecimento.

Os estudos voltados para os aspectos sociais desse processo consideram a inexistência de unanimidade em relação à própria definição do que seja envelhecer, bem como, atentando para a abrangência desse fenômeno, afirmam que o envelhecimento não possui um marco tão bem delimitado e a idade cronológica é apenas um dos múltiplos aspectos que podem ser utilizados como parâmetro. Por trás da delimitação cronológica e da própria construção dos marcos legais como o Estatuto do Idoso, há uma série de processos culturais, sociais e históricos que nos levaram a considerar o que seja o “velho”.

Diante de tal perspectiva, é fundamental pontuar algumas das características do envelhecimento populacional no país. Segundo os dados da Tábua completa de mortalidade para o Brasil, divulgada em 2016 pelo IBGE, dos anos de 1940 a 2016, a expectativa de vida do brasileiro teria se elevado em mais de 30 anos, alcançando o marco histórico de 75,8 anos como tempo médio de vida do brasileiro. As projeções desse estudo sugerem que no ano de 2025 o país terá cerca de 34 milhões de habitantes com mais de 60 anos de idade, o que colocará o Brasil em sexta colocação no ranking mundial referente a quantidade de idosos, e podendo chegar a representar 25,5% da população brasileira total até 2060. No entanto, é importante ressaltar que esse estudo foi publicado antes da pandemia do COVID-19 que impactou significativamente às pessoas idosas e até o momento da publicação deste trabalho, não havia novas projeções acerca deste aspecto.

Além desses dados, os estudos apresentados pelo IBGE mostram ainda mais alguns aspectos interessantes quando verificamos o envelhecimento populacional por unidade federativa, podendo a expectativa de vida ser maior ou menor do que a média nacional dependendo de que região estamos falando. Como exemplo, podemos citar Santa Catarina, Estado da Região Sul do país que apresenta a maior esperança de vida do país, com 79,1 anos. Logo em seguida temos Espírito Santo na Região Sudeste, com expectativa de 78,2 anos. Quando nosso olhar se volta para a Região Nordeste, a realidade é outra, onde encontram-se os

estados com as menores expectativas de vida do país, como Maranhão com 70,6 anos e Piauí chegando a 71,1 anos.

No que se refere às diferenças de gênero, podemos afirmar que o envelhecimento no Brasil é caracterizado pela predominância de mulheres na população idosa. O estudo citado mostrou que a expectativa de vida dos homens chega a 72,2 anos enquanto a das mulheres chega a 79,4 anos, podendo chegar até a 80 anos nos estados da região sul. Com isso, temos ainda uma maior concentração de mulheres entre as pessoas idosas, dado que caracteriza a feminização da velhice.

Segundo Debert e Henning (2015), essa feminização é atribuída a maior mortalidade masculina decorrente das taxas de acidentes, da violência urbana e da maior tendência dos homens a serem acometidos por doenças crônico-degenerativas mais precocemente. Embora não seja o nosso foco, devemos pontuar que a predominância de mulheres na faixa etária considerada idosa é expressiva no Brasil, característica que tem demonstrando que o envelhecimento populacional é também marcado por desvantagens pautadas por questões de gênero.

Os resultados apresentados pelo IBGE são bastante significativos para pensar a multiplicidade de aspectos que permeiam o envelhecimento brasileiro, inclusive, esses são dados utilizados como parâmetros para determinar o fator previdenciário, no cálculo das aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social. Para nós, esses indicadores demonstram que o envelhecimento populacional é um fenômeno complexo, começando pelo fato que no mesmo país temos realidades distintas, nem todos temos as mesmas condições de vida e nem a mesma expectativa de chegar a uma idade considerada avançada.

No entanto, em condições de sobrecarga, como vemos em indivíduos que passaram por anos de desgaste físico e mental, condições precárias de trabalho e exploração da mão de obra, a presença de doenças que nem sempre são devidamente tratadas e má alimentação, as mudanças em decorrência do envelhecimento são agravadas e podem ocasionar uma condição desfavorável durante a velhice, que demanda, principalmente, serviços de saúde e assistência.

Em virtude das especificidades do envelhecimento, nem sempre esses indivíduos são efetivamente amparados por outros mecanismos de proteção social em sua totalidade, em parte não recebem tratamentos de saúde adequados para as suas necessidades e para ter acesso a programas de saúde e medicamentos, dependem integralmente do Sistema Único de Saúde

(SUS), já que seus recursos financeiros são, muitas vezes, insuficientes. Em função da fragilidade com que se deparam na velhice, devido as condições disponíveis para vivenciar esse processo, ter ou não acesso à proteção social é um dos fatores que pode propiciar condições melhores ou piores de vida que afetariam, por exemplo, as dimensões biológicas, psicológicas e culturais do envelhecimento.

Aqui, ressaltamos que envelhecer jamais pode ser visto como um fenômeno único para o conjunto da sociedade; não apenas por determinantes de ordem geográfica como extensão territorial ou qualquer outro dessa natureza, mas, principalmente, por se tratar de uma estrutura social marcada, historicamente, por desigualdades sociais extremas, em meio às quais a produção da riqueza – esta apropriada por “meia dúzia” – está diretamente associada à exploração e espoliação da classe trabalhadora, no campo e na cidade.

Mediante essa estrutura social, os indivíduos estão sujeitos a uma fragilidade variável, principalmente no que diz respeito aos recursos para garantir sua subsistência e isso também repercute sobre as suas percepções acerca desse processo. Sendo assim, as demandas geradas por esse processo, bem como as medidas que são tomadas para atendê-las, se constituem através das dinâmicas sociais e históricas que devemos considerar.

Dessa forma, o envelhecimento populacional torna-se um fator extremamente relevante para o desenvolvimento de uma sociedade, exigindo uma atenção maior do poder público e da sociedade civil a partir do momento em que ter uma população que vive mais implica certo “custo”, quer para o Estado quer para o núcleo familiar no qual se insere aquele que envelhece, numa perspectiva em que a família é compreendida como um meio de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades no seu sentido mais amplo.

Em Fortaleza, capital do Estado do Ceará (a quinta capital mais populosa do Brasil), onde a população idosa chega a 244 mil pessoas de acordo com o IBGE, vimos o registro de 18 instituições de longa permanência, sendo a maioria delas de caráter filantrópico/privado e apenas uma de natureza, efetivamente, pública: a Unidade de Abrigo Olavo Bilac, que está sob responsabilidade do Governo do Estado do Ceará. Embora a Prefeitura Municipal de Fortaleza mantenha convênios com as instituições filantrópicas para mantê-las funcionando, além das demais ações realizadas para assistir essa parcela da população, a cidade ainda não possui nenhuma instituição de longa permanência municipal.

Para atender à população idosa, a cidade de Fortaleza conta ainda com o Centro Dia de Referência para Pessoas Idosas, equipamento que funciona de segunda a sexta, em dois turnos (manhã e tarde), agindo como um espaço destinado ao atendimento e convivência de idosos - cujas famílias não tenham condições de prover estes cuidados durante todo ou parte o dia – através de ações e serviços de cuidados cotidianos como atividades físicas, pedagógicas, terapia ocupacional, oficinas, leituras e rodas de conversa.

Nesse cenário, dentre muitos aspectos, destacamos que uma parcela da população se depara com a impossibilidade de manter seus idosos em casa, na medida em que eles não trabalham mais; e, ao longo da vida, não tiveram condições de acumular “reservas financeiras” que lhes assegurassem viver dignamente. Por este motivo, nossa atenção se volta para a proteção social direcionada para atender as demandas deste segmento da população situada dentro das instituições de longa permanência.

Na consolidação de novas formas produtivas, em que o indivíduo possui um papel central ao fornecer a sua força de trabalho, essas demandas são pautadas pelos trabalhadores em busca de melhores condições para produzir perante os donos dos meios de produção e o Estado. Com o passar do tempo e consolidação desse modo de produção, as demandas foram tornando-se ainda mais complexas e abrangendo diversos segmentos da sociedade que nem sempre são trabalhadores, incluindo a população idosa. As reivindicações nesse sentido, se direcionam para garantir não apenas a produção, mas a existência de grupos que, por algum fator, são destituídos de recursos. A partir dos embates e das exigências por parte da sociedade civil, o Estado redefine o seu plano de atuação, utilizando diversos mecanismos institucionais para, em certa medida, conciliar o desenvolvimento econômico com o bem estar social de seus cidadãos.

O aumento significativo da expectativa de vida da população brasileira constitui profundas mudanças nos modos de vida da população, estabelecendo novas configurações nesses modos de existência, modificando as relações entre indivíduos e interferindo nos sentidos que são atribuído a determinados aspectos da vida social. Em síntese, na medida em que uma nova realidade demográfica se constitui, a dimensão individual na vivência do processo de envelhecimento é transformada.

Nessa perspectiva, pontuamos que, apesar de fazerem parte constitutiva da sociedade brasileira, boa parte dos idosos vivem um contexto de exclusão sistemática por não

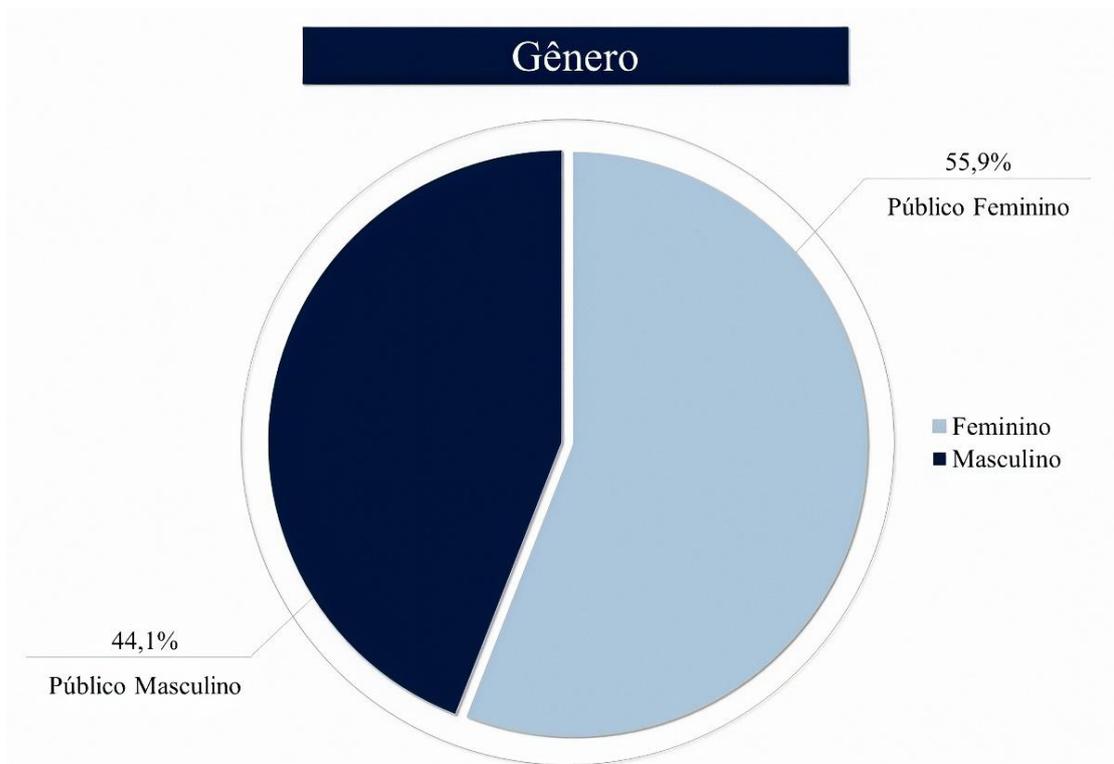
possuírem essas condições, não apenas pelo envelhecimento em si, mas pelo acúmulo de diversas desigualdades que foram somadas ao longo de suas trajetórias. Com isso, no tópico a seguir, temos alguns dos aspectos que caracterizam as condições de vida desses idosos.

4.2.1 Caracterização da população idosa residente no Lar Torres de Melo

Para uma compreensão acurada acerca do contexto em que a pesquisa foi realizada e das pessoas que compartilharam conosco as suas memórias, a partir dos objetivos estipulados, destacamos os principais aspectos socioeconômicos que caracterizam os atuais residentes no Lar Torres Melo. Ao longo deste tópico, abordaremos os elementos quantitativos que permitiram um olhar mais crítico sobre o objeto de estudo.

Como mencionamos anteriormente, o Lar Torres de Melo com seus 115 anos de existência já chegou a abrigar em torno de 320 pessoas, sem que houvesse qualquer critério etário ou delimitações sobre a quantidade de indivíduos abrigados no local. Atualmente, a instituição opera com a sua capacidade máxima, de acordo com a quantidade de leitos e profissionais disponíveis para atuar no acolhimento dos residentes.

Gráfico 2 – Gênero

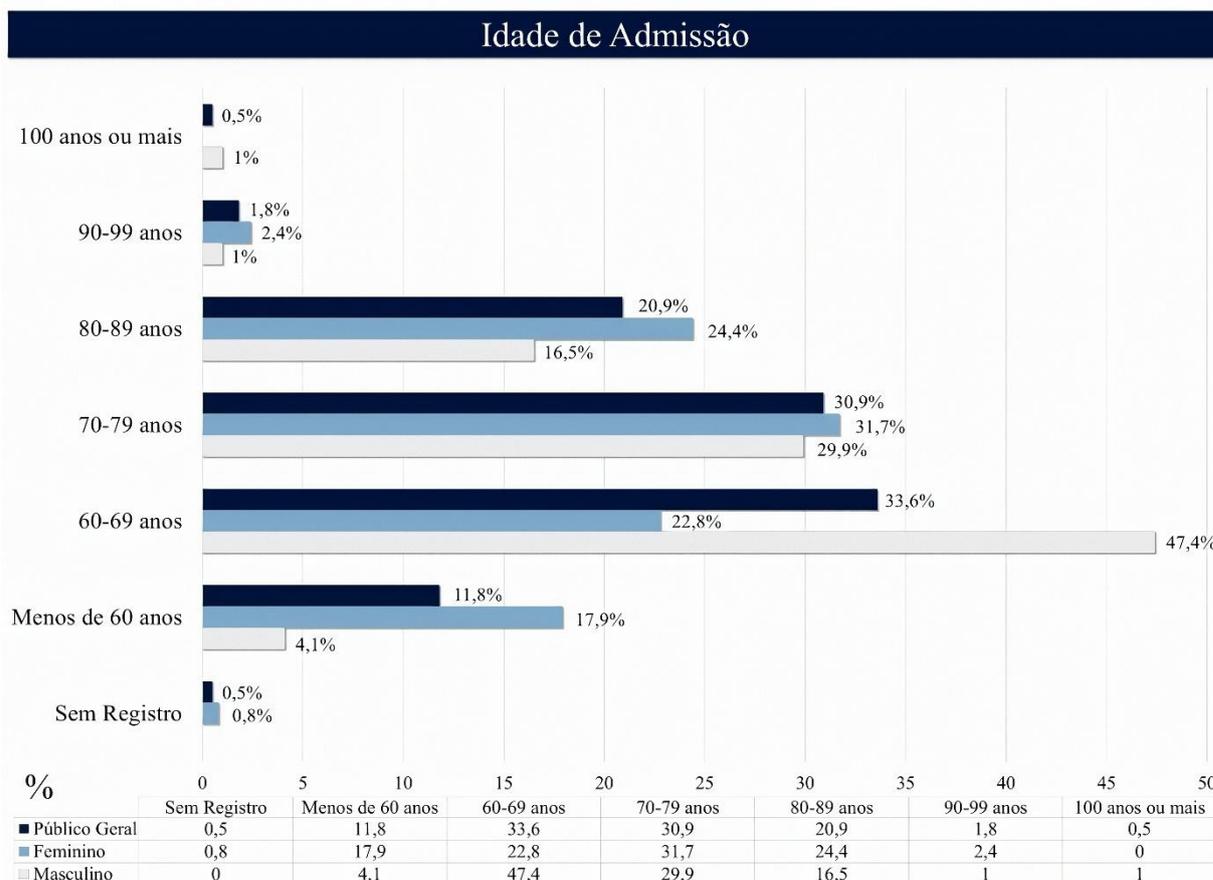


Fonte: Elaborado pela autora.

Em nossa busca, foram contabilizados 220 residentes, através dos prontuários, entre homens e mulheres que, por alguma razão, tiveram o mesmo destino: a institucionalização. Dentre eles, identificamos 123 mulheres, o que representa 55,9% do público atendido, e 97 homens, os demais 44,1% dos residentes, como vemos na distribuição a seguir.

Esses indivíduos foram admitidos na instituição entre os anos de 1960 até o final de 2019, com diferentes idades de acordo com os critérios de admissão da época. No entanto, a maioria dos residentes foi admitida levando em consideração o critério etário para o regime de longa permanência para idosos, quando o Lar já era uma instituição de longa permanência para idosos. Com isso, como observamos no gráfico abaixo, a maior parte do público atendido foi institucionalizado a partir dos 60 anos, com destaque para aqueles que foram admitidos entre 60-69 anos (33,6%) e 70-79 anos (30,9%), contanto com 11,8% institucionalizados antes de atingir os 60 anos de idade.

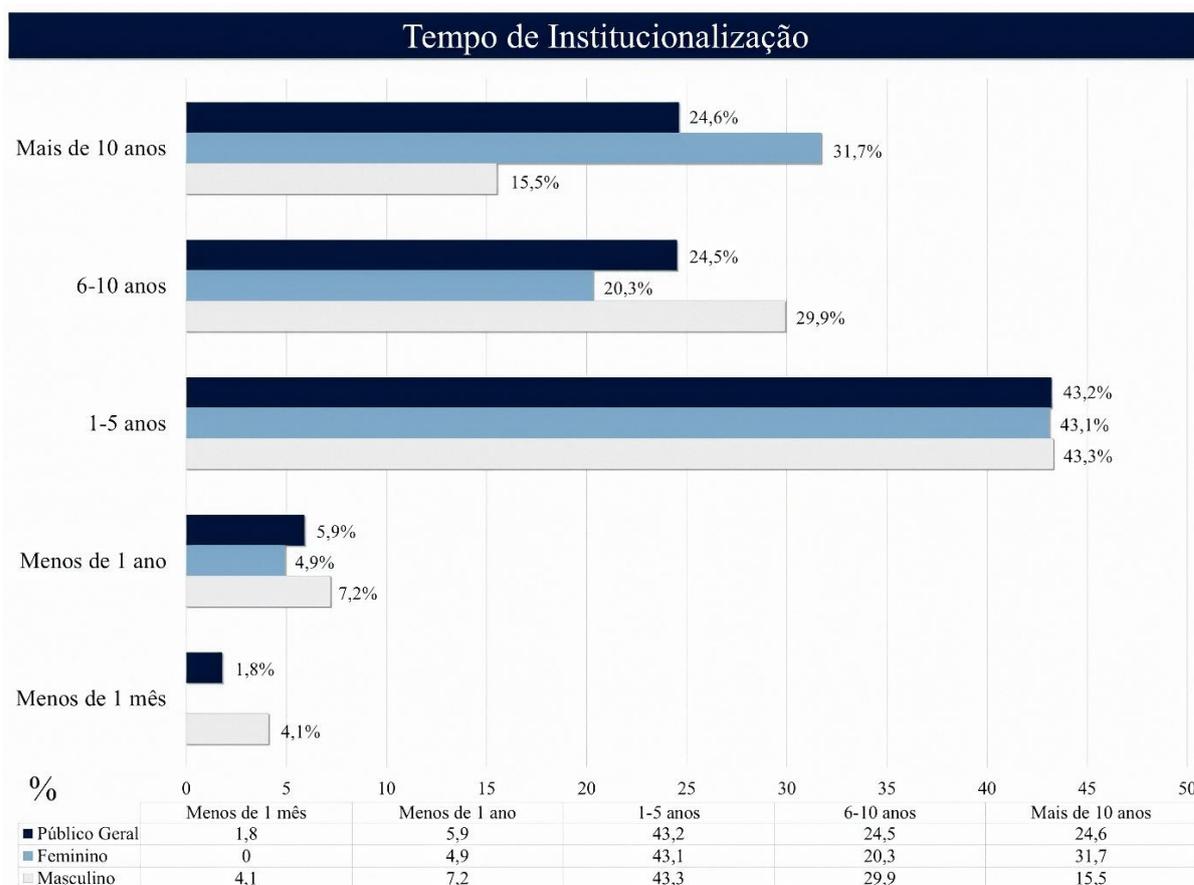
Gráfico 3 – Idade de Admissão



Fonte: Elaborado pela autora.

Depois de serem admitidos no Lar, esses indivíduos têm ainda anos de vida pela frente, contrariando a máxima de que estariam “só esperando o dia parar morrer”, como se não houvesse uma esperança de vida, muitos deles chegam a viver décadas na instituição até que o dia da sua finitude realmente chegue. Diante das informações que dispomos, identificamos que 43,2% dos idosos permanecem de 1 a 5 anos, seguidos por aqueles que chegam a passar de 6 a 10 anos no local (24,5%) e os que passam mais de 10 anos (24,6%).

Gráfico 4 – Tempo de Institucionalização



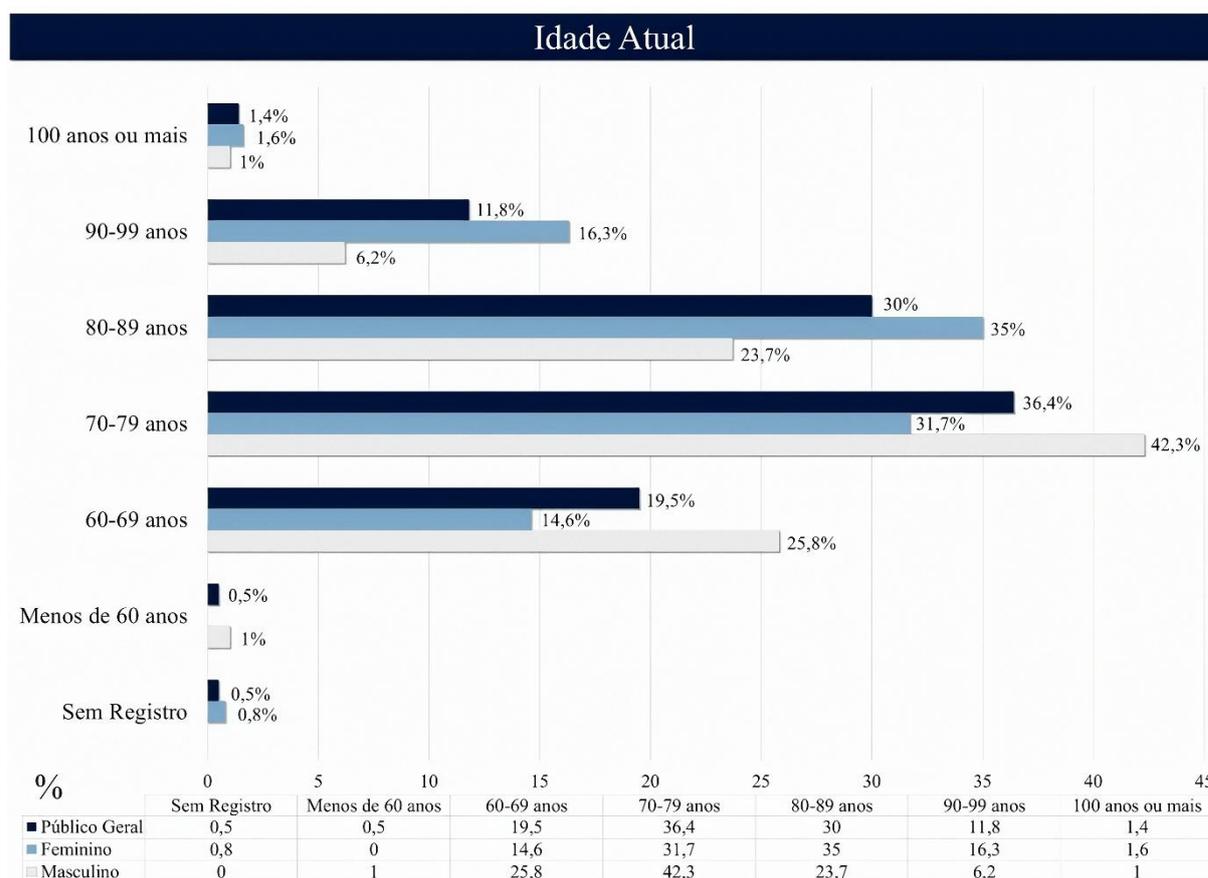
Fonte: Elaborado pela autora.

Neste ponto, chamam atenção também aqueles que passam mais tempo na instituição, com destaque para o mais emblemático: uma das idosas que foi institucionalizada em 1962 e permanece no local até os dias atuais. Com ela, encontramos ainda mais 2 casos de pessoas que contabilizam mais de 50 anos na instituição. Ocorrências que nos fazem questionar o que levaria uma pessoa para um lugar como este e lá permanecer por tanto tempo, indivíduos que foram institucionalizados com 20/30 e poucos anos e não possuem qualquer perspectiva de sair do local. Devemos pontuar que o tempo de institucionalização depende de inúmeros fatores que envolvem desde a própria condição do indivíduo até a sua relação com a família, por

exemplo, que pode interferir e retirar a pessoa idosa do Lar antes que venham a falecer, por razões diversas.

Obviamente que, no período de realização da pesquisa esses indivíduos já estavam mais velhos, com idades variando de 59 a 105 anos, sendo o residente mais velho um senhor que em 2020 chega aos seus 106 anos, aproximando-se da idade da própria instituição. Nesse aspecto, observamos uma concentração maior de indivíduos que possuem 70-79 anos (36,4% do público atendido) e 80-89 anos (30%), totalizando 66,4% dos moradores no local, distribuídos por gênero no gráfico adiante. Considerando o público geral atendido, 19,5% desse são de residentes com 60-69 anos, considerados os idosos “mais jovens”, por conseguinte são os que possuem menos tempo de institucionalização.

Gráfico 5 – Idade Atual

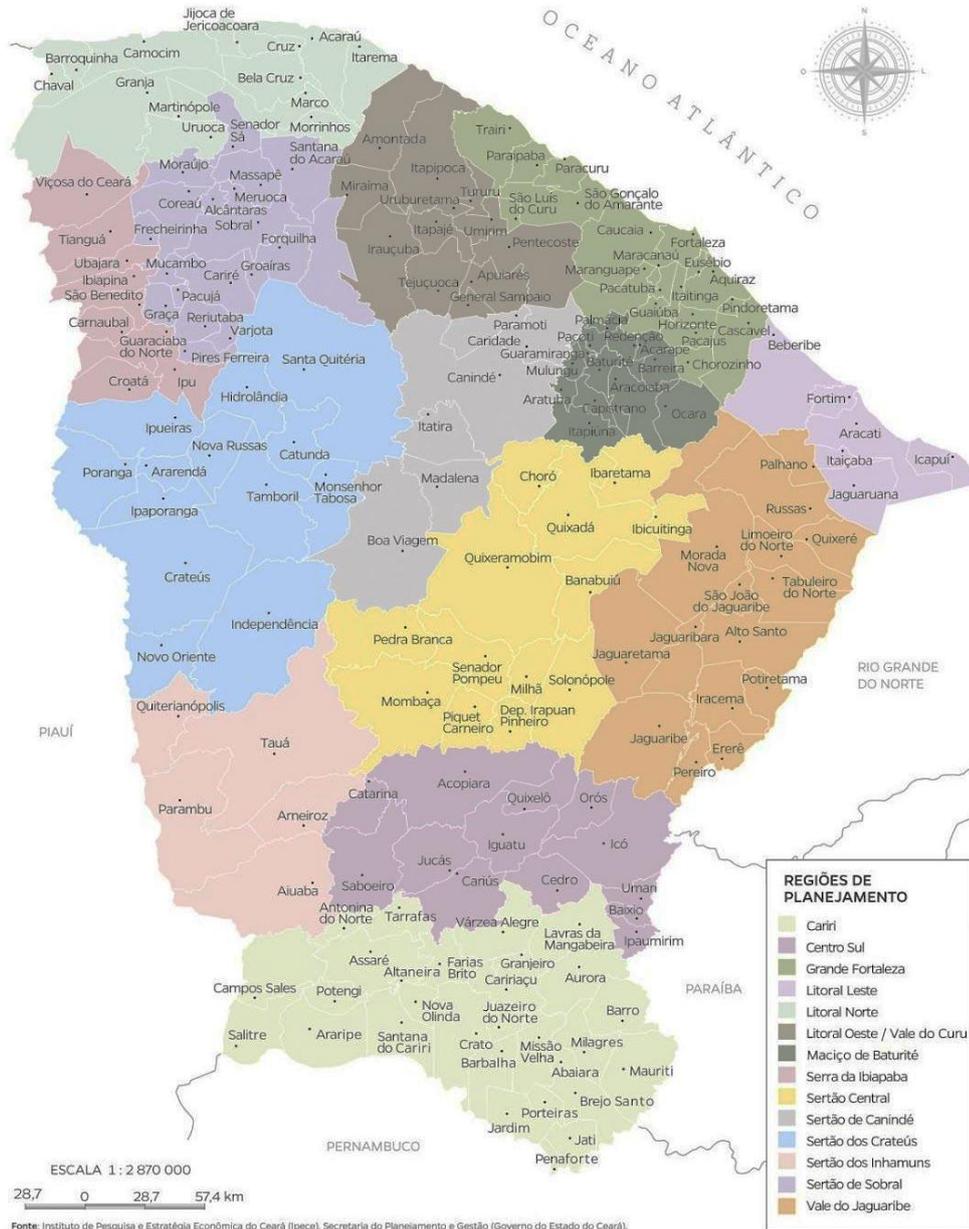


Fonte: Elaborado pela autora.

Dando prosseguimento aos aspectos que caracterizam essa população, sabendo que parte desses idosos são pessoas que buscaram a Capital almejando melhores condições de vida, para compreender as suas trajetórias devemos olhar para as regiões de onde vieram. Em nossa

investigação, identificamos que mais da metade dos atuais residentes são naturais das mais diversas regiões do Estado do Ceará, incluindo indivíduos naturais de outros estados do Brasil e até de outros países.

Figura 2 – Mapa das Regiões de Planejamento do Estado do Ceará



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O mapa acima nos permite ter uma noção sobre as regiões que constituem o Estado do Ceará sob a ótica do planejamento. Essa demarcação foi utilizada para agrupar os residentes de acordo com a sua naturalidade. A partir disso, construímos um quando onde verificamos que dentre os atuais residente, há pelo menos 1 de cada região do Estado, sendo apenas 32,9%

naturais da região de Grande Fortaleza. Além disso, temos: 4,6% dos idosos naturais da região do Cariri; 1,8% do Centro Sul; 6,5% do Litoral Leste; 1,4% do Litoral Oeste; 7,5% do Maciço de Baturité; 7,4% da Serra de Ibiapaba; 5,1% do Sertão Central; 3,2% do Sertão de Canindé; 2,4% do Sertão de Crateús; 0,5% do Sertão dos Inhamuns; 4,2% do Sertão de Sobral; 3,8% do Vale do Jaguaribe; 8,9% são oriundos outros Estados; 2% de outros países e 5% não obtivemos registro. Essa distribuição pode ser observada de maneira sistematizada a seguir.

Quadro 3 – Naturalidade

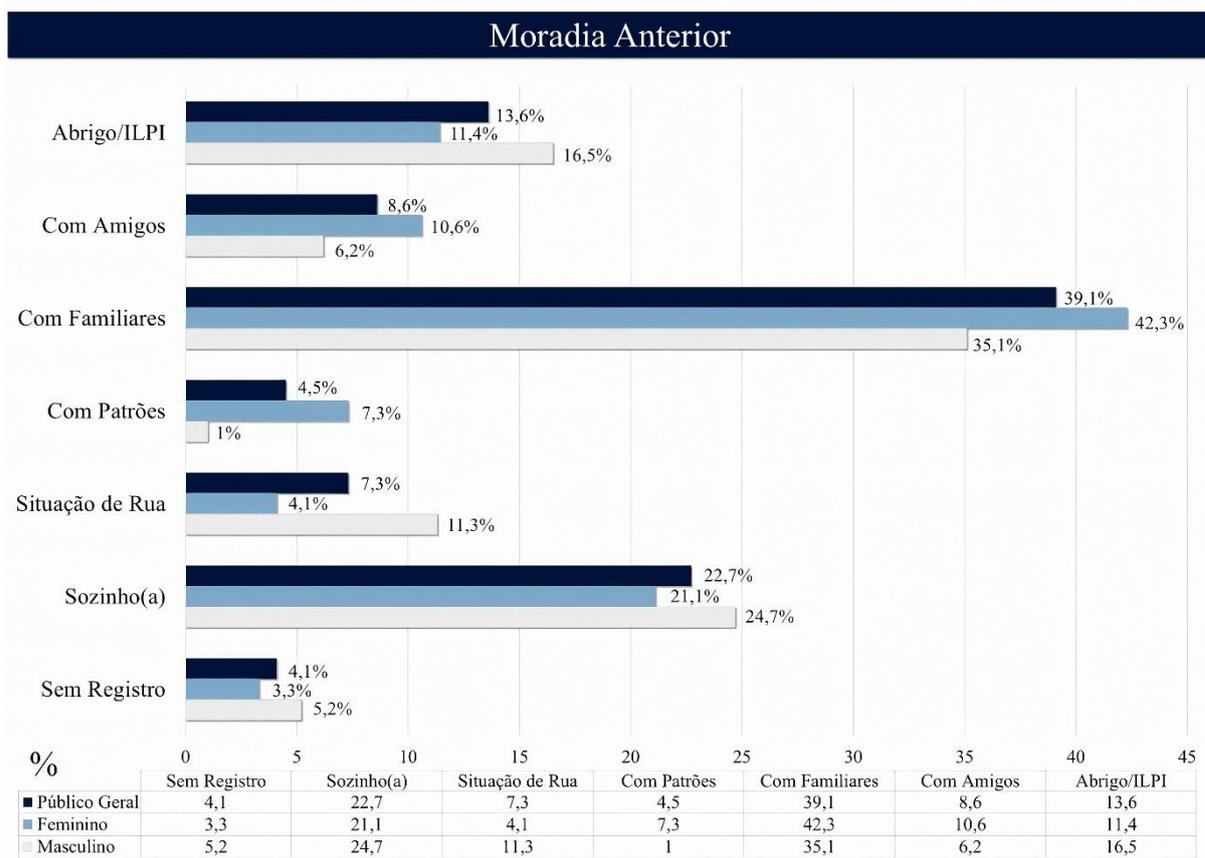
| Regiões de Planejamento do Estado do Ceará | Porcentagem de residentes |
|--|---------------------------|
| Cariri | 4,6% |
| Centro Sul | 1,8% |
| Grande Fortaleza | 32,9% |
| Litoral Leste | 6,5% |
| Litoral Oeste | 1,4% |
| Maciço de Baturité | 7,5% |
| Serra da Ibiapaba | 7,4% |
| Sertão Central | 5,1% |
| Sertão de Canindé | 3,2% |
| Sertão de Crateús | 2,4% |
| Sertão dos Inhamuns | 0,5% |
| Sertão de Sobral | 4,2% |
| Vale do Jaguaribe | 3,8% |
| Outros Estados | 8,9% |
| Outros Países | 2% |
| Sem Registro | 5% |
| TOTAL | 100% |

Fonte: Elaborado pela autora.

Além da naturalidade, coube identificar também a forma de moradia dos residentes no período anterior à institucionalização. Essa forma diz respeito às instâncias que proviam um “teto” para esses idosos pudessem morar. No que se refere ao contexto que precede a institucionalização, os atuais residentes moravam anteriormente com familiares, amigos, sozinhos ou na casa dos patrões, como é o caso das mulheres que tinham como ocupação o trabalho doméstico, 7,3% do público feminino foi para o Lar diretamente da casa de seus empregadores. Além disso, identificamos casos em que os idosos eram transferidos de outras instituições de acolhimento ou que estavam em situação de rua e foram encaminhados pelos mecanismos de assistência social, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Com isso, identificamos que uma quantidade significativa de idosos que moravam com seus familiares (39,1%), mas ainda idosos que já vinham de outras instituições, moravam “de favor” na casa de amigos ou patrões, viviam em situação de rua ou moravam sozinhos e proviam seus próprios recursos ainda que numa condição extremamente limitada.

Gráfico 6 – Moradia Anterior



Fonte: Elaborado pela autora.

Na representação gráfica acima, é possível observar que 13,6% desses idosos já vieram de outras instituições entre ILPIs e outros tipos de abrigo. Identificamos que 8,6% deles viviam na casa de amigos e 4,5% na casa dos patrões antes de irem para a instituição. Dos prontuários consultados, 7,3% são de indivíduos que viviam em situação de rua e 22,7% que moravam sozinhos. Apenas 4,1% dos registros não indicavam essa informação referente à moradia anterior.

Sobre este aspecto, verificamos conjuntamente a cidade de residência desses idosos. Assim, foi possível identificar um quadro completamente diferente dos dados relacionados à naturalidade desses sujeitos. Conforme a sistematização a seguir aponta, 58,8% dos idosos residiam na cidade de Fortaleza, com 4,6% de casos que viviam em outras cidades que integram

a região da Grande Fortaleza e ainda 2% que residiam em municípios das demais regiões do Estado. Apenas 1% dos casos o idoso residia em outro Estado do país.

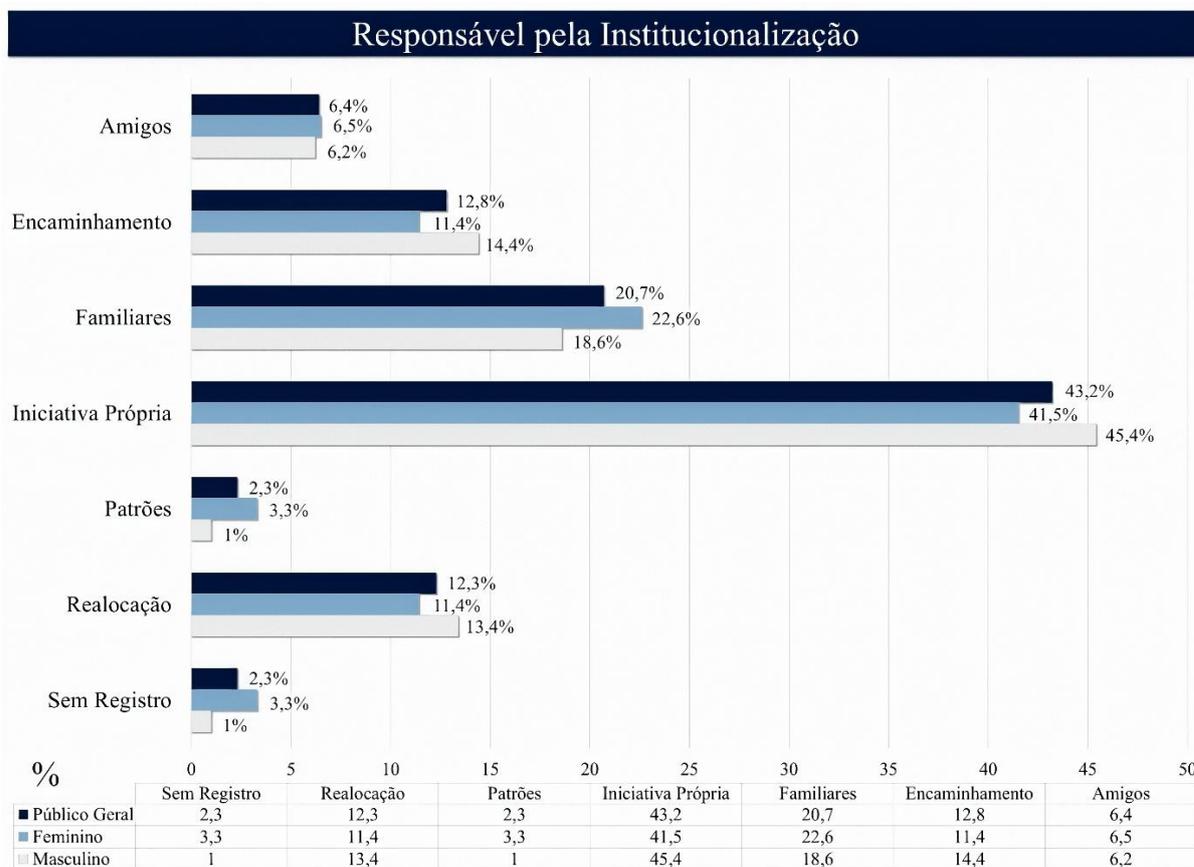
Quadro 4 – Cidade de Residência

| Cidade de Residência | Porcentagem |
|-----------------------------------|-------------|
| Fortaleza | 58,8% |
| Outras Cidades (Grande Fortaleza) | 4,6% |
| Outras Cidades (demais regiões) | 2% |
| Outros Estados | 1% |
| Sem Registro | 33,6% |
| TOTAL | 100% |

Fonte: Elaborado pela autora.

Referente à institucionalização, verificamos aqueles que tomaram a iniciativa para que o indivíduo fosse morar no Lar. Entre os casos, notamos que os principais responsáveis por essa decisão são os próprios idosos (43,2% do público atendido) ou seus familiares (20,7%), conforme observamos na representação gráfica a seguir.

Gráfico 7 – Responsável pela Institucionalização



Fonte: Elaborado pela autora.

É importante pontuar que a institucionalização não é uma decisão fácil e não há como delimitar nitidamente se foi uma iniciativa do idoso ou dos familiares, por isso, consideramos apenas o que havia nos prontuários, sem que houvesse qualquer averiguação essa questão, exceto nos casos que entrevistamos, embora as narrativas não tenham sido utilizadas para averiguar ou confrontar os registros.

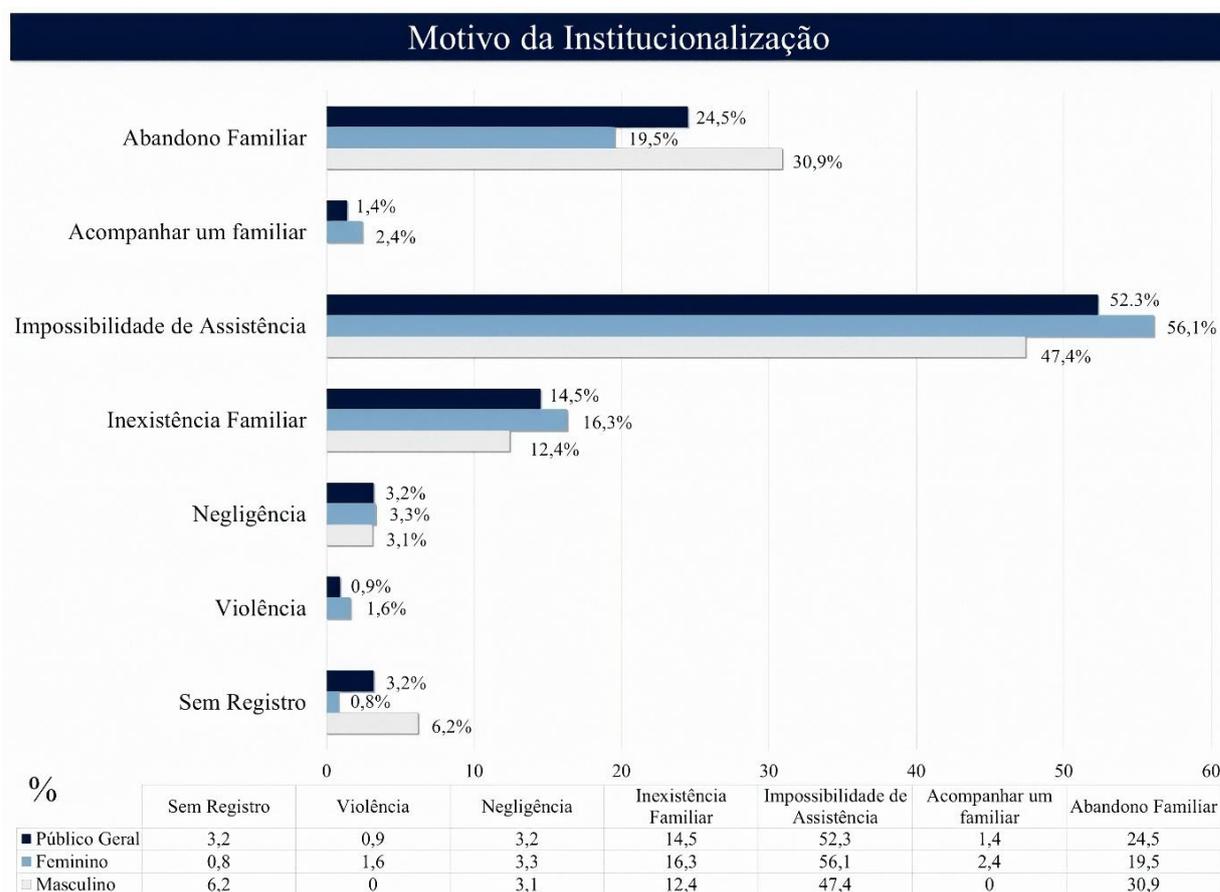
Além desses casos, temos aqueles que foram realocados e não sabemos quem tomou a iniciativa pela institucionalização, pois dificilmente essa informação está presente nos registros oriundos da entidade anterior (12,3% realocados e 2,3 sem qualquer registro); aqueles que os padrões os deixaram no Lar quando não puderam mais exercer a sua ocupação (2,3); os que foram levados pelos amigos e/ou pessoas próximas que não faziam parte do núcleo familiar (6,4%); por fim, os que foram encaminhados pelas unidades de assistência social que mencionamos anteriormente (12,8%), neste último estão os casos de pessoas em situação de rua, bem como qualquer outra condição de violação de direitos venha a ser identificada por órgãos de assistência social, levando à institucionalização compulsória.

No que compete aos motivos que levaram esses idosos à institucionalização, são inúmeros os caminhos e percalços que fizeram do Lar o destino para esses indivíduos vivenciarem a velhice, mas, em nosso estudo foram identificados 6 tipos de causas registradas nos prontuários. No gráfico a seguir, observamos as seguintes justificativas: abandono familiar (24,5% do público atendido); mulheres que foram para a instituição acompanhar um familiar que fora institucionalizado (1,4%); impossibilidade de assistência por parte do núcleo familiar (52,3%); inexistência familiar (14,5%); negligência (3,2%) e violência (0,9). Com isso, notamos que a maior parte dos casos teria sido motivada pela impossibilidade de assistência familiar, mas neste ponto, alguns outros aspectos chamam atenção.

Conforme apresentado no gráfico a seguir, o menor número de ocorrências se refere aos casos de negligência e violência, um dado que pode não corresponder a realidade vivenciada pelos idosos em seus respectivos núcleos familiares no Ceará. Em reportagem feita com a Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), publicada pelo Diário do Nordeste em maio de 2019, o Estado do Ceará aparece em primeiro lugar do Nordeste em números de casos de violência contra a pessoa idosa, o que inclui negligência, maus-tratos, violência física, psicológica e/ou patrimonial, totalizando 3065 casos de violência praticados no Estado somente nos primeiros meses do referido ano. No entanto, acreditamos que esse dado seja ainda maior que o noticiado, pois, dada a dificuldade em identificar e denunciar os

casos de violência que ocorrem principalmente dentro do núcleo familiar, parte das ocorrências nunca são registradas.

Gráfico 8 – Motivo da Institucionalização



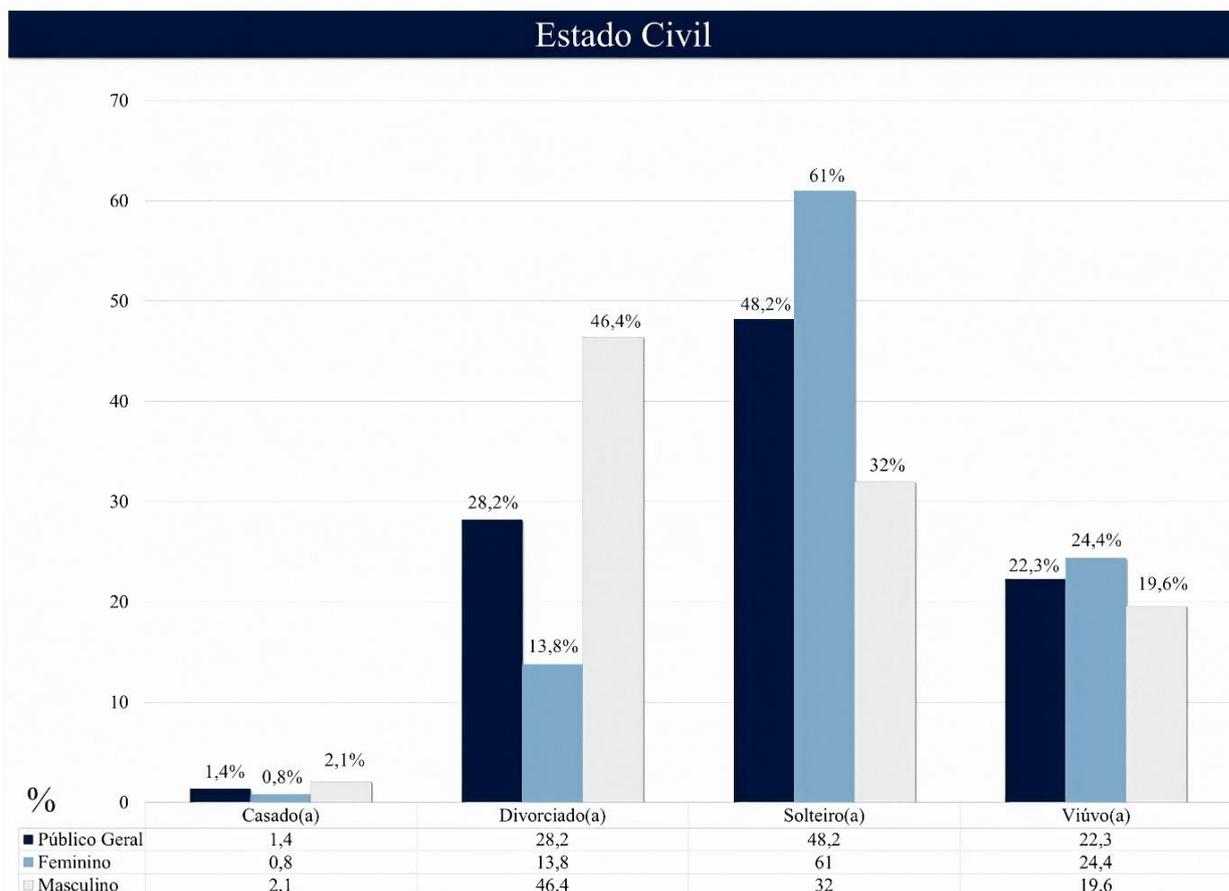
Fonte: Elaborado pela autora.

Sabendo desse contexto, é difícil acreditar que, dentre os 220 residentes, tenha havido apenas 7 casos de negligência (3,2%) e 2 casos de violência (0,9%) que antecederam a ida para a instituição. Outro aspecto curioso é que, das notificações de violência, os 2 casos encontrados são de mulheres. Sabemos que há uma relação entre a condição de gênero e as vítimas de violência doméstica, as mulheres, de um modo geral, são um dos principais alvos dessas ocorrências. Levando em consideração ainda o desafio para as vítimas de negligência e violência falarem a respeito, é provável que, tanto no caso do Estado do Ceará como na instituição especificamente, os números sejam maiores do que temos conhecimento.

Dando continuidade aos demais aspectos que caracterizam o público atendido pelo LTM, o estado civil é um fator relevante para pensarmos a condição de vida desses idosos. Como podemos observar no gráfico acima, apenas 1,4 dos residentes são casados, em geral os

indivíduos encontram-se numa união estável, sendo 28,2% divorciados, 48,2% solteiros e 22,3%, com destaque para as mulheres que em sua maioria são solteiras (61%).

Gráfico 9 – Estado Civil



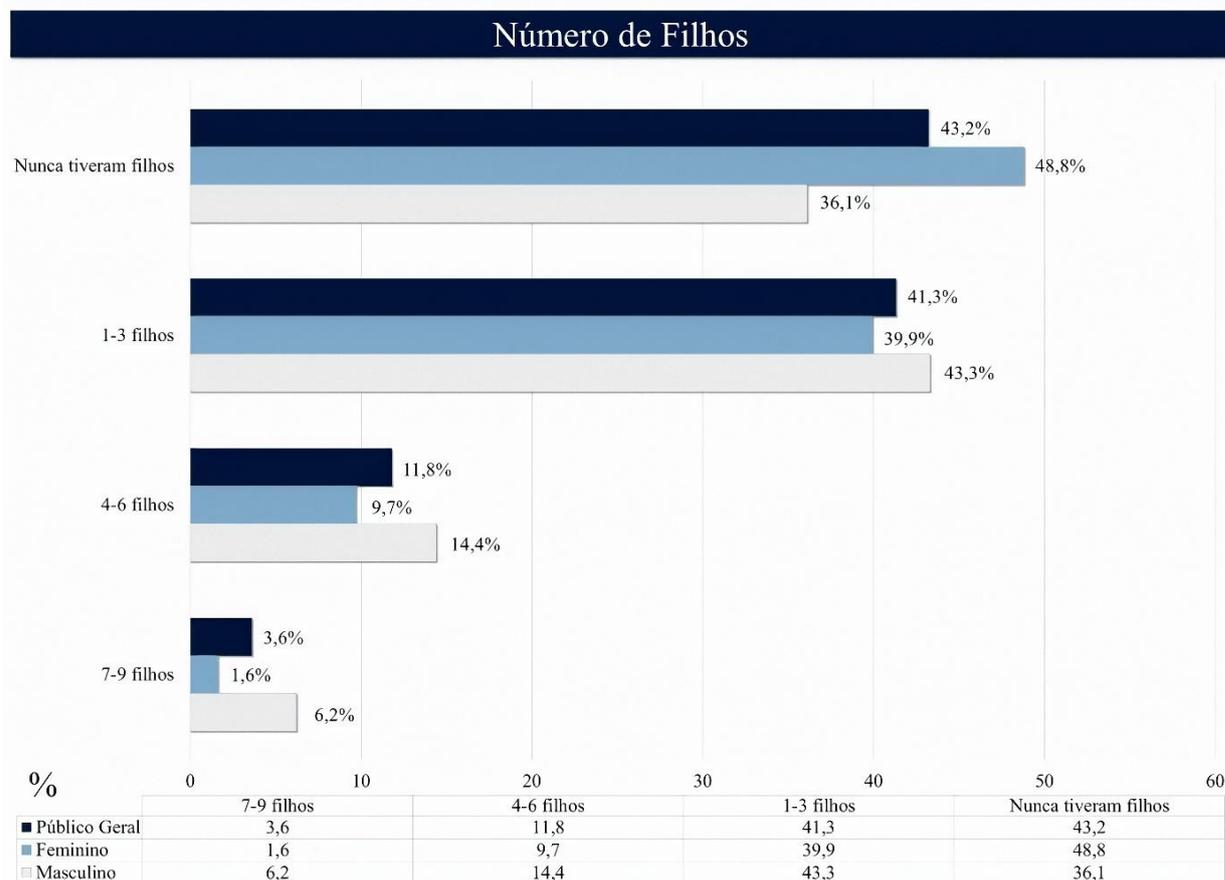
Fonte: Elaborado pela autora.

Esses dados fornecem uma breve noção acerca dos fatores que podem levar à institucionalização, conforme a distribuição que apresentamos, é possível que haja uma relação entre o estado civil e busca pela instituição, pois a ausência de uma união estável pode comprometer significativamente os recursos que esses idosos possuem para viver, sejam eles financeiros ou afetivos.

Neste quesito, é necessário atentar que os prontuários representam a “ponta do iceberg” da trajetória de vida dessas pessoas. Dadas as limitações dos registros, os dados não conseguem dar conta de todas as relações que são construídas ao longo dos anos de institucionalização. Em nossa experiência de pesquisa, foi possível acompanhar que dentro do Lar são inúmeros os vínculos formados, dentre eles, os laços afetivos que os idosos constroem,

são pessoas que paqueram, namoram, criam relacionamentos, ainda que não sejam formalmente registrados nos cadastros.

Gráfico 10 – Número de Filhos



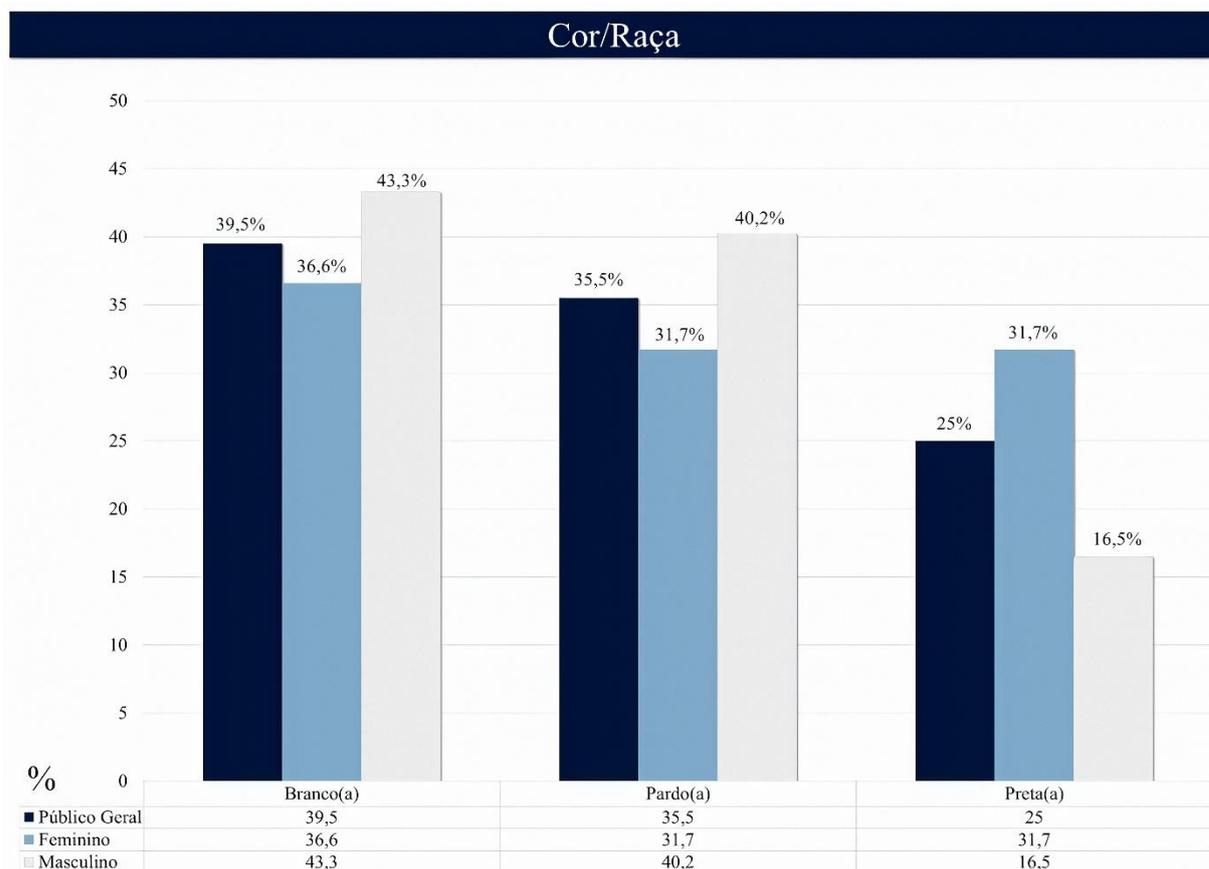
Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre relacionamentos, vínculos e família, outro fator a ser considerado é a quantidade de filhos que o residente possui. Conforme é possível averiguar no gráfico acima, 43,2% do público atendido nunca teve filhos, o que poderia indicar uma possível motivação para a institucionalização, no entanto, observamos também que mais da metade dos residentes teve pelo menos 1 filho, o que supostamente garantiria ter pelo menos uma pessoa responsável para prover os seus recursos durante à velhice. Diante dos dados apresentados, o número de pessoas que nunca tiveram filhos é ainda mais expressivo (56,8%), o que nos diz que ter um filho não é garantia de que este terá condições de prover os recursos necessários aos pais durante à velhice.

Conforme os dados disponibilizados, tomamos conhecimento também da forma como os residentes se autodeclaram com relação ao pertencimento identitário étnico/racial. Este

é um ponto bastante crítico em termos de validade das respostas, pois, o debate em torno das questões raciais no Brasil é algo relativamente novo nas camadas populares, apesar do nosso logo histórico de problemáticas que envolvem cor e raça. As discussões acerca do pertencimento racial não chegam da mesma forma para todos, com isso, devemos considerar a possibilidade de que parte da população não está consciente das questões suscitadas por esse debate, ainda que suas vivências sejam atravessadas por elas. Dessa forma, ter ou não conhecimento dessas questões pode interferir na forma como o indivíduo se autodeclara, além do fato de não sabermos como esses dados foram colhidos, podendo ocorrer situações onde quem registra assinala essa suposta autodeclaração de acordo com as suas próprias percepções ao invés de questionar ao indivíduo.

Gráfico 11 – Cor/Raça

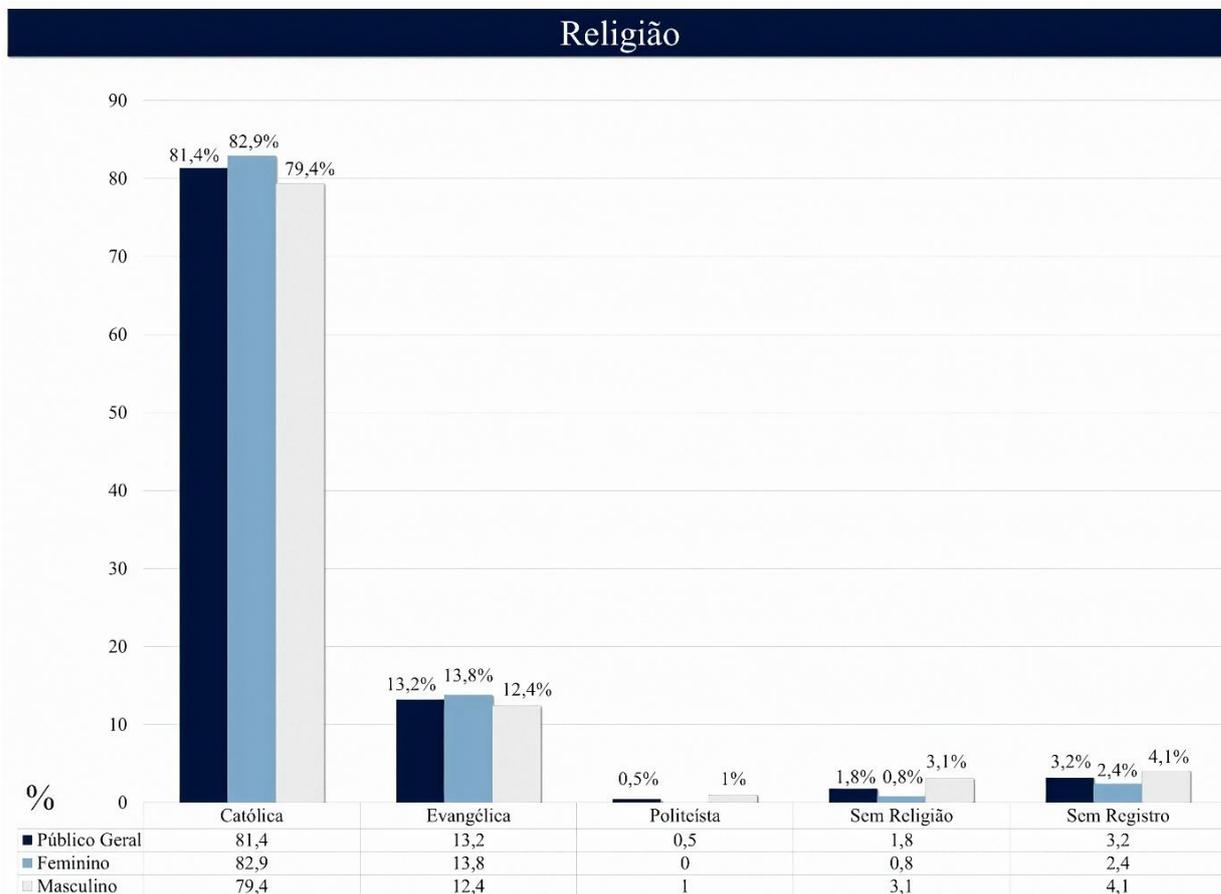


Fonte: Elaborado pela autora.

Levando em consideração essa problemática, reforçamos que dispomos apenas daquilo que estava registrado nos prontuários, o que nos permitiu identificar 3 grupos: brancos (39,5% do público atendido), pardos (35,5%) e pretos (25%). Não há qualquer menção a alternativas como, por exemplo, amarelos ou indígenas, que normalmente vemos em pesquisas

realizadas pelo o IBGE. Sobre este aspecto, destacamos que mais de 60% dos residentes no Lar são pessoas ‘não-brancas’, estão situadas em um segmento que se dividem entre pardos e pretos.

Gráfico 12 – Religião



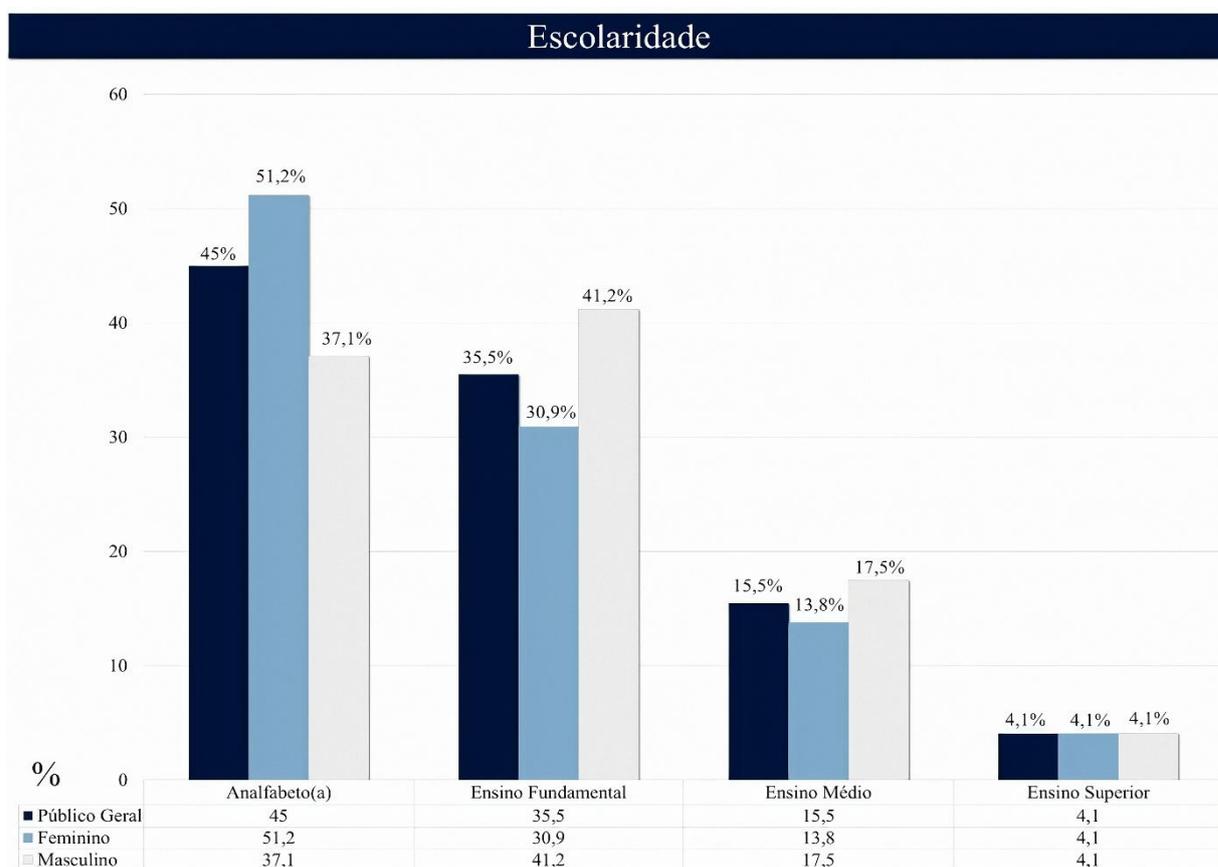
Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à religião dos residentes, sabendo da origem da instituição e da disputa por legitimidade entre a Igreja Católica e a Maçonaria na cidade de Fortaleza, é até irônico perceber que, dentre os idosos atendidos atualmente, a maioria esmagadora é de católicos. Sendo 81,4% católicos, 13,2% evangélicos, 1,8% declarados sem religião, 3,2% de casos não registrados e, curiosamente, 0,5% (correspondente a um único indivíduo) que se declarou politeísta, o que pensamos ser até um erro nos registros. Coincidentemente, esse foi um dos entrevistados durante os testes que realizamos, onde pudemos confirmar que esse era um caso real, embora atípico, de uma pessoa que tinha a crença em vários deuses.

De acordo com o IBGE (2010), 64,6% da população brasileira é de católicos, seguindo como um dos países com o maior número de adeptos do catolicismo no mundo. Em conformidade, vemos isso de maneira ainda mais nítida dentro da instituição, como observamos

no gráfico anterior. Esse dado também pode ter uma relação com a postura da entidade atualmente que vai de encontro à religião católica, embora essa não seja uma determinação e não sabermos ao certo se há uma inclinação intencional por parte da administração. No entanto, no trabalho de campo identificamos que o LTM possui uma capela onde, periodicamente, são realizados rituais católicos, dentro da instituição existem inúmeras imagens e estátuas de figuras próprias do catolicismo e, o calendário de celebrações para os residentes é pautado em datas comemorativas católicas. Nesse contexto, a religiosidade pode configurar um elemento significativo no cotidiano dos residentes como uma forma de lidar com as adversidades vivenciadas.

Gráfico 13 – Escolaridade



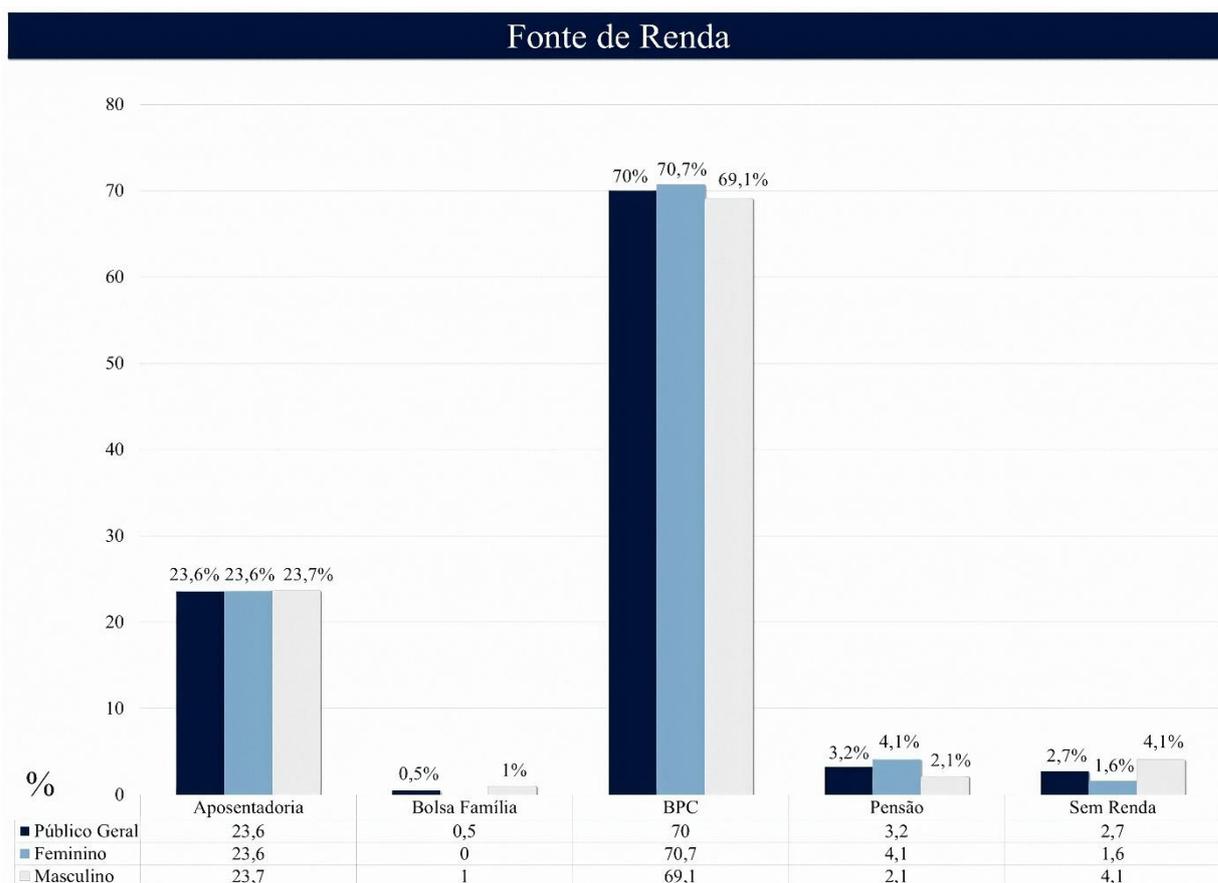
Fonte: Elaborado pela autora.

Avançando um pouco mais nos dados, outro aspecto relevante que caracteriza a população idosa residente no Lar Torres de Melo diz respeito ao nível de escolaridade que os idosos tiveram acesso ao longo de suas vidas. Com base nas informações encontradas, identificamos que 45% do público atendido pela instituição se refere às pessoas que nunca foram alfabetizadas, seguido por 35,5% de idosos que só tiveram acesso aos primeiros anos de

escolaridade no ensino fundamental. No gráfico referente à escolaridade, observamos ainda que 15,5% dos residentes tiveram acesso ao ensino médio e 4,1% deles adentraram no ensino superior.

Considerando o baixo nível de escolaridade desses indivíduos, as profissões exercidas por eles ao longo de suas trajetórias seguem o grau de instrução que tiveram acesso. Assim, como era de se esperar, identificamos inúmeras ocupações, que vão desde atletas, artesões, professores até motoristas, domésticas e pescadores. Foram listadas 58 ocupações de acordo com os registros dos prontuários, que nos permitiu ter uma breve noção acerca das fontes de renda que sustentavam esses idosos antes da velhice e a chegada na instituição. Dentre as formas de sustentação e provisão de recursos, identificamos um número expressivo de mulheres que foram empregadas domésticas, 42,3% do público feminino, correspondente a 52 casos.

Gráfico 14 – Fonte de Renda



Fonte: Elaborado pela autora.

Este aspecto chamou nossa atenção para uma realidade específica quando falamos de acesso aos mecanismos de proteção, a qual nos aprofundaremos no capítulo seguinte, destacando aqueles que estão à margem das relações trabalhistas e, por conseguinte, não são

contemplados pelos mecanismos institucionalmente regulados que têm como referência o trabalho. Por hora, conforme a ausência de regulação nas formas de ocupação exercidas pelos idosos, nos atemos a identificar as atuais fontes de renda desses sujeitos.

De acordo com a representação gráfica anterior, notamos que a principal fonte de renda dos idosos residentes no LTM é, atualmente, o Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹¹, um mecanismo que faz parte da assistência social não contributiva, totalizando 70% do público atendido. Logo em seguida temos aqueles que alcançaram o sistema contributivo e tiveram acesso à aposentadoria pelo INSS, 23,6% dos residentes. Neste ponto, observamos que 3,2% são amparados pelo mecanismo contributivo por intermédio das pensões e 2,7% não possui qualquer fonte de sustentação financeira. Identificamos um caso em que a pessoa é beneficiária do Programa Bolsa Família¹², mas não averiguamos como isso funciona, considerando as condicionalidades para que um indivíduo tenha acesso a esse tipo de benefício que não condizem com o perfil dos idosos institucionalizados.

Mediante os dados apresentados, ratificamos que o perfil socioeconômico característico da população idosa residente no Lar Torres de Melo nos dá indícios da trajetória de vida desses idosos. Pautando aspectos que marcam a precarização das condições de vida nos inúmeros contextos vivenciados, constituímos um panorama para compreendermos como a proteção social esteve ou não presente nessas circunstâncias, como veremos no capítulo a seguir.

¹¹ Benefício prestado pelo INSS, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e pelo Estatuto do Idosos. Consiste em uma renda de um salário-mínimo vigente destinada aos idosos e portadores de deficiência que não possam prover seus próprios recursos e não possam ser mantidos por suas famílias.

¹² Programa de transferência de renda do Governo Federal, direcionado às famílias empobrecidas que tenham em sua composição gestantes e/ou crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos, dentre outras condicionalidades.

5 RETALHOS DA MEMÓRIA

A memória foi definida inicialmente pela psicologia, com ênfase nos aspectos neurofisiológicos e diversas abordagens psicanalíticas, em que o entendimento acerca das recordações priorizava a sua dimensão cognitiva e individual. Entretanto, sob o ponto de vista sociológico, a reminiscência constitui um fenômeno coletivo e social que, operacionalmente, viabiliza o processo de socialização dos grupos, com as lembranças sendo incorporadas através da experiência coletiva e transmitidas ao longo dos anos e gerações.

Considerando que a experiência humana em sociedade é pautada pela capacidade de guardar informações e a nossa vivência do presente depende em grande parte desse conhecimento que temos do passado e dos usos que fazemos dele, a memória “opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns”, nosso objetivo tornou-se “procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo”. (BOSI, 2003, p. 31).

Para analisar como se dá o acesso aos mecanismos de proteção social, neste capítulo, recorreremos a noção de memória coletiva, tanto como “objeto de análise, quanto método” (SANTOS, 2012, p. 12), que nos possibilita “[...] revelar aspectos ou espaços sociais esquecidos ou relegados, fazendo brotar a lembrança dos que se consideravam excluídos do processo histórico”. (JUCÁ, 2011, p. 19).

5.1 Memória coletiva: lembranças que nos interligam

Para compreender essa concepção de memória, destacamos as bases teóricas sobre as quais essa categoria é formulada no cerne da sociologia francesa. Através de pressupostos elaborados por Halbwachs, ‘A memória coletiva’ publicado originalmente em 1950 na França, a memória passou a receber uma atenção especial dentro dos estudos sociológicos, causando uma ruptura nos postulados que até então a compreendiam a como um fenômeno íntimo e pessoal, estabelecendo um novo olhar em que “a configuração e persistência da memória estariam organizadas a partir de elementos que geram coesão e solidariedade”. (CORDEIRO, 2013, pág. 104).

Apropriando-se da noção durkheimiana de consciência coletiva, Halbwachs destaca a dimensão social que permeia a nossa capacidade de lembrar, por meio do “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade [que] forma um sistema determinado que tem vida própria”. (DURKHEIM, 2010, p. 50), abandonando

concepções individualizantes, considerando que os fatos sociais são *sui generis* (possuem uma natureza própria) e para compreendê-los devemos atentar para a existência de um “reino social”.

Com isso, a união de consciências particulares daria origem a consciência coletiva, fazendo-se necessário que esses fatos sejam estudados “de fora”, assim como os fenômenos da natureza. Esses fatos não são obra do indivíduo isolado, ao contrário, eles resultam de diversas combinações em meio à vida coletiva, assim, o conceito de memória é utilizado para “se referir às determinações da consciência por quadros sociais que a antecedem e tornam a sociedade possível”. (SANTOS, 2012, p. 12).

Com base em Durkheim (2011, p. 38), a memória pode compreendida como os fatos sociais decorrentes da vida em sociedade, ou seja, como parte constituinte de todos os processos de interação humana. Destarte, a organização social vigente é construída através desses fatos, conceitualmente definidos como algo que a sociedade faz sem questioná-los, entendendo-os como “modos e fazer e maneiras de ser coletivas”, os quais exercem enorme influência sobre o indivíduo e este não teria como evitar ser influenciado.

Aqui,

A memória é considerada, de acordo com a dimensão social que representa, uma realidade onde se mesclam o individual e o coletivo, possibilitando uma compreensão diferenciada daquela transmitida pela documentação tradicional. Além do mais, ela permite revelar aspectos ou espaços sociais outrora esquecidos ou relegados, fazendo brotar a lembrança dos que se consideravam excluídos do processo histórico. (JUCÁ, 2002, p. 73).

Em síntese, as memórias surgiriam do meio externo (da sociedade), este meio externo seria coercitivo, exercendo total influência sobre o indivíduo, servindo para “reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo” (POLLAK, 1989, p. 3).

Dito de outra forma,

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. (POLLAK, 1989, p. 9).

As lembranças são “a sobrevivência do passado”, algo que vem à tona no pensamento dos indivíduos, no momento presente, apresentando um esquema de percepção que ultrapassa o plano individual em que as recordações que um indivíduo possui nunca são só suas, mas estão vinculadas ao meio social em que estão inseridos. (BOSI, 1994, p. 53).

Com essa compreensão, a memória coletiva pode ser definida ao afirmar que:

Toda recordação, por muito pessoal que possa ser, mesmo a de acontecimentos que só nós presenciámos, ou a de pensamentos e sentimentos que ficaram por exprimir, existe uma relação com todo um conjunto de ideias que muitos outros possuem: com pessoa, lugares, datas, palavras, formas de linguagem, isto é, com toda a vida material e moral das sociedades de que fazemos parte, ou das quais fizemos parte. (CONNERTON, 1999, p. 41).

Assim, percebemos que,

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Para Santos (2012), esse entendimento acerca da memória considera a relação entre indivíduo e sociedade como algo indissociável, onde quadros sociais específicos são parte de uma construção simbólica muito particular rompendo com essa dicotomia. Sendo assim, ainda sob a ótica durkheimiana, podemos considerar que existem representações compartilhadas por grupos sociais distintos e pelos próprios indivíduos incluídos no mesmo segmento, como por exemplo, os idosos.

De acordo com os postulados ora apresentados, nossas bases teóricas e metodológicas estão situadas em pressupostos que concebem o mundo social constituído por estruturas objetivas que podem condicionar as ações e as representações dos indivíduos que fazem parte dele. Deste modo, “[...] a memória se relaciona a uma experiência vivenciada, tendo como agentes grupos que passaram por diferentes experiências, mas mantendo traços comuns, frutos da experiência coletiva, sujeita a mudanças e permanências. (JUCÁ, 2011, p. 38).

No entanto, tais estruturas são construídas por meio de processos sociais e históricos envolvendo a participação desses indivíduos que, segundo esse entendimento, são concebidos como agentes. Pois, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Ainda tendo por base o pensamento de Halbwachs (2003), compreendemos que um conjunto de pessoas, indivíduos que se lembram de determinados acontecimentos como parte integrante do seu grupo social em dado momento histórico, embora possuam trajetórias de vida particulares e as lembranças dessa trajetória algo único para cada indivíduo.

Avançando na discussão, Pollak (1992, p. 201) define a memória coletiva como um “fenômeno construído e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. Com isso, nossas lembranças seriam aquilo que há de mais vivo em nós, sendo permanentemente modificadas no processo de reminiscência, evocados conforme a necessidade posta pelo presente momento.

Em consonância com essa linha de compreensão, Todorov (2013, p. 51) sublinha a memória como o conhecimento de um certo número de códigos de comportamento e a capacidade de usá-los, culminando num processo em que "el pasado se convierte por tanto en principio de acción para el presente", ou seja, o passado torna-se um princípio de ação para o presente, em livre tradução. Por conseguinte, podemos afirmar que através da memória “as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente”. (CONNERTON, 1999, p. 3).

Para compreender o segmento social constituído pelos idosos, Weller (2010) destaca o conceito de geração dentro da teoria sociológica sendo retomada nas análises sobre as diferenças de classe, as desigualdades de gênero, étnico-raciais, culturais e geracionais. Associada aos conceitos que definem grupos etários como a juventude, o referido conceito fortalece nossa compreensão de que as análises sobre a temática do envelhecimento não estejam pautadas apenas na idade cronológica dos indivíduos, mas numa compreensão de que há presença de eventos que quebram a continuidade histórica na vida coletiva e instituem aspectos semelhantes entres as formas com que esses momentos históricos são vivenciados pelos membros de um grupo etário, estabelecendo um elo entre eles a partir das condições que proporcionaram essa vivência.

Nesse sentido, é possível compreender que os perfis das pessoas, atualmente, consideradas idosas no Brasil, são diferentes daqueles que caracterizarão as próximas gerações de idosos no país. Também se aplica para pensarmos sobre os idosos pobres no contexto específico do Estado do Ceará, considerando seu processo de urbanização e modernização, as condições ambientais e os problemas relacionados à seca no passado e no presente com que boa parte da população cearense ainda se depara.

Nossa escolha por este segmento considerou que,

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com

características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 1994, p. 60).

Imagem 16 – Idosa na janela da fachada do Lar Torres de Melo



Fonte: *Website* do Lar Torres de Melo.

Com isso, admitimos ser possível constituir uma análise referente aos atuais idosos cearenses. Na medida em que a noção de memória coletiva é empregada, identificamos um segmento social que vivenciou os processos, os quais definimos como marcos para pensarmos sobre o desenvolvimento da proteção social no Brasil e, sobretudo, o seu acesso (ou não) pelas pessoas idosas que hoje vivem em instituições de longa permanência.

Afinal,

O reconhecimento do valor de longas experiências de vida, a ausência de um comprometimento dos velhos em relatar apenas o que interessa a uma autoridade imediata, como acontece entre os que exercem uma função ativa nos diferentes espaços urbanos, já bastaria como argumentos convincentes. Contudo, o espaço que lhes foi roubado pela modernização implantada na sociedade atual, onde os velhos constituem peças obsoletas e, por conseguinte, descartáveis, serve como estímulo rememorar o passado, quando se sentiam melhores situados na realidade urbana. (JUCÁ, 2002, p. 75).

Pontuamos, no entanto, que as vivências do envelhecimento e as lembranças instituídas a partir desse processo não são homogêneas, são influenciadas por fatores genéticos, hábitos de vida, condições sociais e econômicas, aspectos culturais e ambientais, dentre outros. Em nosso entendimento sobre as postulações apresentadas, os sujeitos internalizam e experenciam o mundo de maneira muito particular através das suas trajetórias e as memórias desses idosos estão articuladas diretamente com o contexto social em que viveram e ainda vivem, fazendo com que suas recordações sejam construídas de maneira única.

Dessa forma, a noção de campo de possibilidades, postulada por Velho (2003), nos permite adentrar um pouco na discussão sobre aspectos intersubjetivos do envelhecimento e, no caso em estudo, nos remete ao mesmo tempo para as questões estruturais, como caminho possível para compreendermos a questão do acesso (ou não) dos idosos pobres ao sistema de proteção social, considerando ainda que “a construção simbólica do envelhecimento se manifesta segundo a vivência específica de cada um. São as reações ao outro ou dos outros com relação a si próprios que vão compondo um panorama onde o sentimento e a percepção de envelhecer se molda”. (KOURY, 2011, p. 65).

Pressupomos que a concepção de “gramática emocional” de Rezende (2012), em articulação com essa perspectiva, nos auxiliaria no cumprimento dos propósitos da pesquisa que deu origem a esta dissertação. Para este autor, dentro da experiência coletiva, as emoções formam uma linguagem própria com regras e sentidos predefinidos, destacando tanto a ideia de que os sentimentos são culturalmente construídos como também a visão de que há um conjunto de normas de expressão adequadas aos contextos distintos com os quais os indivíduos têm que lidar, constituindo o que para ele seria a gramática emocional.

A gramática das emoções nos impele a pensar a noção de projeto de vida, e o fazemos retomando Velho (2003), entendendo-a como sendo uma conduta organizada para atingir finalidades específicas, compreendemos que cada indivíduo constrói para si uma

narrativa sobre aquilo que está por vir, mas dentro do seu campo de possibilidades essa narrativa pode ou não se concretizar.

Assim, ressaltamos que as pessoas idosas que hoje estão situadas nesse segmento, viveram e ainda vivenciam um contexto específico que pode limitar ou expandir aquilo que é projetado individual ou coletivamente por esses indivíduos situados historicamente. Ademais, a gramática emocional coloca em cena “as relações entre os indivíduos e as formas de sociabilidade em uma cultura e em um meio social dado”, além disso, aloca “as emoções, as escolhas e a formação de curvas de vida nas relações estabelecidas entre os indivíduos e a sociedade”. (KOURY e BARBOSA, 2015, p. 40).

Quando falamos de pessoas idosas que residem em instituições de longa permanência, nos referimos às pessoas que possuem uma trajetória de longos anos e, de acordo com as suas condições materiais e simbólicas, isso pode significar várias coisas: para uns, anos e anos de projetos não concretizados e curvas de vida inesperadas que repercutem sobre a percepção que esse indivíduo tem sobre a sua trajetória; em outros casos, essa trajetória pode proporcionar também a construção de novos modos de vida e de novos significados, na medida em que os indivíduos se adaptam e reconstróem suas narrativas, mesmo que seu campo de possibilidades estabeleça limitações para a concretização de seus projetos. Em Velho (2003), esse campo de possibilidades é o que possibilita que projetos individuais se concretizem e interajam entre si, permitindo a construção e compartilhamento de aspectos culturais que orientam a sua visão de mundo.

Seguindo essa argumentação, as curvas de vida são entendidas como as trajetórias que vão sendo traçadas por esses indivíduos conforme se deparam com dificuldades ou possibilidades de concretizar aquilo que construíram como projeto de vida. Além disso, essa conceituação nos permite compreender como as condições materiais e simbólicas limitadas pelo campo de possibilidades se transformam em biografias, em trajetórias de vida.

As memórias são mediadas pelas experiências individuais e estão sujeitas à dinâmica do campo de possibilidades individual e do mundo social em que esses indivíduos estão inseridos, “por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, significativos dentro de um tesouro comum”. (BOSI, 1994, p. 411).

Em outras palavras, as recordações estão submetidas à forma particular com que cada sujeito elabora sua própria narrativa e as condições impostas pelo contexto social em que vivem. Nisso, os quadros culturais funcionam a cada momento como uma “matriz de percepções”, dessa forma, as lembranças do passado podem variar de acordo com o quadro cultural em que estão situadas e com o campo de possibilidades em que foram vivenciadas. (KOURY, 2015, p. 34).

Os esquemas individuais de percepção ou de entendimento do mundo que os cerca são socialmente construídos na experiência coletiva, numa relação de interdependência entre indivíduo e coletivo, como se as emoções e sentidos dados ao envelhecimento fossem uma subjetividade socializada, um processo simultâneo e sucessivo de uma pluralidade de estímulos e referências não homogêneas, o que permite compreender o envelhecimento considerando a multiplicidade de aspectos envolvidos nesse fenômeno.

Através da noção de curvas de vida, compreendemos como as diferentes posições em que esses indivíduos estão situados correspondem a condições objetivas distintas e modos de vida diferentes, conseqüentemente, as percepções em torno do que é envelhecer também serão diversas a partir dessas condições. A discussão sobre as curvas de vida dos indivíduos e suas trajetórias pessoais proporciona a possibilidade de compreender que as condições em que esses idosos vivem estão diretamente relacionadas a sua gramática emocional. No caso desta dissertação, que trata de idosos pobres, relacionam-se também diretamente às formas de acesso (ou não) à proteção social ao longo de suas trajetórias de vida.

Considerando que para Koury (2015), essas condições situam-se naquilo que ele chama de campo de possibilidades que “correspondem ao espaço para formulação e implementação dos projetos individuais ou coletivos” que são elaborados por esses sujeitos, entendemos que num país estruturalmente marcado por variadas formas de desigualdades como o Brasil, envelhecer aqui neste contexto não é um processo idêntico para todos os que completaram determinada idade cronológica.

O envelhecimento pode constituir inúmeras realidades dependendo das condições concretas de quem o vivencia. No caso em estudo, as condições socioeconômicas descritas nos prontuários dos idosos residentes na instituição de longa permanência onde realizamos a pesquisa nos dão claros indícios do restrito campo de possibilidades que esses indivíduos

dispuseram ao longo de suas trajetórias e continuam dispondo no presente para vivenciar o envelhecimento.

Por mais que um grupo de indivíduos esteja, inicialmente, situado em um mesmo tempo histórico, vivendo em circunstâncias que fazem do seu campo de possibilidades ser parecido (se não o mesmo), conforme os projetos de vida individuais vão se constituindo, suas vidas podem tomar rumos completamente diferentes, variando de acordo com o quadro cultural em que estão situados. O campo de possibilidades em que esse processo será vivenciado e as curvas de vida que constituem as trajetórias individuais são parâmetros para as vivências abordadas através da memória.

Entendemos que esse campo de possibilidades não pode ser abstraído de uma dimensão estrutural. Assim, julgamos importante se não estabelecer um diálogo com a sociologia reflexiva Bourdieu (1989), pelo menos mencionar sua importância para fins desta dissertação. Nossa análise direciona-se para as estruturas sociais e os sistemas simbólicos, onde agentes e instituições produzem, reproduzem e divulgam um conjunto de práticas sociais específicas.

Por conseguinte, somos orientados pela sua noção de espaço social que, em certa medida, irá delimitar os espaços de interação dos indivíduos, destacando aquilo que ele chama de poder simbólico e como este pode ser exercido. Ou seja, segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico é “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem” e de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo”. (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Ressaltamos que a perspectiva empregada por este autor nos permite conceber o indivíduo não somente como simples reflexo das estruturas. Em seus estudos há um empenho em compreender as instâncias reguladoras da vida social, mas também os possíveis mecanismos de ruptura dessas estruturas.

Bourdieu (1994) enfatiza essas instâncias através das estruturas sociais e as disposições objetivas que são internalizadas a partir delas, ou seja, a consciência incorporada através das posições sociais que esses agentes ocupam, como uma propensão a agir de acordo com as regras que regem o campo social, ao longo da trajetória pessoal e social dos agentes, no que compete tanto à linguagem, o comportamento e a postura quanto o seu entendimento a respeito das regras presentes no campo.

Deste modo, essas estruturas são analisadas por Bourdieu através de uma perspectiva que nos permite compreendê-las como não mecanizadas. Mesmo passando por processos de aprendizagem coletivos, cada agente tem seu processo de internalização de maneira individual de acordo com a sua trajetória, tornando possível que os agentes ajam de maneiras distintas. O autor formula o conceito de *habitus*, o qual surge da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e os condicionamentos sociais, sendo necessário considerar a coexistência de distintas instâncias socializadoras, produtoras de valores culturais e referências identitárias, como a família, a escola e a mídia, em uma relação de interdependência.

5.2 Reminiscência: mecanismos de proteção social na lembrança de velhos

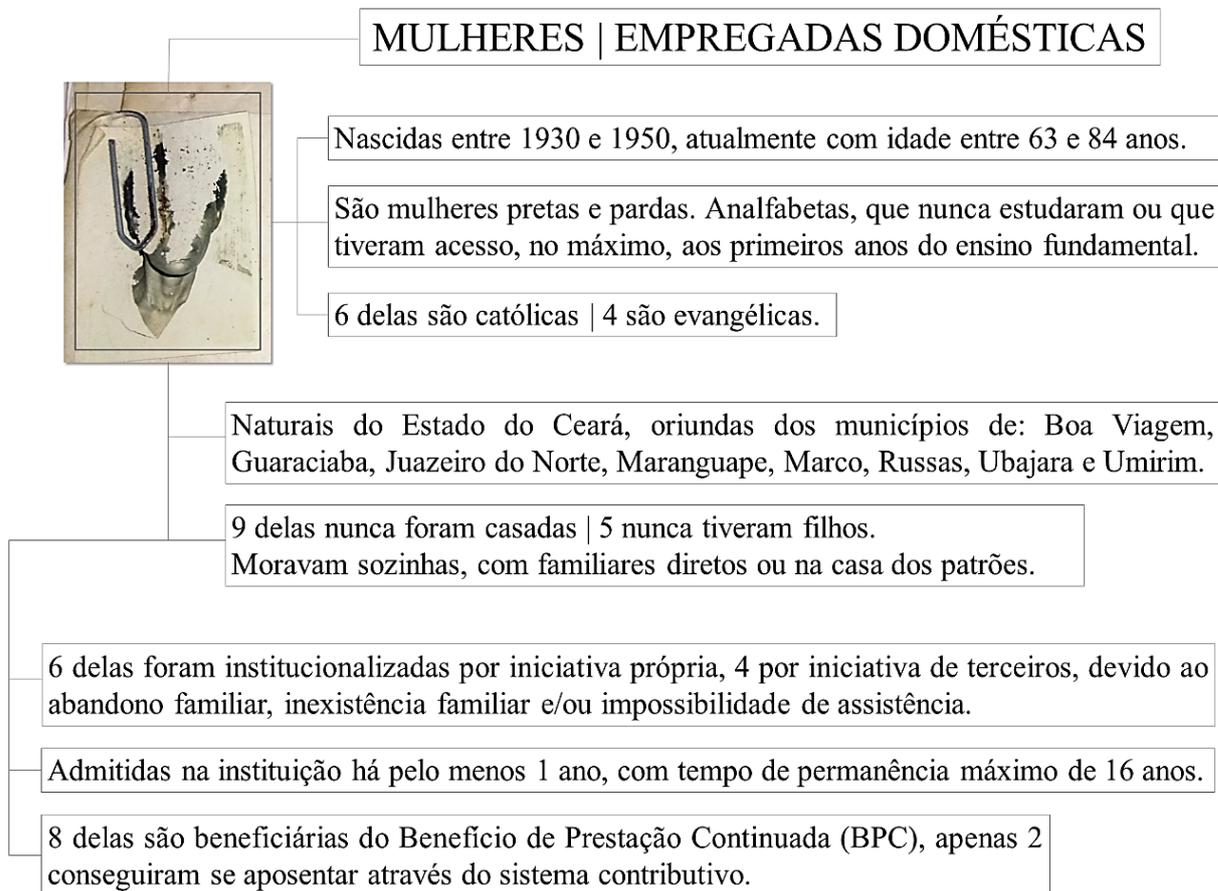
Conforme Bosi (1994, p. 88), “a narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o “em si” do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa”. Mediante tal afirmativa, em nossa investigação, as idosas residentes no Lar Torres de Melo teceram um panorama através de suas memórias, nos permitindo identificar e analisar como os mecanismos de proteção social estiveram presentes em suas trajetórias.

Cada uma das interlocutoras experienciou de diversas formas e em diferentes contextos o que é a desigualdade social no Brasil, em especial no Ceará. Como podemos observar na sistematização a seguir, aquelas que compartilharam conosco suas narrativas são idosas que, durante a vida, tiveram como principal ocupação o exercício do trabalho doméstico, constituindo um segmento específico que vivenciou diversos quadros políticos da proteção social, mas ao mesmo tempo foram deixadas de lado pelas principais formas de regulamentação que ofereciam o mínimo de estabilidade aos trabalhadores.

Nascidas entre as décadas de 1930 e 1950, suas trajetórias de vida possuem um campo de possibilidades limitado de forma semelhante, com os seguintes aspectos: com idade entre 63 e 84 anos; admitidas na instituição há pelo menos 1 ano, quando tinham entre os 59 e 81 anos de idade; tempo máximo de permanência na instituição de 16 anos; naturais do Estado do Ceará; a maioria é de solteiras (apenas uma viúva); metade delas nunca teve filhos; todas são pretas e pardas; analfabetas, que nunca estudaram ou só tiveram acesso aos primeiros anos do ensino fundamental; a prevalência é de beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com apenas 2 que conseguiram se aposentar por intermédio do sistema contributivo;

foram institucionalizadas por iniciativa própria ou de terceiros, devido ao abandono familiar, inexistência familiar e/ou impossibilidade de assistência.

Figura 3 – Caracterização das mulheres entrevistadas



Fonte: Elaborada pela autora.

No processo de reminiscência, em cada relato colhido, são perceptíveis os efeitos da precarização das condições de vida gravados na memória e, muitas vezes, no corpo. Essas mulheres, ao longo de muitos anos, exerceram a função do que hoje conhecemos formalmente como empregada doméstica, mas numa época em que essa expressão sequer era utilizada e não havia regulamentação para o exercício dessa ocupação. Com isso, o trabalho doméstico ganha centralidade neste estudo, por “estar inserido de maneira tão crucial nos principais marcadores sociais do Brasil, especialmente os que tangem raça, gênero e classe”, mas além disso, por carregar consigo “as heranças escravocratas do período colonial que até hoje resistem, sendo apenas ressignificados ao longo dos anos”. (EZEQUIEL, 2019, p. 12).

Sendo os mecanismos de proteção social historicamente referenciados no trabalho assalariado, quais as garantias eram dadas a alguém que exercia uma função que nunca havia

sido compreendida como uma atividade laboral formalmente regulamentada? Para que pudéssemos responder a essa pergunta, tivemos que mergulhar nas trajetórias de vida dessas mulheres e remontar esses diferentes quadros políticos em que suas narrativas foram tecidas.

Para esmiuçar as memórias das depoentes, devemos destacar que as suas trajetórias não são lineares, conforme se depararam com dificuldades ou possibilidades de concretizar aquilo que construíram como projeto de vida, as suas curvas de vida vão se formando em “um processo constante e angustiante de rupturas, conflitos, tensões, mas, também, de gozo, de aceitação, de conformação e de continuidade das relações entre os pares, gerando processos cada vez mais heterogêneos e cada vez mais complexos”. (KOURY, 2015, p. 34).

Tendo por base trabalhos consagrados sobre a memória dos velhos, consideramos que,

Depoimentos colhidos, por mais ricos que sejam, não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que explique um processo social, uma revolução política. Muito mais que qualquer outra fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenadas interpretativas.” (BOSI, 2003, p. 49).

Sendo assim, para que pudéssemos compreender a realidade em que nossas interlocutoras viveram, entre o emaranhado de acontecimentos narrados, tivemos que fragmentar as narrativas para reagrupá-las conforme uma sistematização previamente estabelecida. Seguindo uma lógica aproximadamente linear, tendo por base Pereira (2011), utilizamos a periodização das “políticas de satisfação das necessidades básicas” no contexto brasileiro situada através das fases de vida, considerando: a infância, a juventude, a vida adulta e a senescência.

Os períodos destacados como fases da vida constituem a temporalidade com que já estamos familiarizados a lidar com os acontecimentos, mesmo que ocorram de forma não linear, a maneira como as memórias são evocadas e organizadas para tecer uma narrativa busca aproximar-se de uma linearidade. Conforme explica Bosi (2003, p. 114), devemos considerar igualmente que, nas trajetórias de vida há sempre momentos que são privilegiados nos depoimentos e, por vezes, são amparados num referencial comum ao grupo que o indivíduo faz parte. Como exemplo, tomamos “o nascimento, as crises da juventude, o casamento, [...] a chegada ou a perda de pessoas amadas”.

Em conformidade a essa perspectiva,

Existiria um duplo caminho a ser trilhado em busca da memória que envolve um plano subjetivo e outro objetivo. O primeiro estaria composto da sucessão de recordações individuais, as experiências subjetivas, que, no limite, são únicas. Essa trajetória, contudo, tem como referência marcos na divisão temporal da sociedade que ordenam e classificam as recordações [...]. (CORDEIRO, 2013, P. 107).

Todavia, advertimos que essas fases destacadas, estabelecidas com base num referencial biológico e cronológico, são apenas aproximações e, por vezes, não possuem uma demarcação nítida a respeito de quando começam ou terminam. Sua utilização neste estudo, justifica-se também pelas expectativas estipuladas socialmente para cada idade e etapa correspondente, o que nos auxilia a compreender as condições concretas sobre as quais os projetos de vida dessas mulheres foram ou não realizados.

Ademais, os relatos que colhemos são permeados pelas categorias analíticas que nortearam nossa investigação do início ao fim. Velhice, memória coletiva e proteção social, são conceitos que aparecem nas entrelinhas os depoimentos, de maneira implícita, perceptíveis à luz da elaboração teórica. Com isso em mente, nos encaminhamos para a análise das narrativas. Nas linhas que se seguem, serão apresentados os quadros sobre os quais podemos analisar o acesso aos mecanismos de proteção social.

Ao mergulhar nas vivências que nos foram compartilhadas, fomos levados aos tempos mais remotos da infância das depoentes, período em que estão situadas as memórias mais antigas e talvez, mais comprometidas pelo passar dos anos. Como uma fotografia carcomida pelo tempo, em que é possível observar apenas alguns pedaços restantes, nunca o retrato inteiro, as memórias nos deram um pequeno vislumbre do passado em que as entrevistadas viveram.

Sobre os primeiros anos de vida, são abordados temas como: formas de lazer, castigos, a carência de recursos, a falta de escolarização, em alguns casos a perda dos pais e o início do trabalho doméstico na casa onde moravam ou nas proximidades. Ao serem questionadas sobre como era o período da sua infância, quase sempre priorizavam a descrição das brincadeiras e das estratégias elaboradas para, com os recursos disponíveis, gerar algum divertimento. Uma época lembrada de forma saudosa e afetuosa, em grande parte, onde a reminiscência privilegia os detalhes daquilo que mais gostavam de fazer, como no trecho a seguir:

Ah, quando eu era criança era bom demais. [...] Tinha as brincadeiras, tinha brinquedo pra gente brincar. As brincadeira da

gente era boneco de cabelo de milho, na minha época não tinha boneco, a gente pegava o sabugo de milho, ou então quebrava a (inaudível) do roçado do meu pai e ia fazer boneco de milho. (Entrevistada 3).

Em outro relato, as estratégias para driblar a falta de recursos nos momentos de diversão ficam ainda mais evidente:

[...] nós era muito pequeno, nós brincava de esconde-esconde nos mato, a gente brincava de boneca, nós não tinha dinheiro pra comprar boneca, era aqueles sabugo de milho, a gente enrolava nos pedacim de pano pra dizer que era os neném das boneca, aqueles ossim, o pessoal comia as carne, botava os osso fora a gente pegava, banhava os osso e enrolava nos paninho [...] era os nossos brinquedos. Brincava de esconde-esconde, de João, aquele negócio todo, como filho de pobre sim, era isso. (Entrevistada 4).

Assim, a ludicidade própria da infância era limitada pelas condições materiais disponíveis, onde as brincadeiras se faziam através de atividades que não exigiam muitos recursos além da disposição e imaginação dos brincantes. São espigas de milho que viram bonecas, ossos que viram bonecas menores, as formas de brincar e existir num período em que “as mudanças econômicas não teriam acompanhado os impulsos no campo social”. (PEREIRA, 2011, p.129).

Em meio as brincadeiras e “danações” relatadas, havia também as reprimendas quando a diversão ia além do permitido, com destaque para os castigos físicos empregados, que, apesar da dor que causavam, são recordados como a principal forma de ensinar aquilo que era “certo” e “errado”. Como método de correção, a violência física aparece de maneira recorrente, principalmente, a partir dos relatos sobre a inserção no trabalho doméstico, onde abordaremos melhor esse ponto.

Por hora, é necessário dizer que naquela época não havia mecanismos institucionalizados que impedissem tal prática. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei que visa proteger integralmente este segmento, é relativamente recente, e mesmo com a sua criação, os castigos físicos perduraram como forma de educar os filhos, sendo necessária a criação posterior da “Lei da Palmada” (Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para incluir um trecho

específico referente ao uso da violência como medida de correção. Expresso no capítulo referente ao direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, encontramos:

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (BRASIL, 2014, Art. 18-A).

Diante disso, nos deparamos também com a ausência de um elemento que, hoje, é um direito expresso através da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente. O direito à educação e à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola é uma realidade completamente desconhecida pelas depoentes. Como mencionamos anteriormente, a maioria delas nunca foi à escola e se foram, nos moldes da época, permaneceram por pouco tempo e não chegaram sequer a passar pelos primeiros estágios da alfabetização, nunca aprenderam a escrever o próprio nome e muito mesmo a ler uma frase.

Muitos são os fatores que podem explicar essa ausência, além do fato de que na primeira metade do século XX a educação não configurava um direito formalmente instituído, podemos citar: a ausência de recursos que as fizeram trocar o estudo pelo trabalho; a violência física como forma de correção, também utilizada por professores; a postura dos pais com relação à escolarização; enfim, as condições para que o estudo fosse realizado; todos estes elencados pelas próprias entrevistadas, como podemos observar nos seguintes trechos:

Estudar? Nunca quis! Apanhava, levava castigo, aquilo que eu mais gostava, ela (a mãe) tirava e a peia comia, mas não teve jeito. Nem meu nome eu sei fazer, mas sei entrar e sei sair. Graças a Deus! Sei respeitar... Tudo. (Entrevistada 2).

[...] não aprendi a ler, não aprendi nada, porque naquele tempo inté a professora que você estudasse a professora batia, hoje em dia que nem as professora não bate mais porque nem os pai, que é pai, num pode bater mais nos filho, porque eles diz logo, deste tamaim (indicando a altura de uma criança pequena) eles diz “Oh a polícia”, quer dizer, você já fica com a orelha em pé porque qualquer coisa inté os vizim denuncia. (Entrevistada 7).

Em conversas informais, foram narradas também histórias de ameaças que se referiam a um local que, pelos relatos, parecia mais uma lenda para amedrontar aqueles que não se comportavam. Uma das entrevistadas relatou que, quando criança, seus pais sempre diziam que a levariam para o “Santo Antônio do Buraco”, caso não fizesse o que lhe era pedido. Um lugar remoto, que não se sabia ao certo onde ficava, mas sabia que era destinado a executar castigos e punições pelo mau comportamento.

Com esse relato, fomos em busca de mais informações sobre o lugar, mais por curiosidade do que necessariamente pela análise, e acabamos descobrindo que ele realmente existiu. Popularmente conhecido como “Santo Antônio do Buraco”, o Instituto Carneiro de Mendonça, também chamado “Escola de Menores”, foi umas das principais instituições escolares correcionais do Estado do Ceará. Criada em 1935, o lugar marcou o imaginário das crianças cearenses na época por ser um famoso local de tortura, para onde seriam levadas se dessem muito trabalho aos pais. Localizada em Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza/CE, numa localidade de difícil, distante do Centro da cidade, a instituição era descrita com um buraco, literalmente, cheio de insetos e animais peçonhentos, em que os pequeninos seriam jogados e deixados até que aprendessem a lição.

Com o crescimento populacional e urbano e o aumento constante da mendicância, a figura do “menor abandonado” e do “indivíduo a ser corrigido”, fez com que a educação configurasse uma preocupação para a ação estatal naquele período. No entanto, o que era concebido como educação na época estava intimamente relacionado a uma visão punitiva e repressiva, resquícios dos moldes educacionais trazidos e instituídos pelos jesuítas no processo de colonização, em que “a educação das crianças era feita por meio da disciplina, reforçada pelo temor e o medo dos castigos e ameaças; as crianças adestravam-se e ajustavam aos interesses da construção de um Brasil colonial”. (JÚNIOR, 2018, p. 15).

No trecho a seguir, são relatos os castigos escolares, citando também o uso da palmatória¹³:

Pancada de pau, pegava aquele pau e dava palmatória, até naquele tempo as professora batia nas criança de palmatória, botava as criança

¹³ Um instrumento, comumente feito de madeira, utilizado para dar golpes na palma da mão ou nas nádegas, inicialmente empregado pelos jesuítas como ferramenta de castigo durante a catequização, sendo incorporado de ao processo de escolarização.

de joelho, eu nunca apanhei não de joelho, mas ficava de joelho na frente de todo mundo, cada rapazião de joelho na vista da gente, agora só o que eu fiz foi aprender a reza, não aprendi a ler... (Entrevistada 7).

Os relatos proferidos fora do contexto formal da entrevista indicam que o local era invocado sempre que houvesse um comportamento indesejado, “onde supostamente existiria um buraco cheio de insetos, cobras e outros animais que comeriam seus corpos por desobediência e indisciplina”. Essa imagem acabou sendo associada também às demais instituições escolares, como o lugar para onde você é enviado para ser punido e castigado pela “malcriação”, a instituição representava um ambiente para “transformar a ociosidade em produtividade”, não importavam os meios. (JÚNIOR, 2018, p. 55).

Nesse contexto, a escolarização configura uma lacuna nas narrativas, pelo menos durante a infância, mesmo nos casos em que as entrevistadas tiveram acesso ao ensino, isso ocorreu de forma limitada e precária. Ao questionarmos a uma das depoentes se ela teria ido à escola, recebemos a seguinte resposta:

Fui, mas não aprendi coisa nenhuma. Minha filha, meus pai era muito pobre, não tinha condições de botar, que naquela época não tinha colégio, eu não sei nem o que era, se era público se era colégio particular, também não sei. Era muito pequena naquela época, não sei, ela também não me falava nada, a minha mãe, né?! Pois é, minha mãe também não sabia ler aí dava certo, a mãe e os filho. [...]. (Entrevistada 4).

Com outra entrevista é possível notar que ela mesma reconhece o papel da escolarização na busca por melhores condições de vida através da ausência, como observamos a seguir:

Nunca estudei não. Papai não deixava nós estudar, porque diz que a pessoa que ia estudar era vagabundo. Pensando ele que se a gente estudasse era ruim, era muito era bom, porque se eu estudasse talvez eu não tivesse aqui, né?! Tivesse conseguido um bom emprego, vivesse num canto melhor... Tá certo que aqui não é ruim, né? Mas se vivesse

num canto melhor, tivesse mais uma convivência pra viver melhor, né?!
(Entrevistada 3).

Como vimos, a infância dessas mulheres não foi marcada apenas por brincadeiras, parte delas começou a trabalhar bem pequenas, relatos de que com 8, 9, 10 anos de idade, já realizavam tarefas domésticas que exigiam grande esforço físico. Pela falta de recursos, principalmente, dentre outros fatores mencionado, essas mulheres começaram cedo a trocar sua força de trabalho por condições materiais mínimas para sobreviver, ou seja, trabalhavam principalmente em troca de alimentação e moradia, e se houvesse alguma remuneração em dinheiro, ocorria de forma irregular e através de quantias consideradas pequenas pelas depoentes, mas não temos precisão quanto aos valores.

Eu nunca tive infância, tô lhe dizendo que a minha vida foi ser criada nas casa desde 8 anos de idade foi criada nas casa. (Entrevistada 5).

Em parte dos depoimentos, notamos que essa inserção é feita pela mãe, que já exercia o trabalho doméstico em alguma casa e então repassava para a filha as instruções para que ela pudesse auxiliar e dar continuidade ao serviço. Ou, em outros casos, a ausência dos pais é a justificativa para que tivessem que trabalhar com tão pouca idade, pois, criadas por terceiros, teriam que compensar as despesas que causavam através de serviços prestados. Ainda meninas e com pouco ou quase nenhum acesso à escolarização, foram inseridas no mundo do trabalho com habilidades limitadas pelas condições objetivas disponíveis.

[...] o que desse pra mim eu trabalhava porque meu estudo foi muito pouco, aí eu trabalhava de doméstica [...]. (Entrevistada 9).

Uma das características do trabalho doméstico consiste no fato dele ter sido incorporado nas relações sociais brasileiras como parte inerente à condição feminina, naturalizado de tal forma que o seu exercício se configura como uma obrigação única e exclusivamente da mulher. Entretanto, não são todas as mulheres que de fato são destinadas a executar essa função, existem marcadores sociais pautados na condição de classe e de raça nas relações sociais brasileira além do gênero, que definem quem suja e quem limpa.

Através dos “tempos áureos” da juventude, assim como na vida adulta, os entrevistados se referem a temas como: lazer, relacionamentos, casamento, filhos, a saída do interior onde morava, a ida para capital em busca de melhores condições de vida e a consolidação da experiência com o trabalho doméstico, num período marcado pela passagem

da economia agroexportadora para a urbano-industrial até os primeiros anos do regime de exceção estabelecido pela Ditadura Militar.

Com a morte dos pais ainda quando jovens, as mulheres que entrevistamos começaram a vender sua força de trabalho para prover seus próprios recursos ainda na infância e quando chegaram à juventude, a questão do trabalho passa a se relacionar com outros aspectos conforme as curvas de vida vão se constituindo. Neste ponto, observamos que a função que exerciam através do trabalho doméstica reafirma as limitações impostas em virtude do seu campo de possibilidades, como nos trechos a seguir:

Num posso nem dizer por que a minha infância foi muito... Não sei, eu não tive infância, eu não tive adolescência. Assim, na infância eu morava no interior e tal e tal, ai lá estudei bem pouquim, ai depois viemo pra Fortaleza, eu já vinha com 10 ano, comecei a estudar e fui trabalhar nas casa de família pra me vestir que meu pai não podia, e aquele povo ainda hoje são assim, queria que a gente fosse só trabalhar, mas não queria que a gente estudasse né, ai não estudei mais, trabalhei numa casa que ainda estudei bem um ano, ai pronto, foi essa cartilha que eu fiz e pronto, mais nada. E o resto nem me lembro mais e dou graças à Deus não me lembrar. (Entrevistada 9).

Minha vida inteira foi trabalhar em casa de família. [...] Eu não tô lhe dizendo que era só trabaiá. Nunca andei em festa... Eu ia assim com eles sabe, com os menino que eu trabalhava, aí eu saía, mas pra me divertir eu nunca fui não, sei nem como é que faz dança. [...] Era tomar conta de casa, cozinhar, e lavar roupa, engomar, era essas coisa assim. [...] Achava ruim não, que era esse que eu podia fazer né, que eu não sei ler, não sei nada, aí só podia ser esse mermo. (Entrevistada 5).

Diante disso, notamos também as limitações de acesso aos mecanismos de proteção social que naquele contexto, pela ação estatal eram restritos aos trabalhadores formalmente reconhecidos de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que instituiu as normas que regulamentavam as relações individuais e coletivas de trabalho. Algo que é possível observar nas próprias narrativas, quando questionadas em que trabalhavam, nos surpreendemos quando a resposta era de que nunca

havam trabalhado, mas logo em seguida era narrado que a sua ocupação era o trabalho doméstico, como no caso abaixo.

Trabalhava não, trabalhava só em casa, nunca trabalhei fora não. [...] Eu arrumava a casa, às vez minha mãe botava nós para ir para o fogo fazer comida, com ela ali de lado. [...] Não, nunca trabalhei não, assim era só em negócio de empregada de casa, de família né, não, esses negócio fora nunca meus pais botaram eu não. (Entrevistada 6).

As formas de proteção que essas mulheres tiveram não eram de natureza estatal nem pública, dependiam das formas de relações de trabalho e nas relações estabelecidas ao longo de suas trajetórias. Se, porventura, ficassem doentes e/ou incapacitadas para o trabalho, era a patroa que possibilitava algum acesso ao atendimento médico necessário, como também provia os recursos para a subsistência, como alimentação e moradia. Ao atingirem certa idade, são também os patrões que as levam para a instituição. Neste caso, a “proteção” oferecida era, de fato, uma garantia da manutenção da mão de obra da qual os patrões necessitavam. Não se tratava de uma promoção das garantias sociais, nem tampouco de estabilidade ao empregado. Em consequência dessa ausência de proteção social como direito, a figura dos patrões no imaginário das idosas entrevistadas era elevada quase a uma condição de divindade. Principalmente a figura da patroa, que aparece nas narrativas numa relação de dependência, como alguém que poderia ser comparada à figura materna, a que cuida e alimenta o filho, como observamos a seguir:

Foi minha patroa que foi mesmo que... Ave Maria... Quando eu... Não gosto nem de falar, porque quando ela morreu eu chorei tanto, quase me acabo de chorar de saudade dela. (olhos marejados/voz embargada) Chorei também quando a minha mãe... (faleceu) Mas quando a gente é nova, quase não chora... Só pensa besteira, né? Não chorei tanto pela minha mãe como eu chorei por ela. Inda hoje em dia eu me lembro do passado dela, muitas vez, às vez tenho aquela saudade dela, que ela foi muito boa pra mim, mia fia. (voz embargada). (Entrevistada 2).

Conforme avançamos nos relatos, fica ainda mais evidente que os mecanismos de proteção social como conhecemos hoje são uma realidade distante daquela vivenciada por essas

mulheres. Na medida em que o desgaste do corpo, o envelhecimento propriamente dito, dificulta a execução das tarefas que garantiam o seu sustento, elas são descartadas e seguem numa comunhão de destinos que se encontra no Lar Torres de Melo. Sem qualquer conhecimento acerca dos direitos sociais garantidos constitucionalmente e do funcionamento do sistema de proteção social e dos programas sociais regulados pelo Estado, depois de toda uma vida de trabalho árduo, sem qualquer direito trabalhista e sem acesso a serviços sociais em geral muitas dessas mulheres só tiveram acesso a proteção social, seja pela institucionalização e/ou pela concessão de benefícios, através da instituição.

Eu me aposentei a primeira vez aqui no Torres de Melo, primeira vez que eu cheguei aqui. [...] A doutora Cássia e a Ana, a Ana essa que recebe o dinheiro e paga a gente, num sabe? Foi ela que me aposentou a primeira vez aqui no Torres de Melo, já tava na época de aposentar. Agora que tá tudo mudado né. (Entrevistada 3).

Na velhice, essas mulheres se depararam com a somatização das condições de uma vida precária. Com baixo nível de instrução e poucas oportunidades para garantir os recursos para sua subsistência, tiveram que oferecer sua força de trabalho exercendo tarefas desgastantes, fisicamente, que contribuem no agravamento de outros aspectos relacionados a capacidade do corpo, como as marcas das violências sofridas, a carência de alimentação e hábitos saudáveis, como no caso a seguir:

E eu fui uma pessoa que levei muita peia, muita cacetada, muita... É tanto que eu tive um AVC, de muita pancada que eu levei, passava o dia todim carregando água pra lavar roupa de quem em casa, em lata, eu apanhava, porque se eu caísse, ou derrubasse a lata, quando chegasse em casa era uma pisa, e você sabe que minha vida foi assim, toda cheia de marcas pelas costa, uma pessoa muito maltratada, judiada... [...] Lavação de roupa, e vivendo nas casa dos outro, trabalhando nas casa. [...] passava o dia todim feito uma burrinha, o dia todinho, carregando água pra lavar roupa, mas não via um tostão. (Entrevistada 7).

O sofrimento vivenciado por essas mulheres deixou marcas que dificilmente podem ser apagadas. Dadas as circunstâncias de uma vida precária, as narrativas são encerradas com o

desejo de esquecer o passado e, quem sabe, constituir algo novo mediante o campo de possibilidades encontrado na instituição.

[...] às vezes eu lembro assim, mas eu prefiro não lembrar, porque o passado não pode voltar, aí pra lembrar o passado é sofrer duas vezes. Eu prefiro sofrer mesmo só o que eu já tô sofrendo, mas que é bom a vida, é melhor sofrer do que morrer. [...] Nada não, me lembro mais de nada não. (Entrevistada 9).

Tem muita coisa que aconteceu, mas eu nem lembro mais, nem quis mais saber de nada... Sabe? Comecei tudo de novo, eu faço as minhas coisas, se eu precisar de uma ajuda... Ou se eu puder fazer eu já me meto lá pra fazer... Sabe, essas coisas? (Entrevistada 10).

Destarte, as condições de trabalho, em parte, privaram essas mulheres de constituírem relações de afetividade e relacionamentos que permitissem compartilhar recursos. Como vimos na caracterização, são mulheres que em sua maioria nunca foram casadas e/ou tiveram uma união estável. Apesar de algumas terem filhos, esse aspecto não garante totalmente uma configuração familiar que consiga prover os recursos necessários para o envelhecimento.

A proteção social aparece nas memórias dessas mulheres como uma lacuna: são inúmeras as ausências, por parte da família que também era destituída de meios suficientes para o suprimento das necessidades básicas, da sociedade e do Estado, as quais, dificilmente são preenchidas. Ainda que em alguns casos, as formas de solidariedade apareçam sob formas indefinidas e distantes, como a ajuda de um vizinho, um amigo que dá um alimento, a patroa que “aposenta” e leva para a instituição. São expressões que, efetivamente, não dão conta de responder às demandas por recursos, sejam eles materiais ou afetivos.

Por fim, os relatos das entrevistadas são permeados por memórias de onde a proteção social como direito de cidadania não atuou. As trajetórias narradas consolidam uma geração que viu os direitos sociais serem instituídos pouco a pouco ao longo de muitos processos, mas só puderam vivenciar as garantias expressas em função dos direitos quando chegaram à velhice, quando as desigualdades sociais são maximizadas pela condição biológica e a menor facilidade de lidar com a ausência de recursos faz com que essas mulheres sejam institucionalizadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa investigação sociológica, objetivamos analisar o acesso aos mecanismos de proteção social através do resgate da memória coletiva dos idosos que vivem em instituições de longa permanência. Assim como Bosi (1994, p. 39), não pretendíamos “escrever uma obra sobre memória, tampouco sobre velhice”, ficamos na conjunção desses pontos, colhemos “memórias de velhos”, através de entrevistas, utilizando abordagens qualitativas e quantitativas, bem como empreendendo um estudo de referências bibliográficas e fontes documentais primordiais para esta pesquisa.

Mediante os recursos teóricos e metodológicos empregados, mesmo com as limitações com que nos deparamos, compreendemos que os mecanismos de proteção social constituem um sistema que abrange diversas instâncias legais e institucionais, as quais, mobilizam ações para prover recursos, bens e/ou serviços a determinados segmentos da população cujas condições de sobrevivência deles dependem. Os idosos que atualmente são amparados por institucionalização de longa permanência como os residentes no Lar Torres de Melo, possuem um perfil socioeconômico que os caracteriza como “público alvo” desses mecanismos, seja pela carência de recursos financeiros seja pela falta de recursos afetivos para envelhecer.

Esse perfil demonstra que a condição do “velho e pobre” destacada por Beauvoir (2018) está presente no contexto cearense, diante das especificidades e particularidades históricas da região Nordeste que ainda apresenta indicadores sociais abaixo dos demais. São indivíduos com trajetórias únicas que se assemelham pela precarização das condições de vida ao longo dos anos e que foram maximizadas pelo envelhecimento. Um segmento da população que nunca teve acesso à escolarização ou teve apenas durante os anos iniciais da vida e em péssimas condições; oriundos das mais diversas regiões do Estado que vieram para a capital em busca de melhores condições de vida; trabalharam em ocupações que em sua maioria exigem um esforço braçal, cujo desgaste é possível notar no corpo e nas memórias.

Em meio aos aspectos que caracterizam esses indivíduos, destacamos o trabalho em condições precárias e a forma como buscavam garantir os recursos necessários para sua subsistência sob à ótica dos “mínimos sociais”, segundo Pereira (2011). Com isso, o número expressivo de mulheres que durante suas vidas tiveram como principal ocupação o trabalho

doméstico – na verdade ocupação – acabou sendo determinante para pensarmos como se dá (ou não) o acesso à proteção social.

Pelas condições em que esta ocupação era realizada, geralmente não sendo compreendida como um trabalho, não sendo sequer remunerada, admitimos que as idosas empregadas domésticas constituem um segmento bastante significativo para identificar esses mecanismos e, ainda, perceber os limites da atuação do Estado referente à proteção social, ao longo de suas trajetórias.

Assim, constatamos que a proteção social aparece nas lembranças dessas mulheres como uma lacuna, através de inúmeras situações marcadas pela carência de recursos materiais e afetivos referidos por elas. Em suas memórias, emergem quadros políticos sobre os quais é possível verificar o papel da família, da sociedade e do Estado na provisão desses recursos e ainda o contraste com a realidade entre os contextos destacados.

Ao longo da infância, da juventude e da vida adulta, essas mulheres não tiveram acesso à proteção social pública. Elas só puderam contar com formas de proteção social informal, talvez da maneira mais rudimentar que conhecemos, por meio da solidariedade do núcleo familiar caso houvesse as condições para tanto e, com sorte, a da comunidade ou de grupos sociais aos quais pertenciam. Em grande parte dos casos, a figura principal na provisão de recursos era, na verdade, a patroa. Esta, era quem também proporcionava algumas condições mínimas, como alimentação, moradia e acesso aos serviços de saúde, por exemplo.

No caso em análise, os mecanismos de proteção social instituídos pelo Estado são quase invisíveis. Apesar de existentes, embora de maneira limitada, eram inacessíveis a essas mulheres. Ademais, os dados apresentados demonstram uma característica histórica fortemente presente nos mecanismos de proteção social estatalmente regulados: a referência no trabalho. Este aspecto, destacado por Pereira (2011) em diversos períodos históricos, evidência uma das contradições desse sistema, o fato de que, no caso específico do trabalho, a maioria delas não alcançou essa proteção, em virtude da ausência de regulamentação do trabalho doméstico que exerciam ou devido à sua regulamentação tardia. Ou seja, apesar das suas trajetórias marcadas pela precarização das condições de vida, só puderam alcançar a proteção social de maneira residual e fragmentada, por estarem à margem do trabalho.

Somente a partir do contexto de redemocratização e abertura política, posteriormente ao período militar iniciado em 1964, esses mecanismos começam a aparecer de

maneira mais expressiva. Com a Constituição Federal de 1988, foram criadas leis e decretos específicos para diversos segmentos da população brasileira que expandiram o alcance desses mecanismos. A partir desse momento, essas mulheres estavam começando a vivenciar o que chamamos de velhice e puderam ser amparadas pela ação estatal, quando a proteção social passa a ser associada às obrigações jurídicas impondo ao Estado Brasileiro à responsabilidade de prover determinados recursos tendo por base os direitos sociais.

As narrativas confirmaram nosso pressuposto de que o contexto social em que esses os idosos vivem interfere na consolidação das suas trajetórias e projetos de vida, assim como na forma com que a proteção social atua sob às demandas sociais. Por meio dos quadros políticos destacados, reafirmamos que as formas e expressões que os mecanismos de proteção social assumem para promover o bem estar social são diferenciadas de acordo com o contexto histórico e cultural em que o sistema se desenvolve, ora se expandindo ora se restringindo. No que concerne à realidade brasileira, devemos considerar a formação da sociedade e que, somente a partir da emergência de novas pautas políticas e econômicas que sinalizaram para instituir legalmente a proteção social que conhecemos atualmente, em sua forma inacabada, mas já em processo de restrição, como legislação trabalhista e a previdência social.

Destarte, vimos que os quadros políticos e administrativos sobre os quais a proteção social brasileira foi construída, perpetuaram relações de poder que até hoje são exercidas na forma de dominação política sob uma perspectiva patrimonialista e clientelista, se consolidando sobre a ótica de interesses privados, tendo a gestão estatal como instrumento de interesses particulares e nem sempre tendo como prioridade atender às demandas e garantir os direitos sociais em sua totalidade, estes que são uma conquista recente que em poucas ocasiões fizeram parte do contexto vivenciado pelos interlocutores da pesquisa.

Ressaltamos que este é um aspecto recorrente entre a atual geração de idosos do país, indivíduos que vivenciaram diversos períodos da formação da sociedade, em que a proteção social dependia da “bondade de outros” e lhes aparece nas memórias de forma remota e longínqua, mas não totalmente inexistente. Dependendo do contexto evocado pelas memórias dos entrevistados – como não havia uma configuração institucionalmente delimitada como sistema inscrito na Constituição e com pleno acesso à quem dele tinha direito – os mecanismos de proteção social aparecem de maneiras distintas: às vezes pela família, vizinhos, amigos, vínculos primordiais das relações que assumem o protagonismo na provisão de recursos.

Devemos pontuar que, embora tenhamos direcionado nosso olhar para um segmento específico, circunscrito por aspectos etários e socioeconômicos, a realidade da população idosa no Brasil é heterogênea. Isso quer dizer que, ao destacar o envelhecimento populacional como “plano de fundo” para construir o objeto desta pesquisa, reconhecemos que havia outras possibilidades e abordagens igualmente instigantes e desafiadoras. A exemplo disso, destacamos os idosos que seguem na contramão das postulações de Beauvoir (2018), estando inseridos na sociedade, participando efetivamente da dinâmica familiar e societária e ainda protagonizando a provisão de recursos, constituindo um quadro bastante rico para pensarmos a atuação dos mecanismos de proteção social em projetos futuros.

Por fim, enfatizamos que por mais que haja momentos de expansão dos mecanismos de proteção social e avanços em torno da garantia dos direitos da população idosa, a realidade brasileira para quem envelhece ainda é bastante cruel em determinados contextos, principalmente para aqueles desprovidos de reservas financeiras e afetivas, como vimos ao longo da pesquisa.

Um desafio constante, que nos fez olhar de maneira crítica para condições sociais disponíveis aos mais velhos, mas, ao mesmo tempo, percebendo a velhice de forma afetuosa como o futuro que nos aguarda. Assim, concluímos este trabalho com esperança de que, para as próximas gerações de idosos, essas circunstâncias sejam mais animadoras em termos de garantia dos direitos, acesso aos mecanismos de proteção social, efetividade na participação e integração na sociedade. E que, nesse contexto, as análises sociológicas se façam fortemente presentes.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. **A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará.** São Paulo: Hucitec, 2000.
- ASSIS, A. E. F. **Lar Torres de Melo: uma porta aberta à construção de novos modos de vida?.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2017.
- AUDI, C. Desenvolvimento e mecanismo de ação da canície e queda capilar. **Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística Edição Temática em Saúde e Bem-estar**, São Paulo: Centro Universitário Senac, v. 6, n. 5, p. 2-18, abr. 2017. Disponível em: http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/wp-content/uploads/2017/04/saude_bemestar.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.
- AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública.** Lua Nova, São Paulo, n. 50, p. 25-46, 2000.
- BARTHES, R. **A Câmara Clara.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BEAUVOIR, Simone. **A velhice.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERGER, Peter L. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 36. ed. Petrópolis, Vozes, 2017.
- BEZERRA, Renato. Ceará é o primeiro do NE em denúncias de violência contra idosos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, maio de 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/ceara-e-o-primeiro-do-ne-em-denuncias-de-violencia-contraidosos-1.2099777>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Lisboa: Porto Editora, 1994.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 3ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** 3ed. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de vida.** In: ORTIZ, Renato (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu, São Paulo: Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, p. 73-111, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** Lisboa: Difel. 1989.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. & CHAMBOREDON, J. **O Ofício do Sociólogo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n° 466**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 2008.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: DF, julho de 1990.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Brasília: DF, outubro de 2003.

BRASIL. **Lei Orgânica da Seguridade Social**. Brasília: DF, julho de 1991.

CAMARANO A. A. **Estatuto do Idoso: avanços com contradições**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

CAMARANO A. A. **Mecanismos de proteção social para a população idosa brasileira**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400012&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 23 mai. 2018.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

CORDEIRO, V. Influências de Émile Durkheim e Henri Bergson nas tensões teóricas da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. **Primeiros Estudos**, (4), 101-111. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/56729>. Acesso em: 11 mai. 2018.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: Daniel Mato (Coord.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95 -110, 2004.

DELGADO, Guilherme C. e CARDOSO, Júnior, José Celso. **Idosos e Previdência Rural**. Documento de trabalho n° 688 do IPEA. 1999.

DEBERT, Guita Grin; HENNING, Carlos Eduardo. 2015. Velhice, gênero e sexualidade: revisando debates e apresentando tendências contemporâneas. **MAIS 60 – Estudos sobre Envelhecimento**, São Paulo: Edições Sesc, v. 26, n. 63, p. 8-31, dez. 2015. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/a21b7270-e797-4ccc-a526-9f83f89db9df.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

DI GIOVANNI, G. **Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual**. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.), Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.

DIÓGENES, Osmar. **Asilo de Mendicidade: memória histórica**. Fortaleza, edição do autor, 1997.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 4.ed. São Paulo: Martin Claret. 2011.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Ensaio Lar Torres de Melo, por Fabiane de Paula. Olhares Diários: Blog da Unidade de Imagem, **Diário do Nordeste**, 2015. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/olharesdiarios/retrato-2/ensaio-lar-torres-de-melo/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

Ensaio mostra cotidiano do Lar Torres de Melo, por Helosa Araújo. Olhares Diários: Blog da Unidade de Imagem, do **Diário do Nordeste**, 2014. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/olharesdiarios/category/ensaios/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

EZEQUIEL, Lara Caroline. **Agora a filha da empregada estuda na Federal**: uma análise de trajetórias escolares de filhas de trabalhadoras domésticas na UFC. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2019.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania e direitos da pessoa idosa. **SER Social**, n. 20, p. 35-62, 14 ago. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8353>. Acesso em: 30 set. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FORTALEZA. **Lei Municipal N° 10.106, de 17 de outubro de 2013**. Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Fortaleza. Fortaleza, 2013.

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas?** In: Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-58.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GROISMAN, Daniel. **A infância do asilo**: a institucionalização da velhice no Rio de Janeiro da virada do século. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.

GUADALUPE, Sônia; CARDOSO, Júlia. As redes de suporte social informal como fontes de provisão social em Portugal: o caso da população idosa. **Sociedade e estado**. Brasília, v. 33, n. 1, p. 213-248, abr. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69922018000100213&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 mai. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**, tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 608-639, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282014000400002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 abr. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência, Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2009 – PNAD**. Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tábuas completas de mortalidade**. Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Municípios Segundo Regiões de Planejamento**. Regiões de Planejamento do Estado do Ceará. Governo do Estado do Ceará, 2015. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/regioes-de-planejamento/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

PLATAFORMA INTEGRASUS. **Boletim epidemiológico novo coronavírus (COVID-19)**. Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Governo do Estado do Ceará, 2020. Disponível em: <https://indicadores.integrasus.saude.ce.gov.br/indicadores/indicadores-coronavirus/coronavirus-ceara>. Acesso em: 6 jul. 2020.

IVO, Anete Brito Leal. A destituição do ‘social’: Estado, governo e políticas sociais. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 35, p. 41-84, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18591>. Acesso em: 13 jun. 2018.

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil: debates e desafios**. In: *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília, MDS/UNESCO, p. 57-86. 2009.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza: Premium, 2011.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Fortaleza na visão dos idosos: onde o público e o privado se entrecruzam. **Revista O público e o privado**, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=298>. Acesso em: 10 nov. 2019.

JÚNIOR, Roberto da Silva. **Instituto Carneiro de Mendonça: histórias, memórias e práticas educativas**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Cultura emotiva, disposições morais e tensões cotidianas em uma comunidade de afetos. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v2 n4, p. 15-34, março de 2018. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/sociabilidadesurbanas/SocUrbs%20V3N9%202019%20B4%20N%C3%BAmeros%20Anteriores%20V2N4%20mar%C3%A7o%202018.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Gilberto Velho e a antropologia das emoções no Brasil. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 41, p. 22-37, ago. 2015. Disponível em: https://www.waunet.org/downloads/wcaa/dejalu/feb_2017/RBSE%E2%80%93RevistaBrasileiradeSociologiaEmo%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 13 set. 2019.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Narrativas sobre o envelhecer: o imaginário de homens e mulheres sobre a construção do envelhecimento. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, 10 (28): 48-72, abril de 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSE%2010.28.abril2011.pdf>. Acesso em: 7 set. 2019.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Da subjetividade às emoções: A antropologia e a sociologia das emoções no Brasil. **Cadernos do GREM**, nº 07, Recife: Bagaço, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832017000200379. Acesso em: 14 out. 2019.

LAR TORRES DE MELO – 115 Anos de uma História em Movimento. Histórico do Lar. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.lartorresdemelo.org.br/lar-torres-demelo/historico.html>. Acesso em: 19 abr. 2020.

LAR TORRES DE MELO – Galerias de fotos. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.lartorresdemelo.org.br/lar-torres-de-melo/fotos.html>. Acesso em: 14 mai. 2020.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade.** 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

LE BRETON, D. **A Sociologia do corpo.** 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

LOUDON, Joseph Buist. **Kinship and crisis in south Wales.** British Journal of Sociology, v. 12, n. 4, p. 333-350, 1961. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/588074>. Acesso em: 14 fev. 2020.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice.** Rio de Janeiro, edição do autor, 1989.

MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Anais Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Bauru: USC, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia.** v. 1, n. 2, Jul/Dez, 2013. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/54>. Acesso em: 29 set. 2019.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 11a ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 2, jul-dez. p. 275-297, 2016. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/525>. Acesso em: 12 jul. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **O que é COVID-19?**. Plataforma digital do Ministério da Saúde. Brasília, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 10 mai. 2020.

MOTA, A. E. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Revista Em Pauta nº 20 – Trabalho e sujeitos políticos**. UERJ, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/164>. Acesso em 25 set. 2018.

Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE). **Tabela atualizada das Instituições de Longa Permanência para Idosos de Fortaleza**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2017/06/Tabela-Situa%C3%A7%C3%A3o-das-ILPIs-de-Fortaleza-p%C3%A1gina-14-Atualizada.pdf>. 8 abr. 2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PÉTONNET, C. A observação flutuante: exemplo de um cemitério parisiense. Traduzido por Soraya Silveira Simões. **Antropolítica**, n. 25, p. 99-111, 2008. Disponível em: <http://www.marcoareliossc.com.br/08petonnet.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2018.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200002. Acesso em: 20 dez. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 21 mai. 2019.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

REZENDE, Claudia Barcellos. Emoção, corpo e moral em grupos de gestante. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 11, n. 33, pp. 830-849, dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/ClaudiaRezDos.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. 2. ed. São Paulo: Annablume. 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Luzia Gomes. Seguridade Social: Das origens e conceito aos princípios que sustentam o Estado Democrático do Direito. **Portal Âmbito Jurídico**. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/category/revista-ambito-juridico/>. Acesso em: 13 out. 2019.

SILVA, Marcos J. D. “**Sob os auspícios da maçonaria**”: o asilo de mendicidade do Ceará entre 1904 e 1937. In: SILVA, Francisco Carlos Carvalho da; SILVA, Isaíde Bandeira da; TAHIM, Makarius Oliveira. Sociedade, ciência, sertão: reflexões sobre educação, história, cultura e tecnologias. Fortaleza: EdUECE, p. 85-104. 2014.

SIMÕES, Soraya Silveira. Observação flutuante: uma observação “desendereçada”. **Antropolítica**, Niterói, n. 25, p. 193-196, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/11995/1/14-Simoes%202008%20-%20observa%C3%A7%C3%A3o%20flutuante%20-%20comentarios%20sobre%20Petonnet.pdf>. Acesso: 26 jul. 2019.

SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda. **Teorias Sociológicas do Envelhecimento**. In: NERI, Anita Liberalesso. Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas: Papyrus, 2001.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – vol. 19, n. 54/2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a05v1954.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: Da escravidão à lava jato**. São Paulo: Leya, 2017.

TELLES, V. S. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos**. In: DAGNINO, E. (Org.). Os Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

VELHO, G. **Observando o familiar**. In: NUNES, E. (Org.) A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas** (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e estado**. Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200004&lang=pt#:~:text=Embora%20o%20conceito%20de%20gera%C3%A7%C3%B5es,pelo%20autor%20ainda%20s%C3%A3o%20muitas. Acesso em: 9 jul. 2019.